



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

**A GEOPOLÍTICA DA GUERRA CIVIL SÍRIA E SUAS
IMPLICAÇÕES PARA O BRASIL.**

Gleydson Gonzaga de Lucena
Dissertação de Mestrado

Brasília – Distrito Federal
Dezembro, 2017.

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

**A GEOPOLÍTICA DA GUERRA CIVIL SÍRIA E SUAS
IMPLICAÇÕES PARA O BRASIL.**

Gleydson Gonzaga de Lucena

Orientadora: Glória Maria Vargas Lopez de Mesa

Dissertação de Mestrado

Brasília – Distrito Federal

Dezembro, 2017.

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

A GEOPOLÍTICA DA GUERRA CIVIL SÍRIA E SUAS IMPLICAÇÕES PARA O BRASIL.

Gleydson Gonzaga de Lucena

Dissertação de Mestrado submetida ao Departamento de Geografia da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do Grau de Mestre em Geografia, na área de Produção do Espaço Urbano e Regional, subárea: Geopolítica do Brasil e do mundo.

Aprovado por:

Profa. Dr. Glória Maria Vargas Lopez de Mesa,
Departamento de Geografia, Universidade de Brasília.
(Orientadora)

Profa. Dr. Marília Luíza Peluso,
Departamento de Geografia, Universidade de Brasília.
(Examinador interno)

Prof. Dr. Pio Penna Filho,
Instituto de Relações Internacionais, Universidade de Brasília.
(Examinador externo)

Brasília- DF, 06 de dezembro de 2017.

FICHA CATALOGRÁFICA

LUCENA, Gleydson Gonzaga de.

A geopolítica da guerra civil síria e suas implicações para o Brasil. 2017. 146p. (GEA/IH/UnB, Mestre, Geografia - Produção do Espaço Urbano e Regional, subárea: Geopolítica do Brasil e do mundo, 2017).

Dissertação de Mestrado – Universidade de Brasília. Instituto de Ciências Humanas. Departamento de Geografia.

1. Geopolítica

2. Síria

3. Guerra civil síria

4. Brasil

5. Geopolítica brasileira

I. UnB-GEA

II. Título (série)

É concedida à Universidade de Brasília permissão para reproduzir cópias desta Dissertação e emprestar ou vender tais cópias somente para propósitos acadêmicos e científicos. A autora reserva outros direitos de publicação e nenhuma parte desta dissertação de mestrado pode ser reproduzida sem a autorização por escrito da autora.

Gleydson Gonzaga de Lucena

Dedico à Simone, minha linda e amada esposa, a minha filha Isabella, que amo demais, aos meus queridos pais e aos demais parentes.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer, primeiramente, a Deus pelo dom da vida. Agradeço também a minha linda e amada esposa Simone Lucena, companheira em todos os momentos, a minha filha Isabella, por me alegrar grandemente a cada dia, aos meus queridos pais, Eliazar e Marlene Lucena, que sempre me guiaram pelo caminho certo. Aos meus irmãos e demais parentes, pelo apoio.

Agradeço a professora Glória Maria, primeiro por ter aceitado o desafio de ser a minha orientadora e também por sua atenção, paciência e pelos relevantes e decisivos conselhos, principalmente no primeiro ano de trabalho, quando ainda estávamos no delicado momento de definição do objeto de estudo da pesquisa. Outros professores que também merecem a minha lembrança neste momento: Fernando Sobrinho, Marília Peluso, Juscelino Eudâmidas e Dante Reis do Departamento de Geografia e do professor Pio Penna Filho do Instituto de Relações Internacionais, por terem dado o privilégio de participarem das bancas de qualificação e de defesa e pelas observações e sugestões que contribuíram para aprofundar as reflexões advindas desta dissertação.

Agradeço ainda à embaixada da República Árabe da Síria pela atenção prestada quando de minha visita a sua sede em Brasília e pelo fornecimento do material sobre o referido país.

Por fim, um agradecimento especial à Secretaria de Educação do DF, que me concedeu, seguindo a orientação da lei 8.112/1990, um precioso afastamento remunerado para estudos, que me propiciou uma necessária dedicação integral a pesquisa que ora se encerra.

“Há dois caminhos a nossa frente: o caminho do pão e o caminho da bomba.

(...) Eu quero simbolizar pelo caminho do pão, este da justiça social...”

(CASTRO, 1968)

“O Conselho de Segurança reitera que o apoio a um país para que este emerja de um conflito de forma sustentável requer uma abordagem abrangente e integrada, que incorpore e reforce a coerência entre atividades nas áreas de política, segurança, desenvolvimento, direitos humanos e Estado de Direito, e que trate das causas subjacentes a cada conflito.”

(NAÇÕES UNIDAS, 2011).

RESUMO

A presente pesquisa buscou investigar a atual guerra civil na Síria, que vem constituindo uma das mais graves crises internacionais no século XXI. Ela foi analisada a partir de suas causas históricas, seus principais atores envolvidos, sua situação atual e suas implicações geopolíticas para o Brasil. O corte temporal foi de 2011 a 2017. Na análise, utilizou-se o método geohistórico, a sistematização de autores geopolíticos, a análise dos documentos oficiais e o uso das técnicas cartográficas. Buscou-se enfatizar a importância do uso dos conceitos geográficos na análise geopolítica, como os de território e territorialidade. Concluiu-se que as suas causas estão numa combinação das disputas internas e externas, que o conflito sírio deve ser entendido no contexto geopolítico mundial contemporâneo de disputa de poder entre os grandes *players* mundiais e que a Síria caminha para uma fragmentação quase total do território do país. E, por fim, sobre o Brasil, constatou-se que é positiva a defesa de uma saída pacífica para a crise, de acordo com a tradição brasileira. Contudo, este discurso ainda precisa se traduzir em ações mais efetivas, se o país quiser realmente ter uma presença mais relevante no cenário internacional.

Palavras-chaves: Geopolítica; Síria; Guerra civil Síria; Brasil; Geopolítica brasileira.

ABSTRACT

The present research aimed to investigate the current civil war in Syria, which has been one of the most serious international crises in the 21st century. It was analyzed from its historical causes, its main actors involved, its current situation and its geopolitical implications for Brazil. The temporal cut was from 2011 to 2017. In the analysis, the geohistorical method was used, the systematization of geopolitical authors, the analysis of official documents and the use of cartographic techniques. It was tried to emphasize the importance of the use of the geographic concepts in the geopolitical analysis, as those of territory and territoriality. It was concluded that its causes lie in a combination of internal and external disputes, that the Syrian conflict must be understood in the contemporary global geopolitical context of a power struggle between the world's major players and that Syria is moving towards an almost total fragmentation of the territory of the parents. And, finally, on Brazil, it was verified that it is positive the defense of a peaceful exit to the crisis, according to the Brazilian tradition. However, this discourse still needs to be translated into more effective actions if the country really wants to have a more relevant presence on the international scene.

Key-words: Geopolitics; Syria; Syrian Civil War; Brazil; Brazilian Geopolitics.

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Grupos étnico-religiosos da Síria (2011).....	33
Mapa 2 - Densidade demográfica da Síria.....	34
Mapa 3 - A região conhecida como o Crescente Fértil.....	35
Mapa 4 – Clima e vegetação.....	36
Mapa 5 – Relevo sírio: predomínio de planaltos e planícies.....	36
Mapa 6 - Antigo império assírio.....	38
Mapa 7 - Acordo Sykes-Picot - A Síria ficou sob influência francesa.....	42
Mapa 8 - A Grande Síria: delimitação geográfica do território reivindicado pelos nacionalistas sírios em 1919.....	44
Mapa 9 - Os mandatos da Liga das Nações e as zonas de influências no Oriente Médio.....	45
Mapa 10 - A Divisão da Síria sob o mandato francês.	46
Mapa 11 - Principais perdas territoriais da Síria.	48
Mapa 12 - Região das Colinas de Golã: região estratégica pela sua altitude.....	49
Mapa 13 - Hidrografia na região de Golã: uma fonte de água fundamental.....	49
Mapa 14 - Presença militar dos Estados Unidos no mundo.....	56
Mapa 15 - Forças militares da OTAN e dos Estados Unidos ao redor da Síria.....	57
Mapa 16 - Território abrangido pela Organização de Cooperação de Xangai.....	60
Mapa 17 - Posição geográfica estratégica das bases de Tartus (Naval) e de Latakia (aérea) para a Rússia.	62
Mapa 18 - Projetos de gasodutos em direção aos mercados europeus no contexto geopolítico do conflito sírio.	64
Mapa 19 – Localização dos três blocos offshore da Síria oferecidos para exploração em 2011.	65
Mapa 20 – Guerra civil síria: Aliados do governo e da oposição (Nov/2015).....	70
Mapa 21 – Área aproximada do Califado do Iraque e do Levante (al-Sham), segundo a visão do Estado Islâmico (EI).....	75
Mapa 22 – Território sob domínio do Estado Islâmico (EI) até outubro de 2017.....	78
Mapa 23 – Quantidade de refugiados sírios em outros países (janeiro/2016).....	80
Mapa 24 - Participação brasileira em missões de paz e humanitárias em curso (2012).....	99

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

GRÁFICOS

Gráfico 1 - Os principais grupos étnico-religiosos que formam a população síria atual..	33
Gráfico 2 - Dez países com maiores gastos com Defesa no mundo em 2011.....	90
Gráfico 3 - Evolução do intercâmbio comercial do Brasil com a Síria (2005-2014).....	105
Gráfico 4 - Refugiados reconhecidos no Brasil: por país de origem (2015).....	113
Gráfico 5 - Deferimentos de solicitação de refúgio por país de origem (2016).....	114

QUADROS

Quadro 1 – Principais atores na guerra civil da Síria.....	79
Quadro 2 - Participação do Brasil no Conselho de Segurança da ONU.....	101
Quadro 3 - Posição oficial do governo brasileiro sobre alguns temas geopolíticos do Oriente Médio.....	102

FIGURAS

Figura 1 – Imagem da base aérea russa de Latakia na Síria.	62
Figura 2 – Imagem da base naval russa de Tartus na Síria.	63
Figura 3 - Imagem de satélite divulgada pela ONU mostra o campo de refugiados sírios de Zaatari, na Jordânia, perto da fronteira com a Síria.	81
Figura 4 – Aspecto da cidade Homs, uma das principais cidades sírias, antes (2011) e depois da guerra (2014).....	141
Figura 5 - Aspecto da cidade Homs, antes (2011) e depois da guerra (2014).....	141
Figura 6 - Hussein ibn Ali al-Hashimi (1853/1854-1931), líder árabe que era Sharif e Emir de Meca a partir de 1908.....	142
Figura 7 - Amir Faisal (1885-1933), um dos comandantes da revolta árabe e mais tarde Rei da Síria.).....	142
Figura 8 – Coroação de Amir Faisal como rei do Iraque em 1921.....	142
Figura 9 – Pôster enorme do presidente Hafez al-Assad em Damasco, capital da Síria, que governou o país entre 1970 e 2000.....	143

Figura 10 – Pôster enorme do presidente Bashar al-Assad na cidade de Hama.....	143
Figura 11 – Manifestação contra o governo de Assad na cidade de Hama, em 2011..	143
Figura 12 – Famílias que se deslocaram dos intensos conflitos em Aleppo, na Síria, refugiam-se em grande armazém em Jibreen, vila ao sul da cidade.....	144
Figura 13 – A crise dos refugiados é uma das consequências da guerra civil síria.....	144
Figura 14 - Reunião do Conselho de Segurança sobre a situação na Síria em 30 de maio de 2017.....	145
Figura 15 – Soldados russos na base militar de Tartus, na Síria.	145
Figura 16 – campo de refugiados sírios de Zaatari, na Jordânia.	145
Figura 17 – O ex-presidente Lula cumprimenta Bashar al Assad, em visita de Estado do presidente da Síria ao Brasil, em 2010.....	146
Figura 18 – Família de refugiados sírios em São Paulo.....	146

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Países com maior população xiita do mundo.....	67
Tabela 2 - Efetivo de tropas em operações de paz na MINUSTAH e na UNIFIL (2004-2012).....	98
Tabela 3 – Quantitativos de Militares em Missões de Paz em 2012.	98
Tabela 4 - Evolução do intercâmbio comercial do Brasil com a Síria (2005-2014).....	105
Tabela 5 - Doações para ajuda humanitária na Síria (reunião no Kuwait – 2014).....	109
Tabela 6 - Doações feitas para ajuda humanitária na Síria - 2012.....	109
Tabela 7 - Doações feitas para ajuda humanitária na Síria - 2013.....	109

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACNUR - Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados
AEB - Agência espacial brasileira
ASPA - Cúpula América do Sul-Países Árabes
BRICS – Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul
CCG - Conselho de Cooperação do Golfo
CCL - Comitês de Coordenação Locais
CCNFMD - Comitê de Coordenação Nacional das Forças de Mudança Democrática
CGRS - Comissão Geral da Revolução Síria
CIA - Agência Central de Inteligência (Central Intelligence Agency)
CONARE - Comitê Nacional para os Refugiados
CNFORS - Coligação Nacional das Forças da Oposição e Revolucionárias Sírias
CNS - Conselho Nacional Sírio
CONGEO - Congresso de Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território
CPAQ - Convenção sobre a Proibição de Armas Químicas
EI – Estado Islâmico
ESG - Escola Superior de Guerra
ESL - Exército da Síria Livre
EUA – Estados Unidos da América
GPC - General Petroleum Corporation
IBAS – Fórum de Diálogo Índia, Brasil e África do Sul
ISIS - Estado Islâmico do Iraque e do Levante/Síria (Islamic State of Iraq and al-Sham)
MCTR - Regime de Controle de Tecnologia de Mísseis
MD - Ministério da Defesa
MIUMI - Conselho Ulama Indonésio (Majelis Intelektual dan Ulama Muda Indonesia)
MINUSTAH - Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti
MINUJUSTH - Missão das Nações Unidas para o Apoio à Justiça no Haiti
MRE - Ministério das Relações Exteriores do Brasil
NCCRD - Comitê de Coordenação Nacional para a Reforma Democrática
OCHA - Escritório da ONU para Coordenação de Questões Humanitárias

ONU – Organização das Nações Unidas

OTAN – Organização do Tratado do Atlântico Norte

PIB – Produto Interno Bruto

PKK - Partido dos Trabalhadores do Curdistão (Parti Karkerani Kurdistan)

PSDB – Partido da Social-Democracia Brasileira

PYD - Partido da União Democrática (Partiya Yekîtiya Demokrat)

REBRAGEO - Rede Brasileira de Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território

TNP - Tratado de não proliferação de armas nucleares

UNASUL – União das nações sul-americanas

UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância

UNIFIL - Força Interina das Nações Unidas no Líbano

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	18
CAPÍTULO 1 – CONCEITOS DE GEOPOLÍTICA E DE GEOGRAFIA NECESSÁRIOS PARA A COMPREENSÃO DA GUERRA CIVIL DA SÍRIA.....	24
1.1 – O CAMPO DE ESTUDO DA GEOPOLÍTICA	24
1.2 - CONCEITOS FUNDAMENTAIS DA GEOGRAFIA	28
1.3 – CARACTERÍSTICAS GEOGRÁFICAS DA SÍRIA	31
CAPÍTULO 2 - FORMAÇÃO HISTÓRICO-TERRITORIAL DA SÍRIA.....	37
2.1 – DA ANTIGUIDADE AO IMPÉRIO OTOMANO (ATÉ 1918)	37
2.2 – DA I GUERRA MUNDIAL À INDEPENDÊNCIA (1918 A 1946)	41
2.3 – DA INDEPENDÊNCIA A ATUAL GUERRA CIVIL (1946 AOS DIAS ATUAIS) .	47
CAPÍTULO 3 – A QUESTÃO SÍRIA NOS CONTEXTOS GEOPOLÍTICOS GLOBAL, REGIONAL E NACIONAL	53
3.1 - A QUESTÃO SÍRIA NO CONTEXTO GEOPOLÍTICO GLOBAL	54
3.2 – A QUESTÃO SÍRIA NO CONTEXTO GEOPOLÍTICO REGIONAL DO ORIENTE MÉDIO.....	66
3.3 - A QUESTÃO SÍRIA NO CONTEXTO GEOPOLÍTICO NACIONAL	71
3.4 - A CRISE MIGRATÓRIA: ESCALAS E ATORES	79
CAPÍTULO 4 – AS PROVÁVEIS IMPLICAÇÕES GEOPOLÍTICAS DA GUERRA CIVIL SÍRIA PARA O BRASIL	83
4.1 – A GEOPOLÍTICA BRASILEIRA PÓS-GUERRA FRIA	83
4.2 – O PESO DO BRASIL NO MUNDO CONTEMPORÂNEO	87

4.3 - AS POLÍTICAS EXTERNA E DE DEFESA BRASILEIRA NO MUNDO PÓS- GUERRA FRIA	92
4.4 – AS RELAÇÕES BRASIL-SÍRIA E A GUERRA CIVIL ATUAL.....	104
4.5 – A QUESTÃO DA IMIGRAÇÃO SÍRIA PARA O BRASIL A PARTIR DE 2011 .	112
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	116
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	123
ANEXO A – Notas do Ministério das Relações Exteriores do Brasil sobre a guerra civil síria (de 2015 e de 2017, respectivamente)	134
ANEXO B - Resoluções do Congresso Geral Sírio, de 2 de julho de 1919.....	136
ANEXO C – Cronologia das relações bilaterais Brasil-Síria.....	138
ANEXO D – Resolução Normativa CONARE Nº 17 DE 20/09/2013 (Prazo prorrogado por igual período pela Resolução Normativa CONARE Nº 20 DE 21/09/2015)	139
ANEXO E – Fotos	141

INTRODUÇÃO

(...) os geógrafos devem participar ativamente no estudo dos conflitos atuais e reivindicar seu lugar entre os que se ocupam dos problemas geopolíticos (LACOSTE, 1986, p. 294).

A Geopolítica constitui um campo interdisciplinar de pesquisa, e a Geografia, enquanto ciência, não pode se abster de dar a sua contribuição na análise dos problemas geopolíticos do momento atual. Por isso, as palavras acima do geógrafo francês Yves Lacoste permanecem atualíssimas nos dias de hoje. Nesse sentido, a presente pesquisa pretende analisar a guerra civil na Síria.

Esta guerra civil, iniciada em 2011 em meio a chamada “Primavera Árabe”, vem constituindo uma das mais graves crises internacionais no século XXI e está tendo um caráter cada vez mais global, pois envolve direta ou indiretamente muitos países. Após mais de 6 anos de guerra, não há aparentemente uma solução a curto prazo, com atores externos poderosos e questões geopolíticas complexas, algumas delas sendo resquícios da Guerra Fria.

Denomina-se “Primavera Árabe” o conjunto das várias e quase simultâneas manifestações populares, a partir do final de 2010, deflagradas, a princípio, por pequenos grupos, depois atingindo grandes massas e se espalhando como “um efeito ‘dominó’ por **[quase]** todo o Norte da África e Oriente Médio” (LOPES e OLIVEIRA, 2013, p. 64, acréscimo nosso). Tais demonstrações, que pediam em geral por mais liberdade e melhores condições de vida, determinaram inesperadas consequências geopolíticas e socioeconômicas para alguns desses países, devido as suas características internas e os reflexos externos do referido processo em cada um deles.

No início houve uma atmosfera geral de esperança de mudanças democratizantes na região. Talvez, principalmente, por causa do sucesso inicial na Tunísia e no Egito, onde os respectivos ditadores foram destituídos por anos de regime autoritário. Todavia, como lembra Paulo Visentini (2012, p. 58, grifo e acréscimos nossos),

a “Primavera Árabe” deu lugar, nos meses seguintes **[de 2011]**, a um “**Verão Árabe**”, pois, em alguns países, ocorreram guerras civis inconclusas (Iêmen e Síria), apesar da pressão internacional, e outro sofreu uma intervenção da OTAN (Líbia). Nem tudo foi, portanto, tão pacífico nem tão espontâneo como o discurso globalizado apregoava. Países frágeis e

estratégicos tiveram uma evolução confusa e sem resultados conclusivos até o presente (Síria e Iêmen).¹

Este trabalho focou-se na análise geopolítica específica desse processo na Síria, que passou de um primeiro momento de manifestações pacíficas contra o governo instituído, para uma situação de guerra civil generalizada, ou, nas palavras de Visentini (2012), da “primavera” (suave) para o “verão” (quente). Esse fenômeno geopolítico foi analisado a partir de suas causas e antecedentes históricos, seus principais atores envolvidos, sua situação atual e suas implicações geopolíticas para o Brasil. O corte temporal foi de 2011 a 2017. Nota-se que o tema em estudo constitui um fenômeno que ainda se encontra em processamento, sem, portanto, um claro desfecho.

Em torno da reflexão advinda do tema, se construíram três hipóteses acerca do assunto pesquisado:

a) as causas da guerra civil síria estão numa combinação das disputas internas (entre os principais grupos sectários nacionais) e externas (entre os agentes externos regionais e mundiais);

b) o conflito sírio deve ser entendido no contexto geopolítico mundial contemporâneo de disputa entre os polos de poder russo-chinês, essencialmente terrestre, e o poder norte-americano, baseado grandemente na sua ampla hegemonia marítima; e

c) entre as consequências mais visíveis, estaria a fragmentação quase total do território do país, que já tinha uma unidade frágil, independente do resultado da guerra.

Com efeito, algumas questões a serem respondidas foram propostas na presente dissertação:

- Quais são as principais causas históricas e territoriais do atual conflito?
- Quais os principais atores, estatais ou não-estatais, envolvidos nas escalas nacional, regional e mundial?
- E, por fim, haveria (ou não) implicações geopolíticas dessa guerra para o Brasil? E quais seriam?

Desse modo, o objetivo geral da dissertação foi analisar geopoliticamente a guerra civil síria a partir de 2011, suas causas, atores, e implicações para o Brasil. E a

¹ Sobre o desfecho negativo (e violento) da Primavera árabe em países como a Síria e o Iêmen, outros autores, como LOPES e OLIVEIRA (2013) denominam de “inverno”.

partir deste, foram traçados outros objetivos mais específicos, que orientaram o trabalho de pesquisa:

- Identificar as principais causas históricas e territoriais da Guerra civil síria;
- Analisar a Guerra civil síria nos contextos geopolíticos global, regional (Oriente Médio) e nacional sírio;
- Identificar os principais atores geopolíticos envolvidos na Guerra civil síria nas escalas global, regional e nacional;
- Analisar as prováveis implicações geopolíticas da Guerra civil síria para o Brasil.

Assim, faz-se necessário pesquisar profundamente as raízes históricas do atual conflito na Síria, incluindo a sua formação territorial, e a sua trajetória no período da Guerra Fria. Importante também é o entendimento da atuação dos atores envolvidos no conflito. A guerra envolve, além dos grupos internos, outras nações do Oriente Médio e de fora da referida região, como a Rússia, os Estados Unidos e alguns países europeus, com interesses divergentes.

O Brasil é um importante ator entre os países emergentes e na região sul-americana é considerado como uma potência regional ao lado de nações como Rússia, China e Índia (VIOLA e LEIS, 2002). Por isso a relevância de acompanhar com especial atenção os desdobramentos desse fenômeno geopolítico, visando discutir a sua própria inserção no cenário internacional. Nos últimos anos, a diplomacia brasileira investiu em uma aproximação com o mundo árabe, objetivando aumentar a sua influência entre estes países, o que pode se traduzir em incremento do comércio e maior apoio às iniciativas brasileiras no âmbito da Organização das Nações Unidas (ONU), como a proposta de reforma do Conselho de Segurança; embora na atual gestão, não pareça que esse tema específico esteja entre as prioridades imediatas da chancelaria brasileira.

Adicionalmente, ressalta-se que o Brasil possui uma parcela considerável de sua população de origem árabe, sendo aproximadamente 4 milhões de origem síria, e já recebeu mais de 2.300 refugiados sírios, desde o início do conflito. Segundo o governo brasileiro, o Brasil tem ressaltado a importância do respeito à independência, soberania, unidade e integridade territorial da Síria (ver Anexo A). Nesse sentido, essa

pesquisa pretende fornecer uma contribuição teórica para um melhor entendimento geopolítico da crise síria a partir da perspectiva brasileira.

Segundo o geógrafo José Vesentini (2009b), o estudo acadêmico de Geopolítica passa por uma crise no Brasil, desde a década de 1980. Segundo o autor, viu-se o esgotamento do modelo geopolítico brasileiro de análise, pois ele era excessivamente centrado na questão da segurança nacional dos tempos da Guerra Fria e na construção do “Brasil-potência”. O processo de redemocratização no Brasil, juntamente com a profunda crise econômica dos anos de 1980, mais o fim do sistema bipolar de poder no plano internacional, estariam entre as principais causas. Por isso, nos últimos anos há uma busca de novos rumos para a referida área. Daí a relevância dessa pesquisa acadêmica, pelo fato de que a ciência geográfica pode (e deve) participar das reflexões sobre o quadro geopolítico internacional da atualidade, e, adicionalmente, tem-se o fato que ainda há poucas análises sobre a guerra civil síria no nível acadêmico.

Sendo a Geopolítica uma área de pesquisa interdisciplinar, cabe a Geografia a função de explicar esse recente fenômeno geopolítico a partir de seus conceitos e teorias, tais como o de território, territorialidade, fragmentação territorial, etc. Além da reflexão dos condicionantes geográficos e seus reflexos geopolíticos no caso em foco. Como muito bem lembra o geógrafo francês Ives Lacoste, entusiasta dos temas geopolíticos e fundador da revista *Hérodote: Revista de Geografia e de Geopolítica*: “(...) os geógrafos devem participar ativamente no estudo dos conflitos atuais e reivindicar seu lugar entre os que se ocupam dos problemas geopolíticos” (LACOSTE, 1986, p. 294).

Em relação à metodologia proposta para a efetivação desse trabalho, realizou-se, inicialmente, uma leitura bibliográfica pertinente ao tema (livros, artigos, documentos oficiais, entrevistas, etc) de alguns autores que se dedicaram a analisá-lo e sua sistematização. Posteriormente, procedeu-se a análise geopolítica, utilizando-se principalmente o **método geohistórico**, a **sistematização de autores geopolíticos**, a **análise dos documentos oficiais** (principalmente do Ministério das Relações Exteriores do Brasil - MRE) e o uso das **técnicas cartográficas**. Ressalta-se que se optou também, mas de maneira secundária, reduzida e bastante criteriosa, na busca de informações em meios jornalísticos internacionais mais tradicionais (principalmente o

The Guardian e o The Economist) no trato de questões internacionais, devido ao fato que esta pesquisa lida com um fenômeno ainda em andamento, o que dificulta o acesso a uma bibliografia acadêmica consolidada. Contudo, as reflexões não foram comprometidas em sua profundidade, pois as principais ideias e teorias foram balizadas em autores consagrados no meio acadêmico.

Albuquerque (2011) esclarece que a análise na Geopolítica exige dois movimentos de apropriação: o primeiro é determinar quais são esses condicionantes geográficos presentes na gênese da formação sócio-territorial analisada (método geohistórico); e o segundo é compreender as formas de inserção dessa unidade político-territorial nas estruturas internacionais de poder.

Outro instrumento metodológico relevante para o estudo em questão é a “sistematização de autores geopolíticos” (ALBUQUERQUE, 2011, p. 30), incluindo a leitura de pesquisadores de outras ciências, mas que trataram ou estão tratando do tema em estudo.

Ressalta-se ainda a utilidade das “técnicas cartográficas” na análise do fenômeno geopolítico. A observação de mapas temáticos e a construção de novos a partir dos elementos obtidos da investigação do assunto selecionado serão de grande importância neste trabalho.

No caso específico dessa pesquisa, objetivou-se estudar a atual guerra civil na Síria por meio da análise suas condicionantes históricas e, principalmente, geográficas (territoriais, demográficas, culturais, naturais, econômicas, etc) que se refletiram nas questões políticas e que culminaram na situação atual. A pesquisa teve, portanto, um caráter essencialmente qualitativo e não se previu um trabalho de pesquisa de campo.

Levando-se em consideração os objetivos já expostos, a presente dissertação está estruturada em quatro capítulos, além das considerações finais. O capítulo 1, intitulado **“Conceitos de geopolítica e de geografia necessários para a compreensão da guerra civil da Síria”**, apresenta uma abordagem geral dos conceitos do campo de investigação da Geografia Política e da Geopolítica e dos pressupostos metodológicos utilizados, tendo em vista a natureza do trabalho.

O capítulo 2, denominado **“Formação histórico-territorial da Síria”**, se dedica, num primeiro momento, a fornecer as características geográficas principais da Síria e do espaço geográfico maior em que ela está inserida; e, posteriormente, a

explicar como se deu a longa formação histórica e territorial da nação síria, desde a antiguidade, quando se formou o império assírio na antiga região conhecida como “Crescente Fértil”, até o presente momento, com o desenrolar da guerra civil.

Em seguida, no capítulo 3, com o título “**A questão síria nos contextos geopolíticos global e regional**”, trata-se do conflito sírio nos contextos geopolíticos mundial e regional (Oriente Médio), em especial os interesses e a atuação dos principais atores envolvidos nesse conflito, tanto os estatais, como Rússia e Estados Unidos, quanto os não-estatais, como os diversos grupos paramilitares, entre eles o Hezbollah (pró- regime), o Exército Livre da Síria (de oposição ao regime) e o Estado Islâmico, com suas características específicas.

E o último, o capítulo 4, denominado “**As prováveis implicações geopolíticas da Guerra civil síria para o Brasil**”, propõe-se a refletir sobre o Brasil frente às questões geopolíticas da guerra civil síria. Assim, apresenta-se um breve quadro da evolução do estudo da geopolítica brasileira pós-Guerra Fria e a questão síria, além de outros temas relacionados, como a questão da aceleração da imigração síria para o Brasil a partir de 2011 e como o país poderá atuar perante e depois da guerra civil síria.

Por fim, nas considerações finais, são colocadas algumas reflexões conclusivas do autor dessa dissertação acerca das temáticas desenvolvidas na pesquisa. E também são levantadas possíveis novas investigações que se dediquem a tratar do referido tema, já que o mesmo constitui um fenômeno em curso, com possibilidades diversas de desfecho e de consequências.

CAPÍTULO 1 - CONCEITOS DE GEOPOLÍTICA E DE GEOGRAFIA NECESSÁRIOS PARA A COMPREENSÃO DA GUERRA CIVIL DA SÍRIA

O presente capítulo se destina a realizar uma revisão dos principais postulados teóricos da área de pesquisa que se denomina de Geopolítica. A princípio, fazer a distinção entre Geografia política e Geopolítica, especialmente o que cada uma se propõe a analisar. Em seguida, apresentam-se os conceitos principais da ciência geográfica e de outras disciplinas que possibilitarão uma melhor compreensão do tema que se pretende pesquisar neste trabalho acadêmico.

1.1 – O CAMPO DE ESTUDO DA GEOPOLÍTICA

Iná de Castro, ao abordar o campo de estudo da Geografia política, explica que ele se define “na relação entre a política – expressão e modo de controle dos conflitos sociais – e o território – base material.” (2005, p. 15-16). Ou seja, “A geografia política pode ser entendida como um conjunto de ideias políticas e acadêmicas sobre as relações da geografia com a política e vice-versa.” (2015, p. 17). Já para José Vesentini (2009), essa subárea da Geografia pode ser entendida como “o estudo geográfico ou espacial da política, ou como o estudo das relações entre espaço e poder.” (VESENTINI, 2009, p. 1).

Quanto à Geopolítica, para o geógrafo Edu Albuquerque (2011) a:

Geopolítica estuda a influência dos fatores geográficos (território, população, recursos naturais, infraestruturas diversas² e estruturas econômicas) na política do Estado e que afetam a dinâmica do sistema internacional. (...) a geopolítica analisa os condicionantes geográficos presentes na história dos povos e de seus Estados, principalmente com o objetivo de orientar suas ações no futuro. (ALBUQUERQUE, 2011, p. 26).

Por sua vez, o Dicionário de Relações Internacionais a define como “o estudo da influência exercida por fatores geográficos sobre o comportamento e a capacidade dos **Estados** no âmbito internacional, sobre sua **política externa** e sobre as relações

² Embora Albuquerque não especifique o que seriam essas “estruturas diversas”, inferi-se que possam ser os diversos “objetos técnicos” que fazem parte do espaço geográfico, como explica Milton Santos (1994): as cidades, a rede urbana, estradas, pontes, equipamentos militares, etc.

mútuas de **poder.**” (GONÇALVES e SILVA, 2010, p. 82).

Vesentini (2009) assinala que a Geopolítica não evoluiu para uma ciência específica, mas pode ser entendida como "um campo de estudos interdisciplinar". E Saguin (2016, p.47) ressalta que ela “discute questões relativas à segurança nacional, ao destino de um país, à defesa de fronteiras, às reivindicações territoriais e marítimas”. Nesse sentido, a Geografia Política se ocupa da Geopolítica, embora seja apenas uma modalidade da ciência geográfica que também estuda vários outros temas ou problemas. Assim, outras disciplinas também realizam estudos geopolíticos (Relações Internacionais, Ciência Política, História, etc). Ives Lacoste (1986, p. 263) já sublinhava essa realidade na década de 1960. Segundo ele, para o progresso da reflexão geopolítica seria necessário estabelecer relações regulares entre pesquisadores de diversas áreas do conhecimento, e também dos “homens de mídia, homens de ação, militares (...)”.

Essa interdisciplinariedade faz-se necessária, entre outros motivos, devido a complexidade dos problemas pesquisados neste campo de estudos. Lacoste ensina que é preciso examinar em diferentes níveis de análise espacial, a superposição e as intersecções de diversas categorias de fenômenos, desde os fatores geográficos naturais como o relevo até “a memória que têm os povos, ou ao menos os seus dirigentes, de seus “direitos históricos” sobre esta ou aquela porção dos territórios que eles disputam entre si” (1986, p. 258). Resumindo, ele conclui que um fenômeno geopolítico resulta da combinação de fatores geográficos físicos, mais os humanos: “(...) demográficos, econômicos, culturais, políticos, cada qual deles devendo ser visto na sua configuração espacial particular” (1986, p. 259).

Ainda sobre as questões estudadas pela Geopolítica, Lacoste esclarece que elas podem se manifestar desde a esfera local até a mundial:

É preciso destacar que, contrariamente aquilo que se pensa, na maioria das vezes, as reflexões geopolíticas não se situam somente no nível planetário ou em função de vastíssimos conjuntos territoriais ou oceânicos, mas também no quadro de cada Estado, aí compreendendo aqueles cuja unidade cultural é grande (geografia das tendências políticas, problemas da regionalização) e com mais forte razão ainda, naqueles em que se encontram diversas nacionalidades ou etnias mais ou menos rivais. O caso do **Próximo Oriente**, e particularmente o do Líbano [**je na atualidade da Síria também**], mostra a que ponto, em espaços de relativamente pequenas dimensões, as situações geopolíticas podem ser complicadas (1986, p. 258, grifo e acréscimo nossos).

Cabe elencar, também, alguns conceitos que serão utilizados nesse trabalho de investigação e análise. Nos estudos de Geopolítica, fala-se muito sobre a questão do “poder”. Destarte, é importante discutir o significado desse termo. Segundo a filósofa Hannah Arendt o poder depende da legitimidade de um grupo àquele que exerce esse poder. Ela o conceitua da seguinte forma:

O poder corresponde à habilidade humana de não apenas agir, mas de agir em uníssono, em comum acordo. O poder jamais é propriedade de um indivíduo; pertence ele a um grupo e existe apenas enquanto o grupo se mantiver unido. Quando dizemos que alguém está ‘no poder’, na realidade nos referimos ao fato de que ele foi empossado por um certo número de pessoas para agir em seu nome. No momento em que o grupo, de onde originara-se o poder (*potestas in populo*, sem um povo ou um grupo não há poder), desaparece, ‘o seu poder’ também desaparece (1985, p. 24).

Contudo, especificamente no estudo das questões geopolíticas, onde são dominantes as relações entre Estados, o tema do poder foi durante muito tempo influenciado pela sua relação com o uso da força. De acordo com Raymond Aron, em *A paz e a Guerra entre as Nações* (1986, p. 99), “no campo das relações internacionais, *poder* é a capacidade de uma unidade política impor sua vontade às demais”. A vocação tradicional da utilização do poder é a de fazer prevalecer o interesse nacional do Estado sobre os dos outros. O meio externo de utilização do poder é o recurso às armas e, como consequência, a utilização das capacidades militares, geralmente para a conquista de um novo território. Mas o poder pode também ser exercido, de maneira menos violenta, pela persuasão, pela discussão ou ainda pela ameaça (ARON, 1986).

Entretanto, nem todos os estudiosos da área entendem a questão do poder apenas no uso da força militar. Joseph Nye (2004) também define poder “como a capacidade de influenciar o comportamento dos outros para obter os resultados desejados”. Mas defende que existem várias maneiras, que ele denomina de “*Soft Power*”, de afetar o comportamento dos outros atores no cenário internacional, além do puro exercício do poder militar ou econômico (*hard Power*). Segundo Nye,

Todo mundo está familiarizado com o *hard power*. Sabemos que forças militares e econômicas muitas vezes levam os outros a mudar de posição. Poder duro pode descansar em incentivos (“cenouras”) ou ameaças (“paus”). Mas às vezes você pode obter os resultados desejados sem ameaças

tangíveis ou recompensas. (...). Um país pode obter os resultados desejados na política mundial porque outros países admiram seus valores, imitam seu exemplo, aspiram ao seu nível de prosperidade e abertura. Esse poder suave - fazer com que os outros desejem os resultados desejados - coopta as pessoas em vez de coagi-las. (...)

O **soft Power [portanto]** usa um tipo diferente de moeda - não força, não dinheiro - para gerar cooperação. Ele usa uma atração por valores compartilhados, e a justiça e dever de contribuir para a realização desses valores (2004, grifo e acréscimo nossos).

Ao tratar do tema do poder, percebe-se que a “guerra” é um assunto recorrente. O fenômeno geopolítico pesquisado neste trabalho constitui o que a Ciência Política denomina de “Guerra Civil”. De acordo com Aron (1986), a guerra, de um modo geral, sempre esteve presente nas relações entre os povos. Aron concorda com o pensamento do general prussiano Carl Von Clausewitz (1983, p. 24), que afirmava que “a guerra não é simplesmente um ato político, mas sim um verdadeiro instrumento político, uma continuação da atividade política, uma realização da mesma, por outros meios”.

De maneira genérica, a guerra pode ser definida como:

A condução de atos sistemáticos de violência material ou psicológica, executados de forma mais ou menos organizada por grupos sociais que se contrapõem, motivada por (ou em busca de) interesses considerados essenciais e que não foram obtidos por meios pacíficos de solução de controvérsia. Dentre esses interesses, destacam-se os de ordem política, territorial, econômica, legal, ideológica, psicológica e social (GONÇALVES e SILVA, 2010, p. 107).

Com relação ao espaço político, ou a escala geográfica, da guerra, têm-se a guerra civil, a guerra bilateral, a regional e a guerra mundial. No caso da guerra civil, ela “se caracteriza por ocorrer no interior de um Estado e por opor grupos específicos com objetivos políticos claramente definidos” (GONÇALVES e SILVA, 2010, p. 109). O cientista político norte-americano James Fearon (2007) também a define de maneira bem similar: “um conflito violento dentro de um país entre grupos organizados que visam tomar o poder central ou em uma região, ou para mudar as políticas do governo”. Já a socióloga Ann Hironaka (2005) esclarece ainda que um dos lados de uma guerra civil provavelmente é o governo nacional.

Quanto à natureza da guerra, Edward Rice identifica um tipo específico de conflito que envolveria principalmente países subdesenvolvidos, que ele chama de

“guerras do terceiro tipo”. Segundo o autor:

São conflitos cuja solução diplomática ou negociada é dificultada pela fragmentação do Estado entre grupos rivais, polarizados ideologicamente e não raro alienados politicamente. As causas comuns desse tipo de conflito seriam o legado colonial, as rivalidades étnicas e religiosas, a desigualdade econômica, a pobreza, a ausência de liderança, a intervenção estrangeira, o (SILVA, 2010, p. 110).

Há ainda a chamada “guerra por procuração” (ou “*proxy-war*” em inglês). Como explica Loretta Napoleoni (2013), durante a Guerra Fria, Estados soberanos, principalmente as duas superpotências, patrocinavam entidades não estatais - grupos paramilitares como o Vietcong no Vietnã e os Contras da Nicarágua - para travarem guerras em seu lugar. Algumas dessas organizações armadas, como a Organização para a Libertação da Palestina (OLP), conseguiram alcançar a independência econômica e criar suas próprias infraestruturas nacionais, quase sempre como resultado de conflitos bélicos por procuração. A *proxy-war* acontece, destarte, quando há grandes interesses mundiais envolvidos num determinado conflito interno (TOMÁS, 2014). Desde 2011, vem ocorrendo tal fenômeno no interior das regiões da Síria e do Iraque devastadas pela guerra (NAPOLEONI, 2013).

O conflito sírio, a princípio, se encaixaria nos contextos teóricos supracitados. Grupos financiados por potências estrangeiras para lutarem contra ou a favor do governo sírio. Contudo, é necessário levar em conta a complexidade e as especificidades do caso em foco.

1.2 - CONCEITOS FUNDAMENTAIS DA GEOGRAFIA

Dentro do contexto da presente pesquisa, podem-se inserir os conceitos básicos da Geografia para a análise das relações entre espaço e poder. Aron (1986), ao tratar o “espaço” como uma categoria essencial para o entendimento das relações entre as unidades políticas, o vê como o teatro das ações daqueles atores que disputam o poder de alguma forma. Milton Santos conceituou o espaço geográfico como "um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, **de sistemas de**

objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá." (2006, p. 38, grifo nosso). Em Santos também se encontra o conceito de "rugosidades" do espaço, que "são o espaço construído, o tempo histórico que se transformou em paisagem, incorporado ao espaço" (SANTOS, 1978, p. 138).

A partir dessa noção de espaço, pode-se inferir que no caso da análise político-espacial de um fenômeno geopolítico, "as ações" humanas, sejam elas dos militantes islâmicos ou do exército sírio, estão moldando o espaço geográfico em foco, além dos "objetos" envolvidos nesse processo, sejam eles estruturas urbanas ou equipamentos de guerra, entre outros, que são utilizadas pelas diversos grupos humanos envolvidos no referido fenômeno.

De acordo o raciocínio de Aron (1986, p. 264), o analista do campo da Geopolítica internacional "vê no meio geográfico 'o terreno em que se desenrola o jogo diplomático e militar' (...); os povos se transformam em atores, aparecendo no cenário mundial e retirando-se dele.". Para os geógrafos, o território constitui esse "meio geográfico" citado por Aron. Marcelo Sousa define "o território é essencialmente um instrumento de exercício de poder: *quem domina ou influencia quem nesse espaço, e como?*" (2000, p. 79).

O alemão Friedrich Ratzel, geógrafo pioneiro em tratar do tema, defendia que o domínio do território era condição básica para a existência de um Estado. Ele afirmava que "Quando uma sociedade se organiza para defender o território, transforma-se em Estado" (RATZEL apud MORAES, 1997, p. 56), ou seja, com essa ação essencialmente defensiva, que exige organização e unidade, tem-se a constituição de uma estrutura que torna legítima a existência do território que, por sua vez, se encontra sob a tutela do Estado. Para Ratzel (apud MORAES, 1997), portanto, se uma sociedade perde seu território está fadada à decadência, assim como se o conservasse e o explorasse teria progresso. Essa ideia pode ser observada em acontecimentos geopolíticos recentes, como na crise síria.

Com efeito, a definição mais tradicional de território acabou estando mais ligada a jurisdição de uma unidade política, a do Estado nacional, sobre uma extensão geográfica onde vigoram normas e leis e a soberania do respectivo governo

(MESQUITA, 1995). No entanto, a teoria geográfica evoluiu para uma conceituação mais ampla. O território, como lembra Sousa (2000), não precisa e nem deve ser reduzido à escala nacional. O referido autor ressalta que os territórios existem e são construídos (e desconstruídos) nas diversas escalas (da local a internacional) e ainda assinala que os territórios existem também dentro de escalas temporais as mais diferentes: de dias a séculos; ou seja, “territórios podem ter caráter permanente, mas também podem ter uma existência periódica, cíclica.” (SOUSA, 2000, p. 81). Por exemplo, o território nacional sírio passou por diversas metamorfoses até a configuração geográfica atual; já sobre o espaço ocupado pelo Estado Islâmico em partes da Síria e do Iraque pode ser considerado como um território específico, pois esse grupo terrorista exerce, de fato, o domínio sobre ele. Daí a importância da análise do processo histórico que determinou a formação de certo território, o povo e a cultura que o influenciou. Nesse sentido, Glória Maria Vargas de Meza explica que o conceito de território considera:

a história das relações que os grupos estabelecem com o território e a terra, da perspectiva das suas características e do aprimoramento da identidade cultural e política que se retroalimenta a partir da simbiose gerada. Esses elementos não devem ser tomados isoladamente, mas considerados como parte de processos que se revertem em ações políticas fundacionais e abrem os caminhos da autodeterminação coletiva (MEZA, 2017, p. 89).

Têm-se, também, o conceito de territorialidade, que, segundo Zilá Mesquita (1995, p. 83), pode ser “entendida como projeção de nossa identidade sobre o território. Assim me sinto diante do território”. Além da noção de identidade e de pertencimento, e mais ligado à ideia de poder, Marcos Saquet descreve o pensamento de Robert Sack: “territorialidade corresponde às ações de influencia e controle em uma área do espaço, tanto de indivíduos como de suas atividades e relações, o que pode ocorrer em diferentes níveis escalares.” (SAQUET, 2013, p. 83). Sack, em sua obra *Human territoriality*, de 1986, argumenta que a territorialidade constitui uma estratégia para influenciar ou controlar recursos, fenômenos e pessoas, desde o nível pessoal até o internacional. Diz ele que “A territorialidade está intimamente relacionada ao como as pessoas usam a terra, como organizam o espaço e como dão significados ao lugar” (SACK, 1986, p. 2), concluindo que “A territorialidade é uma expressão geográfica primária do poder social” (SACK, 1986, p. 2).

Já o geógrafo francês Philippe Pinchemel (1988), observou que há uma grande variedade de noções de território e de territorialidade, no tempo e nas diversas culturas e sociedades, pois são os valores territoriais que determinam as características do território que certo grupo étnico vive. Levando-se em conta que a presente pesquisa trata de um país árabe, cabe citar a explicação do autor sobre a territorialidade islâmica:

Ela repousa sobre o princípio da terra do Islam (*dar al Islam*), território que não é delimitado a não ser pela terra da guerra (*dar al llarb*), terra dos infiéis. **As divisões e fronteiras no interior da terra islâmica eram desconhecidas, ou melhor inconcebíveis. Os limites internos foram introduzidos a seguir mas eles não têm os valores separatistas das fronteiras do pensamento ocidental, e a territorialidade do Estado, no caso, é idealmente subordinada ao fato religioso.** As associações sucessivas de Estados Islâmicos projetadas, propostas ou realizadas durante períodos de duração variável, testemunham isso. Além do fator religioso essencial, se atribui os caracteres originais da territorialidade islâmica à associação ao deserto, ao nomadismo e a uma urbanização sem contrapartida agrícola, sem assentamento rural extensivo (PINCHEMEL, 1988, p.407, grifo nosso).

Por fim, ao estudar a situação geopolítica de países com a Síria ou o Iraque, depara-se com um território sem um controle total do Estado, com uma identidade nacional frágil e subdividido entre grupos rivais que disputam o poder. Essa situação se enquadra no que Manuel Correia de Andrade denomina de “fragmentação do espaço”. Andrade explica que a política das nações imperialistas, desde o período colonial e mesmo após as independências formais das colônias, sempre procuraram enfraquecer a constituição de Estado-nações fortes, visando a continuidade de sua exploração (ANDRADE, 1988).

1.3 - CARACTERÍSTICAS GEOGRÁFICAS DA SÍRIA

A República Árabe da Síria atual, localizada no centro do Oriente Médio e banhada pelo Mar Mediterrâneo, faz fronteiras com a Turquia (ao norte), Iraque (a leste), Jordânia (ao sul), Israel (a sudoeste) e Líbano (a oeste). O regime político é republicano parlamentar. Mas com a ascensão do regime autoritário e autocrático da família Assad a partir de 1970, o parlamento perdeu força em relação ao poder executivo.

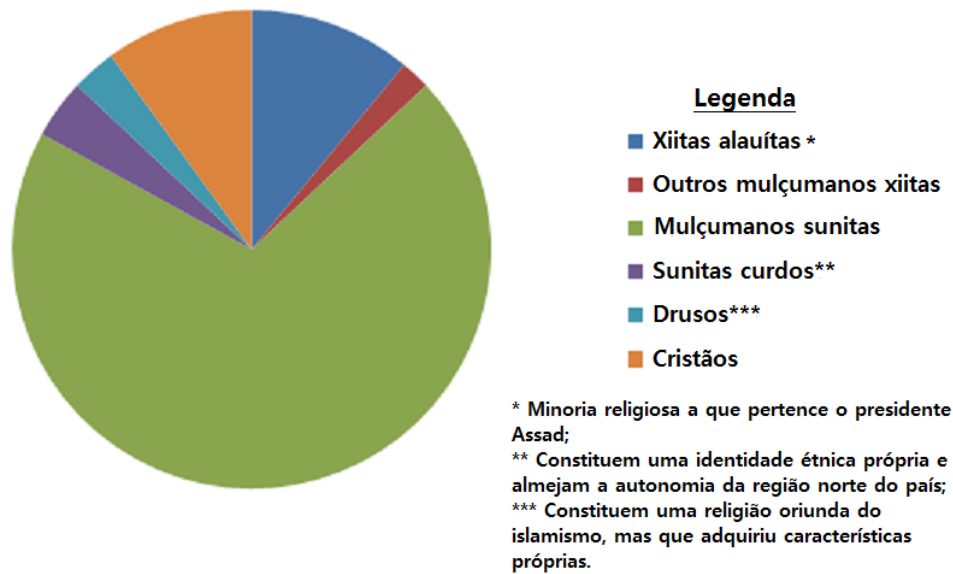
A economia nacional tem na exploração de petróleo e gás natural a principal fonte de receitas, com forte participação dos russos e chineses nessas áreas, destacando a atuação de empresas como a russa Gazprom e a chinesa China National Petroleum Corporation em sociedade com a empresa estatal síria General Petroleum Corporation (GPC). As principais reservas de petróleo atualmente exploradas na Síria encontram-se na parte oriental do país, principalmente ao longo do rio Eufrates. Mas já há reservas confirmadas de petróleo e gás no litoral sírio do mar Mediterrâneo³. Outra atividade de fundamental importância é a agricultura, na qual há o cultivo de azeitona, frutas, legumes, verduras e algodão. A indústria, por sua vez, é pouco desenvolvida, e atua nos seguintes segmentos: químico, petroquímico, couro, têxtil e alimentício (FRANCISCO, 2017).

A sociedade síria é bastante complexa devido ao fato de ser composta de diversos grupos étnico-religiosos (ver gráfico 1 e mapa 1). Entender essa complexidade é fundamental para a compreensão da guerra civil. A Historiadora Maria João Tomás (2014, p. 7), diretora da Casa Árabe de Lisboa, sintetiza os aspectos humanos da Síria:

Estima-se que no início do ano de 2011 a população era de 21.906.156 habitantes, sendo 90% árabe-síria, 5,9%, curdos e 4,1% turcos e armênios. Noventa por cento (90%) do total era muçulmana, e desses 74% eram sunitas e menos de 15% eram xiitas. A maioria dos 10% restantes eram cristãos e drusos, e uma pequena comunidade, de cerca de 4500 pessoas, eram judeus sírios. Havia cidades inteiramente cristãs, com ortodoxos e católicos de rito oriental, sendo conhecida por ser um dos países mais tolerantes do Médio Oriente. Talvez por isso, houve cinco Papas de origem síria, e Antioquia foi sede do segundo mais antigo patriarcado cristão, transferido durante a Idade Média para Damasco. Tem uma constituição laica e a aplicação da sharia, bem como o extremismo religioso eram proibidos.

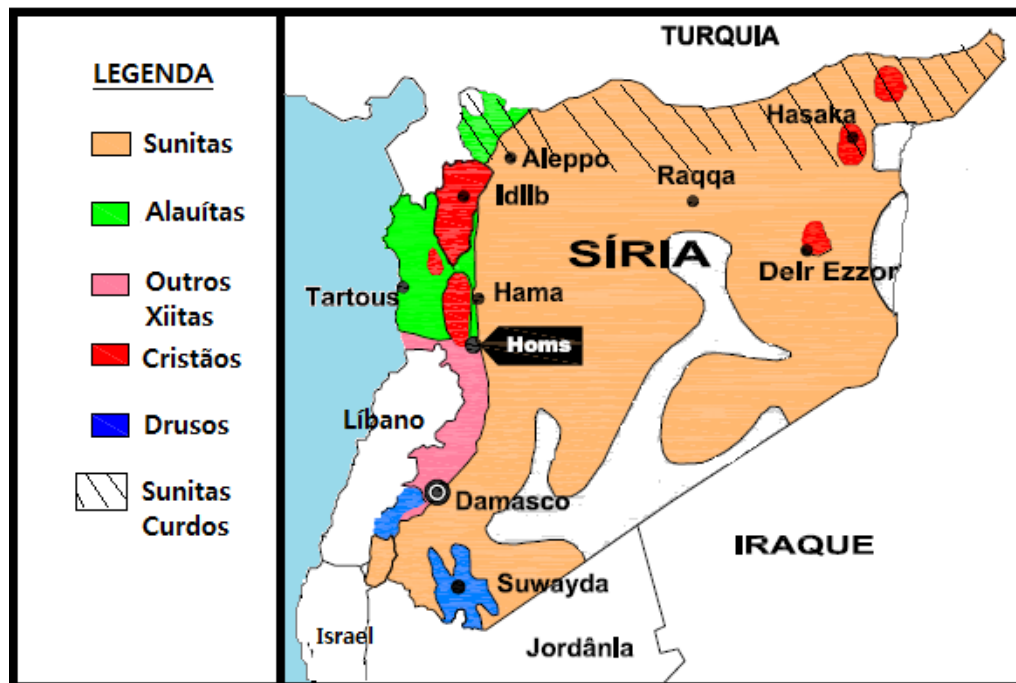
³ No capítulo 3 se discutirá a geopolítica mundial e sua relação com a economia da Síria, onde se aprofundará o tema da exploração desses recursos.

Gráfico 1 – Grupos étnico-religiosos da Síria (2011)



Fonte: elaborado pelo autor, baseado em Tomás (2014, p.7).

Mapa 1 - Os principais grupos étnico-religiosos que formam a população síria atual

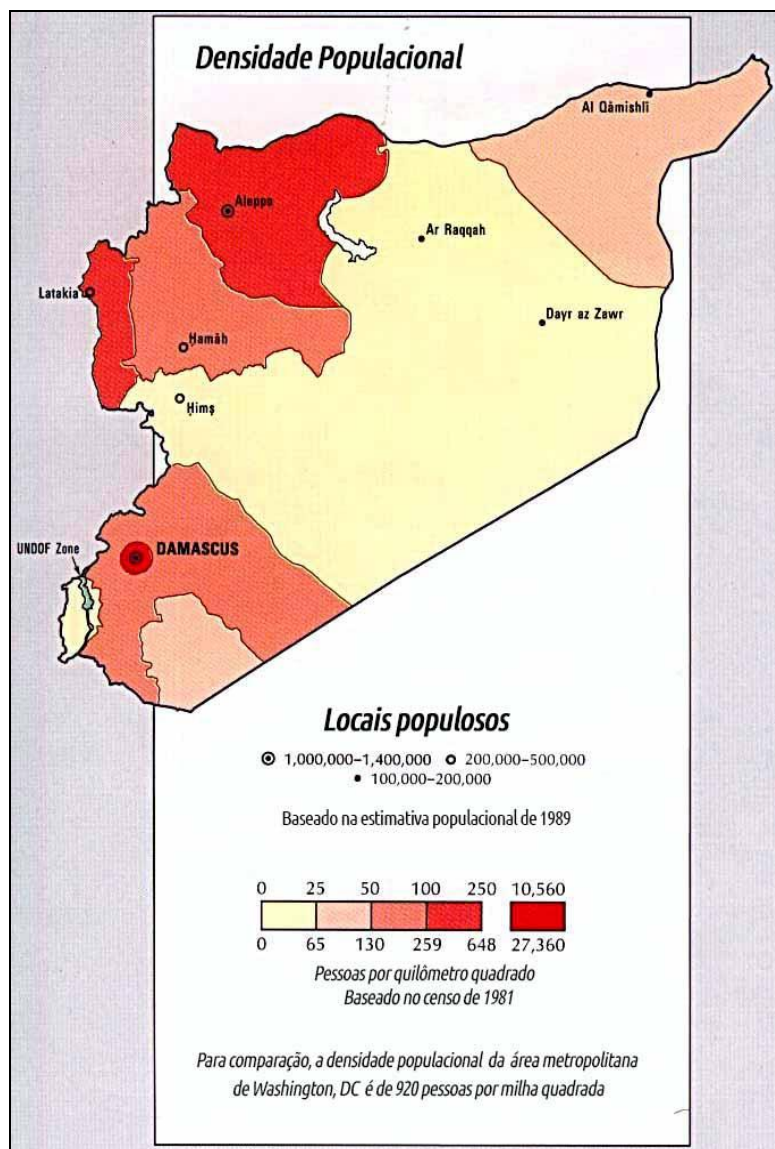


Fonte: Elaborado pelo autor, com base nos dados de International Institute for Strategic Studies. Disponível em <https://www.iiss.org>. Acesso em 22 set. 2017.

Outro fator geográfico importante para se compreender a atual crise síria é a distribuição dos habitantes no território. A população síria está concentrada

principalmente nas partes oeste e norte do país, junto às fronteiras com Líbano e a Turquia e ao longo do litoral do mar Mediterrâneo. Nessas regiões se localizam os maiores centros urbanos como a capital Damasco e as cidades de Aleppo, Homs e Hamah (ver mapa 2); e onde também estão os maiores conflitos da guerra civil. Com exceção de Damasco, onde o governo ainda tem o controle espacial, nas outras cidades citadas, os equipamentos urbanos encontram-se grandemente destruídos e com a população já, em sua maior parte, evacuada (ver figuras 4, 5 e 12, no Anexo E).

Mapa 2 - Densidade demográfica da Síria.



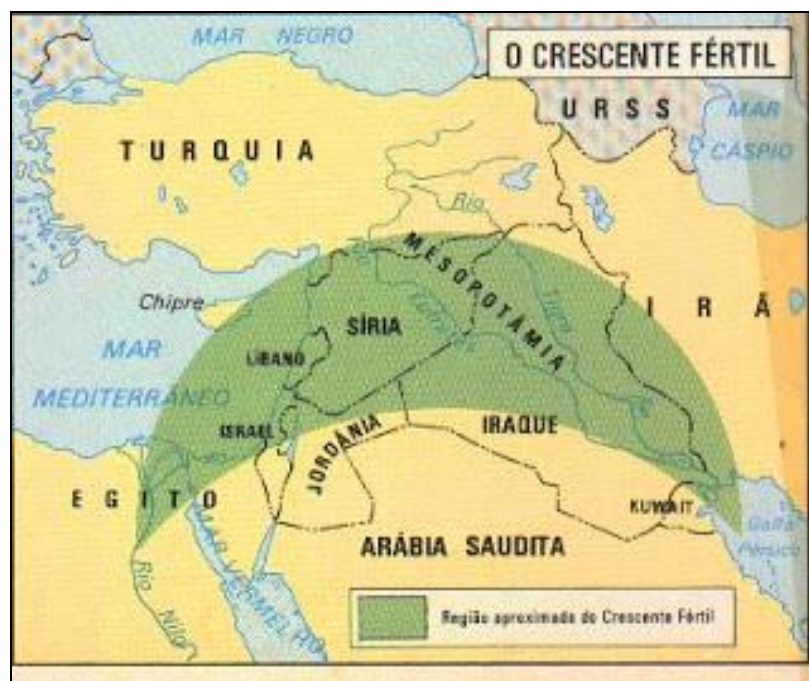
Fonte: HEIDRICH, 2017.

O território sírio está inserido na região conhecida historicamente como “crescente fértil”. Em relação ao seu quadro físico, tal região caracteriza-se por ter relevos acidentados que cortam planícies semi-desérticas, e pela presença dos rios Eufrates e Tigre, que possuem regime irregular e atravessam a região sem irrigá-la totalmente (MASSOULIÉ, 1994). Especificamente, sobre os aspectos naturais da Síria,

a maior parte da Síria é um platô árido, apesar do noroeste do país, isto é, a região próxima à costa do Mar Mediterrâneo ser bastante verde. O noroeste do país (*Al Jazira*) e o sul (*Houran*) são importantes áreas agrícolas. O rio Eufrates, o mais importante do país, cruza seu território a leste. O clima do país é predominantemente árido: cerca de 3/5 do país recebe menos de 2500 mm de chuva por ano (FRANCISCO, 2017).

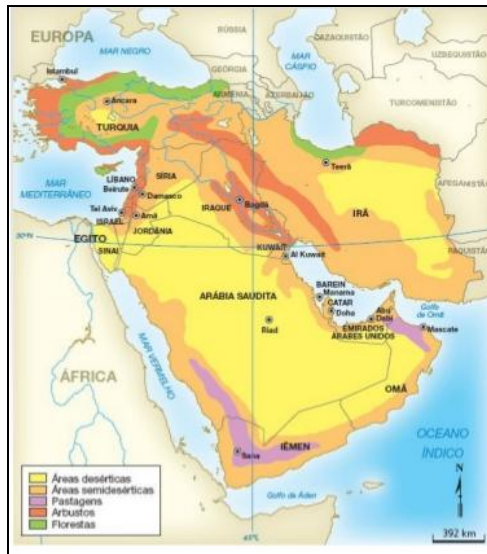
A região do Crescente Fértil, uma área que ia aproximadamente do atual Iraque até o Egito, compreendia a maior parte do que hoje se conhece por Oriente Médio (ver mapa 3). Por ser entreposto de diversas regiões e constituir uma região geograficamente aberta, por não apresentar fronteiras naturais, como grandes cadeias de montanhas, ela sempre foi alvo de invasões e conquistadores (ver mapas 4 e 5). Tal aspecto determinou uma variedade de povos e costumes, como já exposto.

Mapa 3 - A região conhecida como o Crescente Fértil



Fonte: SANTOS, 2009.

Mapa 4 - Clima e vegetação



Fonte: FERREIRA, 2016.

Mapa 5 - Relevo sírio: predomínio de planaltos e planícies.



Fonte: FERREIRA, 2016 (com adaptações).

Ademais, cabe esclarecer ainda que o contexto geográfico atual em que o fenômeno geopolítico da primavera árabe e da guerra civil síria não se limita aos contornos do território sírio e de seus vizinhos fronteiriços. Com já ressaltado anteriormente, a primavera árabe afetou não apenas o Oriente Médio, mas também o norte da África e, juntamente com os efeitos da guerra civil síria, é possível afirmar que envolve também a Ásia central. Daí a importância do conceito de “Grande Oriente Médio”, que, de acordo com Visentini (2012, p. 23), engloba o:

Oriente Médio árabe e não árabe (Machreck, ou oriente), o Norte da África (Magreb, ou ocidente), a Eurásia Central, o Afeganistão e o Paquistão. Juntos, formam o Grande Oriente Médio, não definido pela religião. A região possui um vácuo de poder, é rica em petróleo e gás, mas sem desenvolvimento industrial nem uma potência hegemônica. São 600 milhões de pessoas, englobando 31 Estados, 13 dos quais não árabes, mas com população muito superior a estes e muito mais poderosos.

CAPÍTULO 2 - FORMAÇÃO HISTÓRICO-TERRITORIAL DA SÍRIA

Ao tratar da importância da história nas relações internacionais contemporâneas, o historiador José Saraiva afirma que ela “é parte intrínseca à formação das estruturas do presente e matriz genética dos fenômenos internacionais atuais.” (2006, p. 59). E completa assinalando que o presente é, em grande medida, o resultado “de processos que se avolumaram no passado ante as novas condições que alimentam o inédito” (SARAIVA, 2006, p. 59). Já Milton Santos (1997) lembra que o espaço constitui, enquanto dimensão histórica, uma “acumulação desigual de tempos”.

Dessa forma, faz-se necessário, para se entender a guerra civil na Síria, assim como qualquer tema geopolítico atual, a compreensão do processo histórico que o determinou; ou seja, buscar as “forças profundas”⁴ (sociais, culturais, econômicas e políticas) que moldaram o atual quadro. Seguindo o método geohistórico, objetiva-se explicar como se deu a longa formação histórica e territorial da Síria, desde a antiguidade até o momento presente.

2.1 – DA ANTIGUIDADE AO IMPÉRIO OTOMANO (ATÉ 1918)

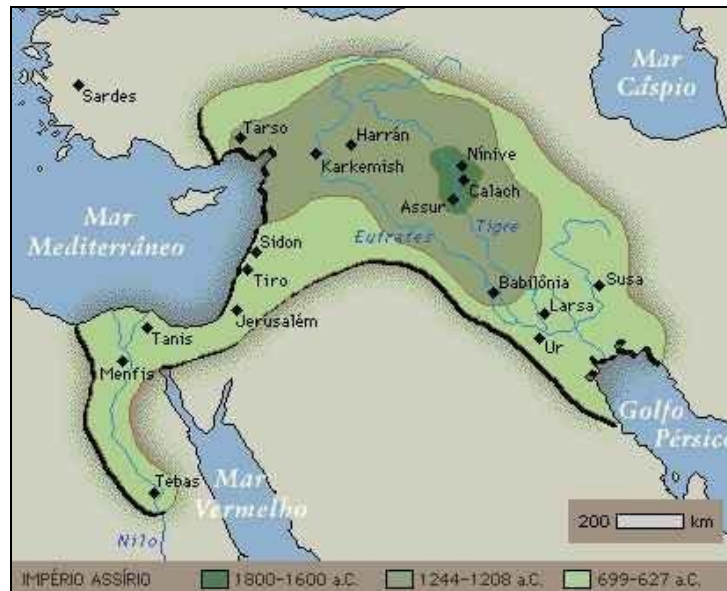
Segundo François Massoulié (1994), os nacionalistas sírios da primeira metade do século XX, que idealizavam um Estado sírio independente, advogavam que o território precursor da Síria seria aquele da época do antigo império da Assíria, que abrangia toda a região denominada como o Crescente Fértil (ver mapa 6). Os assírios se tornaram uma potência por volta de 1.400 a.C e o primeiro grande Estado imperial do Oriente Próximo, a partir de 1.100 a 600 a.C (WATSON, 2004).

O padrão de dominação espacial dos assírios, assim como de outros povos da antiguidade, consistia em uma administração indireta. Na prática, eles não exerciam a autoridade direta sobre a totalidade dos povos conquistados. Nesse sentido, Adam Watson explica como funcionava o império assírio e outros do referido período histórico:

⁴ O conceito de “forças profundas” foi desenvolvido pela escola francesa de relações internacionais e diz respeito aos fatores multicausais (sociais, políticos, etc) que operaram na formação das estruturas geopolíticas internacionais. Faz-se então, necessário estudá-los para se entender um determinado fenômeno no presente (SARAIVA, 1997).

Os atlas históricos que pintam os impérios do mundo antigo de uma cor uniforme são enganadores. Os impérios antigos não tinham fronteiras claramente delimitadas. Suas atividades e sua autoridade eram radiais, mais que territoriais, e disseminavam-se ao longo de linhas de penetração. O comércio (...), o poder militar e as comunicações diplomáticas, eram difundidos ao longo de rotas específicas. (...) os governantes de Estados subordinados como a Babilônia e o Egito ainda eram suficientemente autônomos na prática (...). (WATSON, 2004, p. 60).

Mapa 6 - Mapa do antigo império assírio



Fonte: BARRACLOUGH, 1995.

O islã⁵ surge no século VI d.C., e começa a ascensão do império árabe-mulçumano, que iria dominar todo o Oriente Médio e norte da África. A organização político-espacial dos mulçumanos era centrada na liderança do Califa sobre uma base territorial (o califado)⁶. De acordo com André Nunes (2015), a história dos califados pode ser separada em quatro períodos: o primeiro de 632 a 661 sob a autoridade dos “bem-guiados”, aqueles que eram da família de Maomé ou próximo a ele; o segundo de 661 a 750 sob o governo do Império Omíada que estendeu o domínio islâmico ao norte da África, até o sul da Espanha, e na Ásia, até o Paquistão; o terceiro o Império

⁵ Religião monoteísta, cujo deus é chamado de Alá. Foi fundada por Maomé, considerado o mensageiro (profeta) por excelência deste deus e seu representante nas coisas terrenas. A sua doutrina encontra-se em seu livro sagrado, o Alcorão. Os seus principais locais sagrados são Meca e Medina, atualmente localizadas na Arábia Saudita, e de onde Maomé iniciou a sua pregação (CORREIA, 2015).

⁶ “Califado” seria um Estado islâmico governado por um líder político-religioso supremo, o califa ou sucessor do profeta Maomé. O termo também é usado para se referir ao reinado de um determinado califa (NAPOLEONI, 2015).

Abássida de 750 a 1258; e o quarto e último, o Otomano de 1281 a 1924, quando o califado foi abolido após a derrota dos otomanos na 1ª guerra mundial, por Mustafa Kemal Atatürk, o fundador da Turquia moderna e secular. Várias cidades foram capitais desse império, entre elas Damasco, que passaria a ser uma das mais importantes, rivalizando com Meca, Bagdá e Cairo, a hegemonia no mundo islâmico.

No século XVI, os otomanos - ancestrais dos turcos modernos que habitavam a Ásia central e que haviam se convertido ao islamismo - reunificam sob sua liderança o mundo mulçumano sunita, com exceção da Pérsia (xiita). Para Paul Kennedy (1989) o apogeu desse império se deu durante a Idade Média, e assim como o império chinês, até o século XVI esteve à frente dos europeus em várias áreas (militar, cultural, etc). Além de disso, eles “tinham estabelecido uma unidade de religião, cultura e língua oficiais numa área maior do que o Império Romano, e sobre um vasto número de povos sujeitos.” (KENNEDY, 1989, p. 20). Tendo sua capital em Istambul, o império otomano conseguiu manter o domínio sobre esse vasto espaço por meio de uma administração descentralizada e que não interferia nos assuntos locais (LEWIS, 1996). Essa foi a dinâmica de domínio espacial que o historiador Massoulié denominou de “solução otomana” e a descreveu assim:

O sultão turco, um estrangeiro no Oriente Médio árabe, deriva sua legitimidade unicamente de sua capacidade de lutar contra os xiitas e as potências cristãs, de defender os lugares santos e de organizar a peregrinação. A ideia de “nacionalidade”, que pressupõe uma relativa homogeneidade da população, permanece totalmente estranha a filosofia política otomana. (MASSOULIÉ, 1994, p. 13).

Nessa lógica de poder, as fronteiras não eram demarcadas rigidamente entre os diversos povos que habitavam o Oriente Médio, segundo a lógica da territorialidade islâmica. Assim como na antiguidade, as dinâmicas locais – como o sistema tribal, por exemplo - não sofriam uma interferência direta do governo central de Istambul. Patriarcas gregos ortodoxos e rabinos judeus tornavam-se personagens oficiais do império, investidos de um amplo direito de jurisdição em suas respectivas comunidades. Os sultões mulçumanos também concediam vantagens aos governos europeus para implantarem pontos de comércio no interior dos limites imperiais, além de poderem proteger as comunidades cristãs no Oriente. Essa política ficou conhecida como “as Capitulações”.

Contudo, essa política contribuiu, com o passar do tempo, para o próprio declínio do império otomano, pois à medida que os Estados europeus se desenvolviam econômica e militarmente, aumentava a sua influência sobre os diferentes povos existentes no amplo espaço imperial. Tal processo ocorreu a partir do século XVII, de maneira semelhante ao que aconteceu também com o império chinês. No século XVIII, a maioria das regiões mais remotas do império, como o norte da África e partes do Oriente Médio, já não estavam de maneira efetiva no controle do governo turco (HOBSBAWM, 1988).

A certo ponto, os europeus negociavam diretamente com as autoridades locais sem passar por Istambul. Esses acordos iam minando a unidade otomana e começou a inflar os grupos étnicos de cada região. Em 1853, por exemplo, foi assinado um tratado entre a Inglaterra e alguns emirados do golfo pérsico para acabar com os ataques piratas na região. Em 1903, o vice-lorde britânico Curzon, em visita à região, explicou aos emires (autoridades locais) a natureza do acordo: tratava-se de defender “o nosso comércio, assim como a vossa segurança.” (MASSOULIÉ, 1994, p. 15). Ao aprofundar essa ingerência, os europeus começaram a impor o conceito de fronteiras rígidas no Oriente Médio, para separar os protegidos dos não-protegidos, causando uma crescente instabilidade política e militar na região. Adicionalmente, como ressalta Kennedy (1989), o imperialismo otomano, ao contrário dos europeus, não foi economicamente muito proveitoso e semelhantemente ao chinês, não soube aproveitar os avanços científicos e comerciais de outros povos.

Além dos fatores geopolíticos e econômicos, existia também a questão cultural por trás do crescente avanço europeu sobre outros continentes. É o que defende intelectuais como o pesquisador pós-colonial Edward Said. Em sua mais importante obra, *Orientalismo* (1978), Said relata como se construiu no Ocidente, principalmente na Europa, uma ideia distorcida sobre o que seria o Oriente. Os europeus viam a sua atuação imperialista como uma missão civilizatória sobre aqueles povos “orientais” que não sabiam se cuidar por conta própria. Said relata, como exemplo dessa forma de pensar do europeu em relação aos orientais, o discurso de Arthur James Balfour⁷ em 1910 na Câmara dos Comuns em Londres. Ao ser questionado por alguns

⁷ Balfour foi primeiro-ministro do Reino Unido entre 1902-1905 e tinha uma vasta experiência na administração do império britânico mundo afora.

parlamentares sobre a necessidade da presença inglesa no Egito, que se tornara mais complicada devido ao crescimento do movimento nacionalista egípcio, Balfour explicou a importância de a Inglaterra continuar a administrar o Egito e outras nações orientais:

Antes de mais nada, considerem os fatos da questão. Assim que surgem para a história, as nações ocidentais demonstram aquelas capacidades incipientes para o autogoverno [...] tendo méritos próprios. [...] Pode-se olhar para o conjunto da história dos orientais no que é chamado, falando de maneira geral, de Leste, sem nunca encontrar traços de autogoverno. Todos os séculos grandiosos desses países - e eles foram muito grandiosos - foram vividos sob despotismos, sob governos absolutos. Todas as suas grandiosas contribuições para as civilizações - e elas foram grandiosas - foram feitas sob essa forma de governo. Um conquistador sucedia a outro conquistador; uma dominação seguia a outra; mas nunca, em todas as reviravoltas da sina e da fortuna, se viu uma dessas nações, de moto próprio, estabelecer o que nós, de um ponto de vista ocidental, chamamos de autogoverno. Esse é o fato. Não é uma questão de superioridade ou de inferioridade.

É uma boa coisa para essas grandes nações - admito a grandeza delas - que esse governo absoluto seja exercido por nós? Acho que é uma boa coisa. Acho que a experiência demonstra que sob esse governo elas têm um governo muito melhor que qualquer outro que tenham tido em toda a história, o que é um benefício não só para elas, como sem dúvida para o conjunto do Ocidente civilizado. (...) Estamos no Egito não apenas pelo bem do Egito, apesar de estarmos lá para o bem deles; estamos lá também para o bem da Europa em geral (BALFOUR *apud* SAID, 1990, p. 43).

No início do século XX, a “solução otomana” entra em colapso com a I Guerra Mundial. Como o governo turco entrou na guerra ao lado da Alemanha, as potências aliadas europeias anti-germânicas, principalmente França e Inglaterra, incentivaram revoltas nas províncias árabes contra o governo imperial otomano, inclusive na região da Síria atual, onde ainda havia um domínio mais direto de Istambul (HOBSBAWM, 1988). Esse apoio local aos britânicos e franceses se deu, sobretudo, com a promessa de uma futura implementação de Estados independentes na região. Algo que não seria cumprido com o fim do conflito. Em parte, por razões estratégicas; e em parte, por esta ideologia do “ser superior”, predominante na mente dos dirigentes ocidentais e que Said descreveu tão bem.

2.2 – DA I GUERRA MUNDIAL À INDEPENDÊNCIA (1918 A 1946)

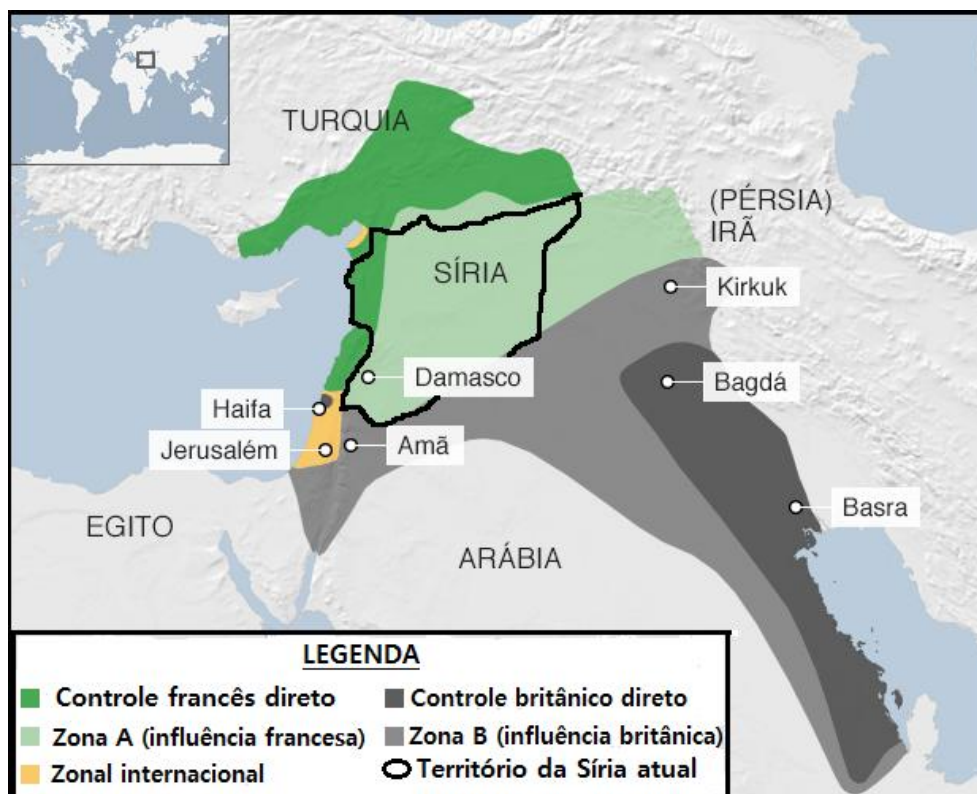
O governo britânico tinha negociado, durante o decorrer da I guerra mundial, com o líder Hussein, importante autoridade otomana e tido como descendente de

Maomé, o apoio dos árabes contra os exércitos otomano e alemão, em troca do apoio inglês a criação de um futuro “Estado Árabe” independente, que incluiria a Arábia, a Síria, parte do Iraque e possivelmente a Palestina (CLEVELAND e BUNTON, 2009). O governo dessas províncias ficaria a cargo do próprio Hussein e de seus filhos. Entre esses, estava Amir Faisal, que seria o governante da Síria, território onde ele ajudou na luta contra os otomanos e que tinha o apoio das lideranças locais (ver figuras 6 e 7 e 8, no Anexo E).

Entretanto, a lógica geopolítica prevaleceu nas negociações entre as potências aliadas. Inglaterra e França negociaram um tratado secreto, finalizado em maio de 1916 e conhecido como o “Acordo Sykes-Picot” (ver mapa 7). Ele determinava que:

Reconhecia as reivindicações francesas de longa data para a Síria, atribuindo a França uma grande zona de "controle direto" que se estende ao longo da costa síria do sul do Líbano até a Anatólia. Além disso, a França recebeu uma esfera de influência indireta exclusiva no interior da Síria. A posição britânica no Iraque foi igualmente garantida; A Grã-Bretanha ganhou o direito de exercer "controle direto" sobre a parte sul da Mesopotâmia e foi-lhe concedida uma enorme zona de influência indireta exclusiva que se estende de Gaza a Kirkuk. (...) Nos termos do acordo, a Palestina seria colocada sob administração internacional (CLEVELAND e BUNTON, 2009, p.163, tradução nossa).

Mapa 7 - Mapa do acordo Sykes-Picot - A Síria ficou sob influência francesa



Fonte: Elaborado pelo autor, baseado em Moniz Bandeira (2013, p. 245).

Ao final da guerra, enquanto os aliados se reuniam em Paris para resolver seus interesses conflitantes, Amir Faisal estava formando um governo árabe em Damasco. Todas as correntes do passado otomano e as visões conflitantes do futuro árabe se uniram a administração de Faisal. Assim, as lideranças locais se organizaram e formaram o Congresso Geral Sírio e elaboraram um plano de independência e a formação de um governo monárquico constitucional, tendo Faisal como rei. A ideia da criação de uma “Grande Síria”, inspirada num crescente sentimento nacionalista, se baseava na crença de que ela seria a sucessora natural do antigo império da Assíria (MASSOULIÉ, 1994). Nesse intuito, o Congresso Geral Sírio, reunido em 1919 redigiu uma resolução encaminhada ao governo americano em que pedia apoio a reivindicação de sua independência. Em síntese, o documento (cuja versão integral encontra-se no Anexo B) continha as seguintes proposições:

- * Solicitação da plena e absoluta independência política da Síria na delimitação geográfica que corresponderia aos atuais territórios da Síria, sudoeste da Turquia, Líbano, Palestina, Israel e Jordânia (ver mapa 8);
- * Implantação de um governo na Síria na forma de uma monarquia constitucional baseada em princípios democráticos e amplamente descentralizada, que salvaguarde os direitos das minorias e com Amir Faisal como rei;
- * Rejeição do Artigo XXII do Pacto da Liga das Nações, que exigia uma tutela de um poder mandatário, a não ser se for apenas para prestação de assistência técnica e econômica, sem prejuízo da absoluta independência;
- * Rejeição ao estabelecimento de uma comunidade judaica na parte do sul da Síria (Palestina). Contudo, garantindo aos judeus sírios o gozo dos direitos como cidadãos;
- * Condenação e rejeição dos tratados secretos principalmente sobre qualquer acordo para providenciar o desmembramento da Síria, especialmente da Palestina ou da região costeira do oeste do Líbano.

Mapa 8 – A Grande Síria: delimitação geográfica do território reivindicado pelos nacionalistas sírios em 1919.



Fonte: Elaborado pelo autor, com base no documento "Resoluções do Congresso Geral Sírio", de 2 de julho de 1919 (Anexo B).

Mas, segundo Cleveland e Bunton (2009), a França, seguindo o Acordo Sykes-Picot, não aceitou a independência total da Síria e interviu militarmente, ocupando Damasco e obrigando Amir Faisal a se exilar no exterior. Em 1919, a recém-criada Liga das Nações (considerada a predecessora da Organização das Nações Unidas), determinou a divisão das ex-províncias otomanas árabes em novos Estados e os concedeu à Grã-Bretanha e à França como seus "mandatos" (ver mapa 9). De acordo com a linguagem paternalista e preconceituosa da organização, mandatos seriam territórios que "eram habitados por povos que ainda não conseguiam viver sob as condições extenuantes do mundo moderno". Portanto, ser colocado sob a tutela das "nações avançadas", os ajudariam "até o momento em que pudessem viver sozinhos" (CLEVELAND e BUNTON, 2009, p.172, tradução nossa).

Mapa 9 – Os mandatos da Liga das Nações e as zonas de influências no Oriente Médio



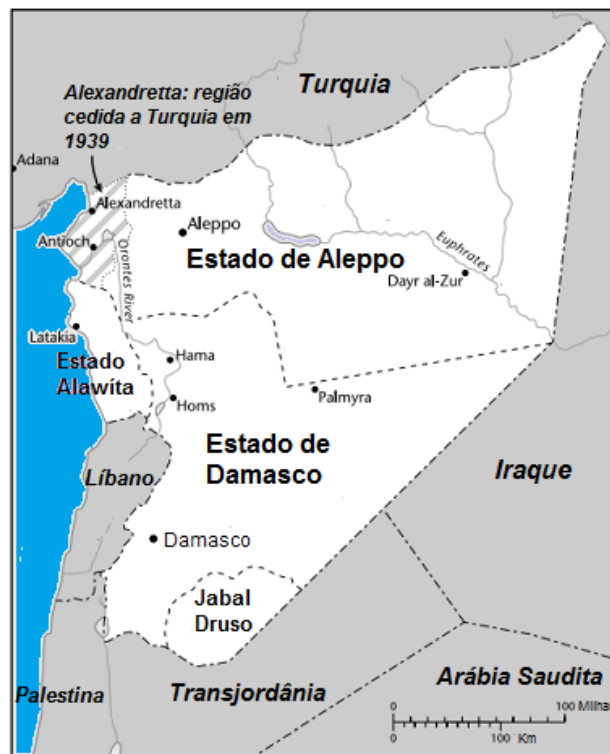
Fonte: CLEVELAND e BUNTON, 2009, p. 168 (com adaptações).

A responsabilidade de franceses e britânicos era para preparar essas regiões para um futuro autogoverno. Mas, na prática, eles agiam pensando em suas políticas geoestratégicas. A estratégia principal para exercer o domínio político-territorial era reforçar os particularismos, gerando divisões que minariam a construção de um sentimento de unidade e nacionalidade (CLEVELAND e BUNTON, 2009). Nesse aspecto, a ação da França na Síria é reveladora. A criação do “Grande Líbano” em 1920 favorece a minoria cristã libanesa apoiada pelos franceses, ao mesmo tempo que prejudica o acesso sírio ao mar Mediterrâneo e diminui a quantidade de terras cultiváveis para os sírios (ver mapa 10). Além disso:

O mandato francês divide a Síria criando quatro “Estados”: o dos Aluaítas, o Djebel druso, o de Alepo e o de Damasco. Concedendo autonomia às comunidades drusa e alauíta, a França contribui para “deslegitimar” ainda mais o Estado que ela deveria ajudar a construir. Sobretudo, favorece o ressurgimento do problema das minorias: dali em diante estas seriam

arrastadas pela lógica de confronto para o controle político de um território ou do Estado. Assim, em 1924, encorajados pela França, os dirigentes alauítas deixam a federação síria e proclamam um estado independente. Embora tenham retornado mais tarde ao seio da nação síria, a atitude dos alauítas reaviva as antigas desconfianças que a maioria dos muçulmanos nutria por eles.” (MASSOULIÉ, 1994, p. 40)

Mapa 10: A Divisão da Síria sob o mandato francês.



Fonte: CLEVELAND e BUNTON, 2009, p. 221 (com adaptações).

Em 1924, a França introduziu um novo arranjo político juntando os estados de Damasco e Aleppo em uma única unidade territorial chamada “Estado da Síria”. Além de Damasco e Aleppo, o Estado reconstituído da Síria compreendeu as cidades de Homs e Hama, dois grandes centros urbanos. A vida social e política nestas quatro cidades era dominada por comerciantes e latifundiários muçulmanos sunitas. Com efeito, a França isolou os drusos e os alauítas da vida política e garantiu que o poder político seria dominado por uma elite conservadora de sunitas urbanos. A instabilidade política destrutiva que veio caracterizar a Síria após a independência, em 1946, deve ser entendida, em grande parte, pela fragmentação praticada pelas autoridades francesas (CLEVELAND e BUNTON, 2009).

Neste contexto, o desenvolvimento dos regimes nazi-facistas na Europa, inspira o nascimento de grupos políticos de natureza ideológica autoritária e nacionalista. Na

Síria, este movimento viria a constituir mais tarde o Partido Baath (LEWIS, 1995) e o Partido Nacionalista Sírio (MASSOULIÉ, 1994). Esses grupos floresceram também pela repressão francesa e pela falta de abertura política, o que dificultava a formação de uma classe política moderada e estável. Adicionalmente, não havia uma progressiva transferência de responsabilidades administrativas que poderiam garantir um bom autogoverno num eventual Estado independente.

Com a chegada da II Guerra Mundial e a invasão da França em 1941, o governo exilado do general De Gaulle se compromete em encaminhar a independência da Síria e do Líbano, embora os franceses só fossem reconhecer a independência total de ambos os Estados em 1946.

Em síntese, o período entre guerras se caracterizou pela política francesa do “dividir para reinar”, implantando instituições político-territoriais estranhas à região. A ordem otomana de administração indireta e de não interferências sectárias fora destruída com a separação forçada das diversas comunidades por meio da implantação de fronteiras rígidas, gerando a fragmentação espacial e a instabilidade política e social. Nesse quadro que se processou a independência e o início da vida soberana síria.

2.3 – DA INDEPENDÊNCIA A ATUAL GUERRA CIVIL (1946 AOS DIAS ATUAIS)

Há um consenso entre os historiadores de que a “solução francesa” não produziu na Síria as condições ideais para a constituição de um Estado-nação social e politicamente estável, pois suas ações foram no sentido de enfraquecer a unidade nacional e não o contrário. Dessa forma, a história da Síria independente é marcada pela instabilidade política, social e também territorial. Tal situação produziu os fatores que desencadearam a atual guerra civil.

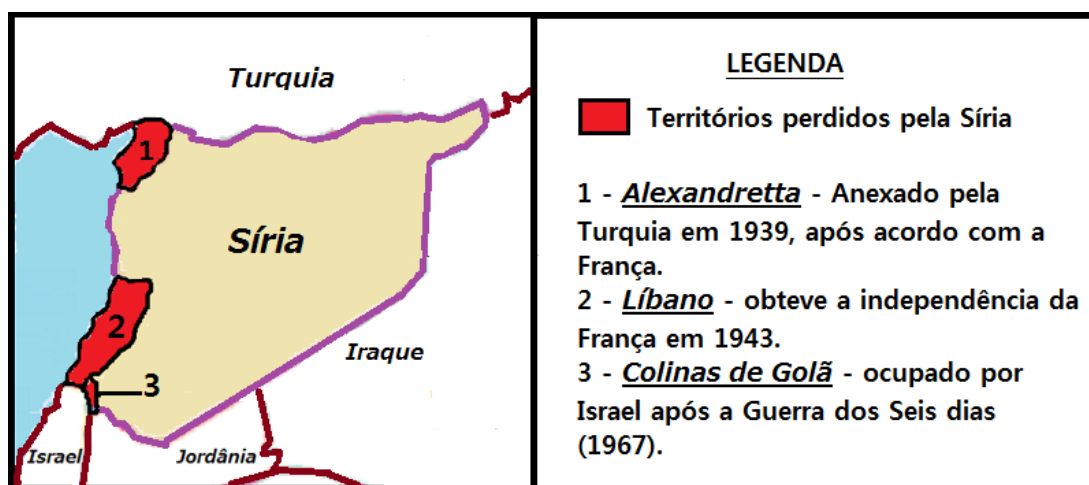
No Oriente Médio em geral, com algumas raras exceções, a democracia não floresceu, por falta de tradição e porque os europeus não se esforçaram em desenvolvê-la. Assim, a instabilidade política e o autoritarismo foram se constituindo como a alternativa mais viável para a maioria dos Estados recém-criados na região. Adicionalmente, a questão de Israel aparecerá como um complicador neste contexto já conturbado. O primeiro governo da Síria independente tinha sido eleito e logo teve que

enfrentar a crise causada pela criação do Estado de Israel em 1947-48. Vários países árabes não aceitaram o novo país e estoura a primeira de uma série de guerras árabe-israelenses. A derrota para Israel abalou o regime parlamentar democrático, abrindo caminho para o primeiro de vários golpes de Estado. Segundo o historiador Bernard Lewis:

O fracasso das forças combinadas para impedir o nascimento de Israel inspirou um profundo exame de consciência nos países árabes e, dentro de alguns anos, a substituição violenta de governantes e, às vezes, de regimes considerados como responsáveis pela situação. O primeiro regime a cair foi o da Síria, onde, em março de 1949, o coronel Husni Zaim, em um golpe incruento **[com o possível apoio da CIA]**⁸, extinguiu a ordem presidencial e parlamentar e iniciou uma série de *coups d'état*. O período de governo do exército terminou em 1954 com o restabelecimento de um regime parlamentar e a realização de eleições. A restauração, no entanto, durou pouco. Entre 1958 e 1961, a Síria fez parte da República Árabe Unida. Após a secessão, o país evoluiu rapidamente para a ditadura do partido Baath. (LEWIS, 1996, p. 327, acréscimo nosso).

Em 1967, Israel ocupa o território sírio denominado “Colinas de Golã”, e o sonho da Grande Síria torna-se mais distante. Geopoliticamente, além de a Síria ter tido o seu território reduzido, ela viu o seu principal inimigo regional ocupar uma região militarmente estratégica por sua altitude, que permite a vigilância sobre o território dos países vizinhos e também devido às suas fontes de água, algo fundamental numa região semidesértica (ver as mapas 11, 12 e 13). Em 1973, a Síria tentou uma ação militar para retomar essa região, mas não teve sucesso.

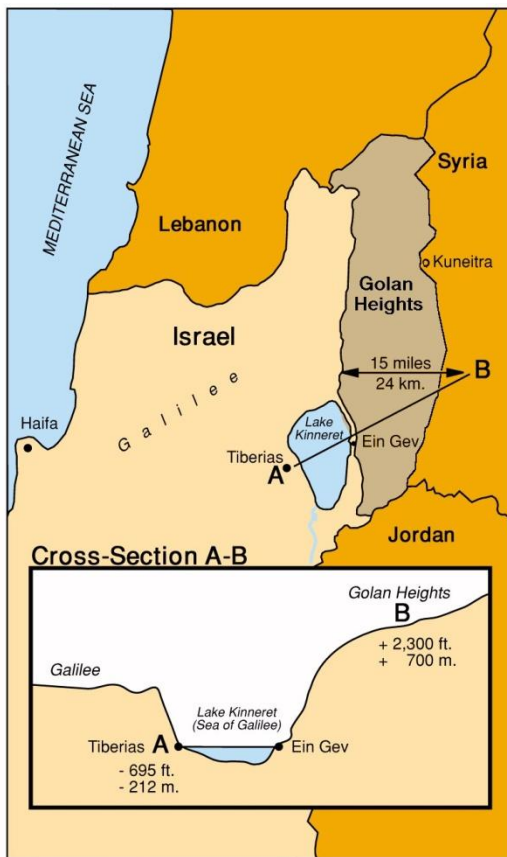
Mapa 11 - Principais perdas territoriais da Síria.



Fonte: Elaborado pelo autor, com base em Lewis (1996) e Cleveland e Bunton (2009).

⁸ Little, 1990.

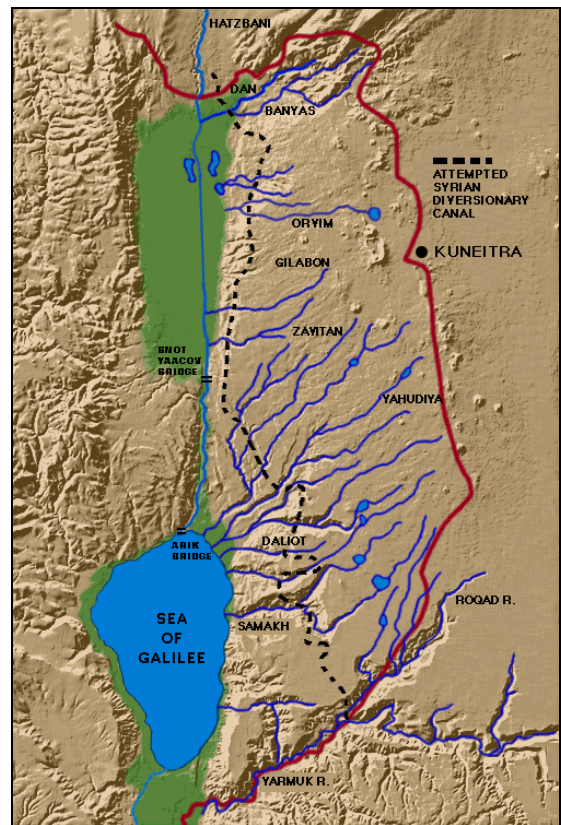
Mapa 12 - Região das Colinas de Golã: região estratégica pela sua altitude.



The Golan Heights
Distances and Elevations

Fonte: ISRAEL, 1991.

Mapa 13 - Hidrografia na região de Golã: uma fonte de água fundamental



Fonte: ISRAEL, 1991.

Fon

O partido Baath se desenvolveu no contexto da Guerra Fria sob inspiração do socialismo soviético combinado com o nacionalismo árabe. Ao longo da década de 1960 a tendência autoritária e militarista prevaleceu, alimentada pelos confrontos com Israel e pela busca do ideal da Grande Síria, culminando com a ascensão do general alauíta Hafez al-Assad ao poder em 1970.

Assim, acaba a predominância da elite sunita no poder sírio, que vinha desde a época do império otomano. Assad era de origem alauíta, comunidade xiita e essencialmente rural e pobre (CLEVELAND e BUNTON, 2009). Esse segmento começou a ascender no contexto nacional sírio em contraposição à tradicional elite comerciante urbana que dominava o cenário político e econômico. A carreira militar e a

militância no partido Baath foram as estratégias iniciais para se firmarem no poder. Cleveland e Bunton (2009, p. 398) esclarece a origem de Assad:

Al-Assad nasceu em 1930 na empobrecida e isolada região Noroeste da Síria. Os Alawitas constituíam uma seita shiita cujas crenças e rituais divergiam muito do islamismo tradicional, tanto que os membros do establishment sunita ocasionalmente se referiam a eles como infiéis. (...) os alauítas possuíam antigas tradições de autonomia e alienação do resto da sociedade síria. Al-Assad estava determinado a romper o isolamento e a pobreza que caracterizaram sua comunidade.

Dessa forma, Assad estruturou um regime autoritário (ver figura 9, em anexo), baseado no favorecimento de sua comunidade de origem e principalmente de sua família:

Al-Assad tentou assegurar a lealdade a seu regime nomeando parentes e aliados confiáveis para os cargos principais da hierarquia do governo. Nesse sentido, o triunfo pessoal de Assad na obtenção da presidência foi também uma vitória Alauíta. Os oficiais alauítas foram promovidos aos mais proeminentes postos militares e das agências de segurança, dando-lhes uma participação no preservação do regime. Além disso, membros da família de Al-Assad foram alocados em uma série de forças especiais fora da estrutura militar regular. O mais notável destes era um integrante da elite pretoriana, conhecida como as "companhias de defesa", comandadas pelo irmão mais novo do presidente, Rifat. O regime tomou uma coloração distintamente alauita que era vista com suspeita aos olhos da maioria sunita (CLEVELAND e BUNTON, 2009, p. 398).

Além disso, duas outras características do regime fez aumentar a oposição da maioria sunita: a aproximação no exterior com os segmentos xiitas como o grupo paramilitar libanês Hezbollah e o regime teocrático xiita iraniano, o que levou à intervenção na guerra civil do Líbano; e o caráter secular que Assad tentava impor ao país, o que ia contra a ortodoxia islâmica sunita. Essa oposição era constituída, então, pela antiga classe sunita comerciante e conservadora, e por parte da classe média urbana contrária ao segmento rural. Formaram-se grupos contrários ao governo, entre eles a Irmandade Muçumana. Geograficamente, ela era concentrada nas antigas cidades comerciais - Aleppo, Homs e Hama - e era liderada por jovens militantes da Irmandade Muçulmana (CLEVELAND e BUNTON, 2009).

Essa militância, que praticava inclusive atos terroristas violentos contra o regime, levou a um endurecimento do governo de Assad, que aumentou gradativamente a repressão aos grupos de oposição, culminando com o massacre de aproximadamente 10 mil pessoas na cidade de Hama em 1982:

As forças de segurança de Al-Asad fizeram centenas de prisões, mas a violência continuou espalhar. Em 1980, a Frente Islâmica destruiu instalações governamentais em Damasco, e o movimento de protesto começou a assumir

as características de uma rebelião em grande escala. As forças anti-regime alcançaram sua maior vitória em fevereiro de 1982, quando tomaram o controle de partes da cidade de Hama e convidaram todos os sírios a participar de uma jihad contra o governo. Al-Assad respondeu à rebelião de Hama com brutalidade feroz. Os militares sírios, sob o comando geral de seu irmão mais novo, Rifat Al Assad lançou uma mortal campanha contra a cidade e sua população civil. (...)Quando a operação militar foi interrompida após duas semanas, o regime de Assad esmagou a rebelião, mas a um custo terrível. Grandes porções da cidade de Hama estava em ruínas, e pelo menos 10.000 de seus habitantes foram mortos, assassinados pelas forças armadas de seu próprio governo. Os eventos em Hama enviaram um alerta coletivo de medo através da sociedade síria. Hafiz Al-Assad tinha emitido uma advertência a outros dissidentes potenciais: seu regime usaria toda a força à sua disposição para permanecer no poder (CLEVELAND e BUNTON, 2009, p. 407).

Em 2000, com a morte do presidente Hafez al-Assad, ao contrário do que ocorreria num regime presidencialista plenamente democrático, o vice-presidente Abdul Hamid Khadem não assumiu a chefia do governo, e sim o filho de Hafez: Bashar al-Assad. Após uma manobra política do partido Baath, mudando a constituição no tocante a exigência da idade mínima de quarenta anos para um cidadão assumir a presidência, o Parlamento sírio elegeu Bashar como presidente em julho do mesmo ano (OMRAN, 2014). No poder, ele manteve as linhas gerais de seu pai, inclusive o estado de emergência que dava ao governo o direito de reprimir qualquer oposição ao regime (ver figuras 9 e 10, no anexo E).

A eclosão de uma série de protestos por democracia, ocorridos no Oriente Médio e Norte da África a partir de 2010 (ver figura 11, no anexo E), conhecidos pela expressão “Primavera Árabe”, que questionava e ajudou na queda de alguns regimes autoritários do mundo árabe, serviram de inspiração para ativistas desafiarem o regime autoritário de Al-Assad, assim como já o tinham feito no passado. O presidente Assad se recusou a renunciar; porém, fez concessões, encerrando o estado de emergência, que já duravam 48 anos, aprovou uma nova Constituição e realizou eleições multipartidárias, mas a oposição continuou combatendo e exigindo sua queda (FURTADO, 2014). O movimento contestador acabou evoluindo para a guerra civil.

Contudo, a questão do autoritarismo explica apenas uma parte da guerra civil. Como já apontado anteriormente, a Síria é um país criado a partir dos interesses coloniais britânicos e franceses, que praticavam a política do “dividir para reinar”, instigando as rivalidades entre os diversos grupos étnicos e religiosos existentes na região. A pesquisadora de Relações internacionais Gabriela Furtado explica tal quadro que levou ao atual conflito:

Os motivos por trás da guerra civil estão enraizados de forma muito profunda em sua história, desde a antiguidade. Na formação do Estado Sírio, independente em 1946, a disputa étnica e religiosa pelo poder esteve sempre em evidência, como consequência da política colonial francesa de enfraquecer a unidade árabe, instaurando pequenas divisões no país, governadas por um grupo que representava a minoria da população, os alauítas, em detrimento da maioria sunita (80% da população), (FURTADO, 2014, p. 1).

Após 6 anos de conflitos entre as forças de oposição e o exército oficial sírio, não há indicações de que haja uma solução a curto prazo. Entre as consequências mais visíveis seriam a fragmentação quase total do país (o governo efetivamente controla aproximadamente apenas metade do território nacional), que já tinha uma unidade frágil, a radicalização dos grupos islâmicos, cuja expressão mais radical é o chamado Estado Islâmico. Nas palavras da analista internacional argentina Claudia Cinatti (2015) “A Síria se transformou em um país invivível, com uma economia colapsada e à beira da desintegração”. E, por fim, a denominada crise migratória, onde quase metade da população já foi deslocada espacialmente e seus locais de residência de antes da guerra. Essa última questão afeta diretamente outros países, não só do Oriente Médio, mas também os da Europa e até de outros continentes mais distantes, como a América (ver figuras 12 e 13 e 16, no anexo E).

Portanto, ao analisar a evolução histórica da Síria, e de outros países como o Iraque e a Líbia, percebe-se que a territorialidade árabe, muito bem explicada por Pinchemel (1988), desenvolvida ao longo de séculos, fora abruptamente interrompida com o colapso do império otomano e a implantação da lógica territorial europeia, que paulatinamente remodelou o espaço geográfico do Oriente Médio, implantando o domínio territorial sem levar em conta as peculiaridades históricas e locais. Ao lembrar que autores como Sousa (2000) e Mesa (2017) já alertaram sobre a importância de estudar o território levando-se em consideração o processo histórico que o criou, a ação europeia na Síria, principalmente a francesa, resultou numa quase completa fragmentação do espaço, para usar o termo de Andrade (1988). Ou seja, pode-se entender, então, porque o atual quadro geopolítico sírio é tão complexo.

Também o espaço geográfico já se encontra profundamente transformado, o conflito já remodelou a paisagem das cidades e em alguns casos dificilmente estas serão como antes. De fato, as rugosidades determinadas pela guerra no referido espaço estarão presente por longo período de tempo mesmo após o fim do conflito.

CAPÍTULO 3 - A QUESTÃO SÍRIA NOS CONTEXTOS GEOPOLÍTICO GLOBAL, REGIONAL E NACIONAL

Partindo da premissa de que a guerra civil síria está conectada com o quadro geopolítico mundial pós-Guerra Fria, o presente capítulo tem o escopo de contextualizar as principais características geopolíticas do início do século XXI. E, posteriormente, tratar do conflito sírio nos contextos geopolíticos mundial e regional (Oriente Médio), em especial os interesses e a atuação dos principais atores (estatais e não-estatais) envolvidos nesse conflito.

Como afirmam Viola e Leis (2002), não deve haver dúvida sobre o caráter complexo da política no mundo atual. A ordem advinda do fim da Guerra Fria ainda se encontra em formação, mas é possível perceber que os conflitos que antes eram entendidos no contexto do confronto Leste-Oeste, passaram a ter um caráter cada vez mais complexo no seu entendimento e na sua resolução, principalmente aqueles existentes em regiões da chamada periferia do mundo. Sebastião Cruz (2011, p. 26) explica que, no contexto do fim da bipolaridade, esses conflitos:

(...) tendem a se manifestar sob novas configurações, fragmentando-se e ganhando frequentemente conotações étnicas e/ou raciais, com corolários sombrios: atrocidades sistemáticas contra populações civis, “limpeza étnica”, genocídios, movimentação interfronteiras de massas humanas para escapar a esse destino (o problema dos refugiados)”.

Hobsbawm (2007), por sua vez, ao tratar desse mesmo tema, sublinha a característica indefinida do ponto de vista territorial desses conflitos do final do século XX para o início do século XXI; segundo ele, durante a maior parte do século passado as guerras eram nitidamente identificadas por conflitos entre países ou por conflitos internos em determinada nação. Já nesse período pós-Guerra fria, “a linha que separa os conflitos entre países e os conflitos no interior dos países – ou seja, entre as guerras internacionais e guerras civis – tornou-se difusa” (HOBSBAWM, 2007, p. 26).

Tal quadro se deve, em parte, à emergência de novos atores que influenciam nas questões nacionais e internacionais. Como lembram Viola e Leis (2002), apesar dos Estados ainda serem atores principais e fundamentais da política mundial (como os já mencionados no contexto do conflito sírio), eles já não conseguem impedir a emergência de atores não-estatais com crescente capacidade de ação global. Assim,

Viola e Leis (2002, p. 8) concluem que na atualidade “uma corporação transnacional, um Estado, um grupo de terroristas ou ainda um indivíduo isolado, podem desencadear uma ação com equivalentes repercussões locais e globais”.

Portanto, para uma análise mais profunda da guerra civil síria, faz-se necessário estudar os diversos atores, inclusive os não-estatais como os grupos terroristas Hezbollah e o Estado Islâmico⁹, envolvidos na questão. Optou-se, metodologicamente, em tratar, a princípio, da questão síria no contexto geopolítico global, considerando em particular os *players* globais. Posteriormente, abordou-se o conflito das perspectivas regional do Oriente Médio e nacional da Síria. E por fim, comenta-se o problema da crise migratória, que envolve todas estas escalas e atores mencionados.

3.1- A QUESTÃO SÍRIA NO CONTEXTO GEOPOLÍTICO GLOBAL

Presumi-se, nesta pesquisa, que o conflito sírio deve ser entendido, além das questões específicas regionais e nacionais, no contexto geopolítico mundial contemporâneo de disputa de poder entre as grandes potências mundiais no Oriente e no Ocidente. Nesse sentido, destacam-se como protagonistas globais na Síria: de um lado, a Rússia e China (pró-regime do presidente Assad), embora ressaltando as diferenças e interesses entre os dois, e de outro lado, os Estados Unidos e a União Europeia (pró-oposição ao regime de Assad).

Cruz (2011) lembra que desde a época da Guerra Fria havia uma “comunidade de segurança” ocidental, baseada nos interesses e valores básicos compartilhados entre Europa e Estados Unidos, tendo a OTAN como braço militar, o que continuou após a queda do muro de Berlim, embora com adaptações. Com efeito, nas questões do Oriente Médio, e particularmente no conflito sírio, essa comunidade parece agir, de maneira mais ou menos unida. No plano econômico, a região é vital para o fornecimento de petróleo e gás natural e do ponto de vista estratégico, constitui um foco

⁹ Ressalta-se que os conceitos de terrorismo e de grupo terrorista envolve uma série de dilemas políticos e culturais, não existindo um consenso teórico sobre o tema. Isso faz com que os Estados e organizações tenham divergências quanto ao emprego do termo para definir ações como terroristas. Sobre essa questão ver Alcântara (2015).

de irradiação do terrorismo fundamentalista islâmico internacional (MONIZ BANDEIRA, 2013). Em particular, os países europeus se preocupam, além das questões econômicas, com o fluxo cada vez maior de refugiados em direção à Europa, tendo em vista a relativa proximidade geográfica entre o Oriente Médio e o continente europeu (ver foto 3.9 e 3.10, em anexo). Daí que se entende o envolvimento das potências ocidentais na guerra civil síria, seja diretamente por meio de bombardeios aéreos ou de maneira indireta, via financiamento dos grupos opositoristas locais.

Mas, apesar do Ocidente agir de maneira razoavelmente unida, os Estados Unidos ainda são a única potência, do ponto de vista estratégico-militar, a conseguir atuar em todo o espaço mundial e, dessa forma, possui interesses próprios (ver mapa 14). A sua economia, ainda a maior do mundo, lhe dá as bases para poderem manter um investimento elevadíssimo na área de defesa, se comparado ao de outros países.

Os Estados Unidos agora provavelmente gastam mais em defesa que todo o restante do mundo combinado. A pesquisa e desenvolvimento (P&D) militar pode melhor capturar a escala do investimento que agora dá aos Estados Unidos a sua dramática margem qualitativa sobre outros estados (...). Em 2004, os gastos militares americanos em P&D foram maiores que seis vezes os gastos totais combinados da Alemanha, Japão, França e Reino Unido. Por algumas estimativas, mais da metade dos gastos em P&D militar no mundo são americanos, uma disparidade que se manteve por décadas. (IKENBERRY; MASTANDUNO; WOLFORTH, 2009, p. 4-8).

Dessa forma:

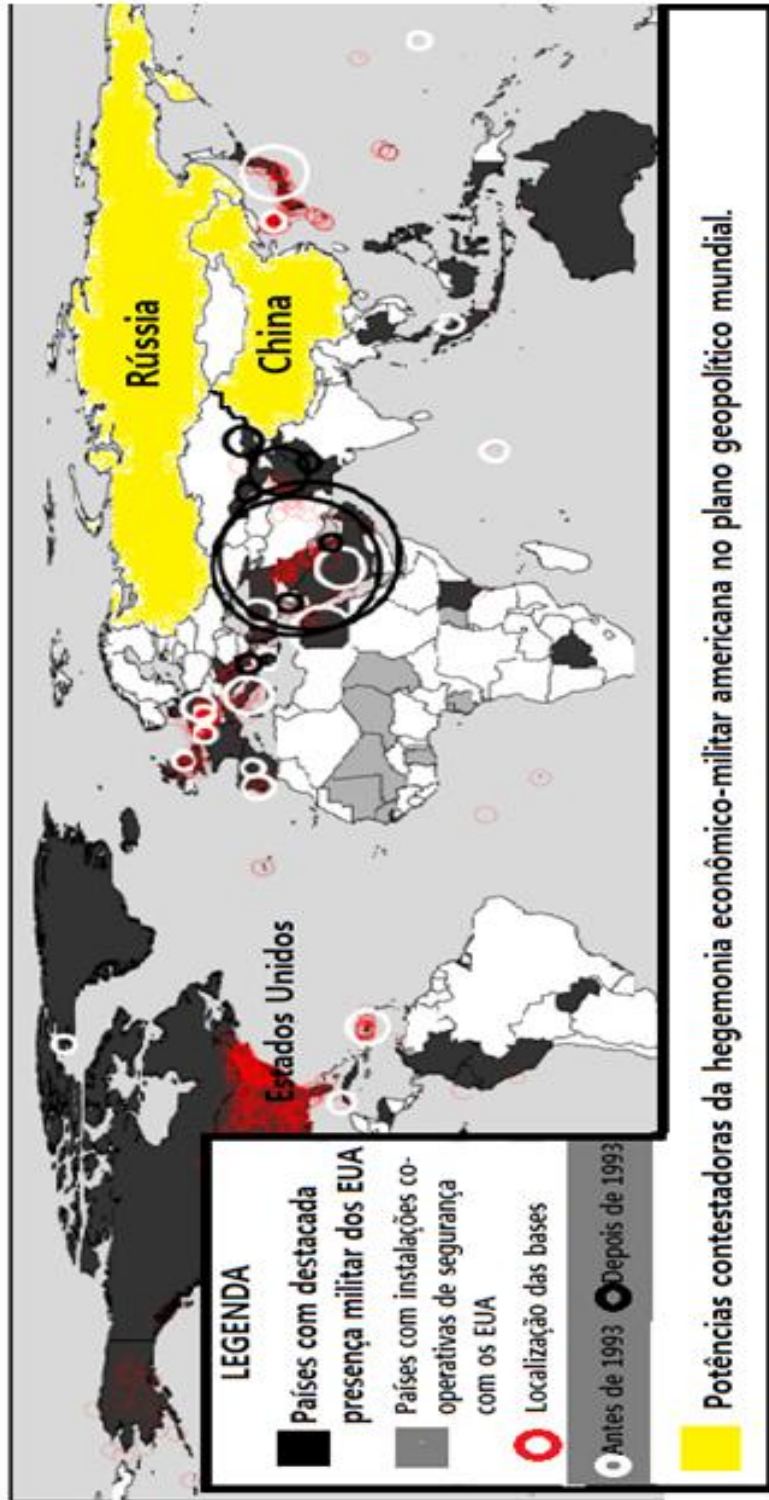
Os Estados Unidos são e continuarão sendo o único estado capaz de projetar poder militar significativo globalmente. Essa posição dominante é garantida pelo que Barry Posen chama de “comando dos espaços comuns”– dominância militar inatacável sobre mar, ar e espaço sideral. O resultado é um sistema internacional que contém apenas um estado com capacidade de organizar maiores ações político-militares em qualquer lugar do sistema (IKENBERRY; MASTANDUNO; WOLFORTH, 2009, p. 9-10).

De uma forma geral, segundo o diplomata Samuel Pinheiro Guimarães, os principais objetivos estratégicos dos Estados Unidos na atualidade são (entre outros):

- Manter sua hegemonia militar em todas as regiões do globo, por meio da presença de forças terrestres, navais e aéreas (...);
- Manter sua hegemonia sobre o acesso a recursos naturais no território de terceiros países, assim como sua hegemonia e seu controle sobre as vias de acesso a esses recursos, essenciais ao funcionamento da economia americana (...);
- Manter sua hegemonia política através do controle, tanto quanto possível, do Conselho de Segurança das Nações Unidas, (...) com estreita cooperação

com as potências ocidentais (...), reservando-se o direito de agir unilateralmente sempre que os interesses dos Estados Unidos assim o exigirem (...) (MONIZ BANDEIRA, 2013, p. 20-21).

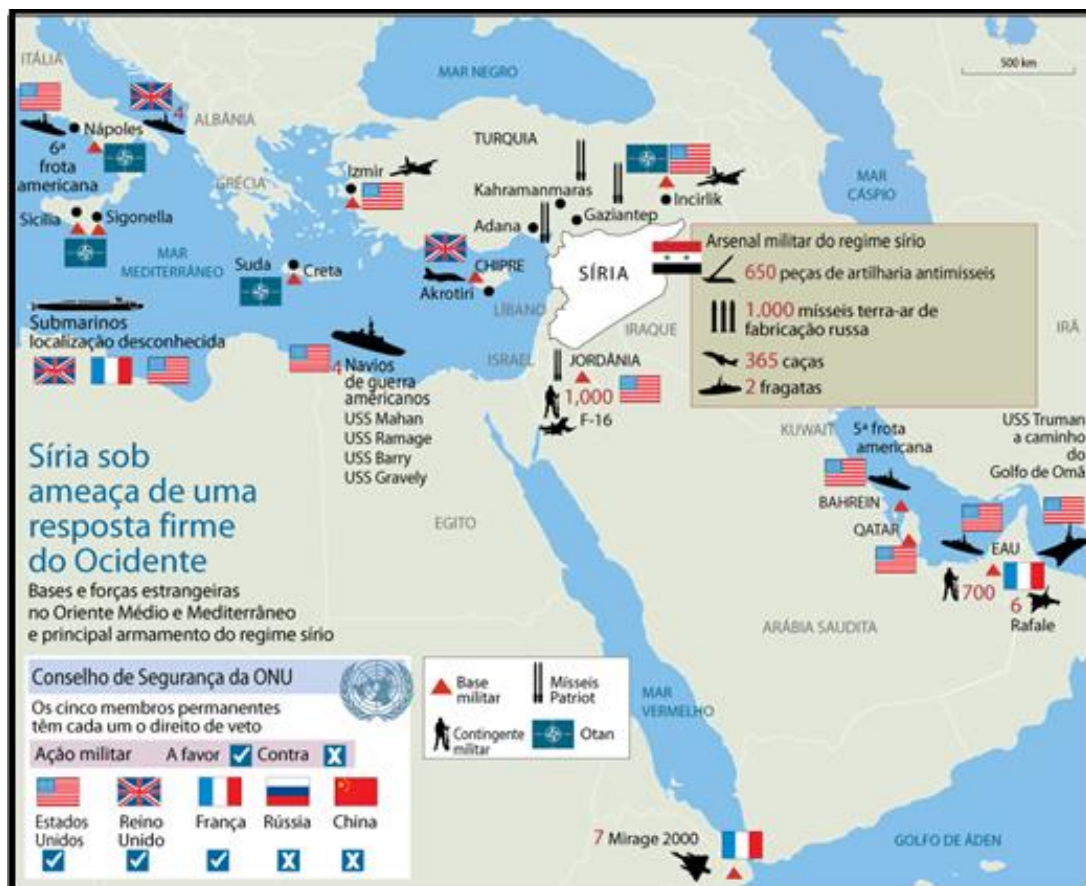
Mapa 14 - Presença militar dos Estados Unidos no mundo



Fonte: Elaborado pelo autor, baseado em e dos autores Ikenberry; Mastanduno; Wolforth (2009), Moniz Bandeira (2013), Cruz (2011), e no site www.globalsecurity.org. Acesso em 10 ago. 2017.

No Oriente Médio, a presença militar americana, conforme mostra o mapa 15, tem o objetivo de defender as fontes de petróleo, garantir a segurança de Israel (seu principal aliado na região), e combater as ameaças à sua hegemonia estratégica na região, estas que são principalmente representadas por países islâmicos governados por xiitas (Irã e Síria), grupos muçulmanos radicais e pelas potências maiores atuantes na região, especialmente Rússia e China (MONIZ BANDEIRA, 2013).

Mapa 15 - Forças militares da OTAN e dos Estados Unidos ao redor da Síria



Fonte: International Institute for Strategic Studies (com adaptações). Disponível em <https://www.terra.com.br>. Acesso em 19 mai. 17.

A eleição de Donald Trump em 2017 veio salientar o caráter mais unipolar do poder norte-americano, assim como na época da administração de George Bush, quando, sem o aval da ONU, os americanos invadiram o Iraque. De acordo com o historiador Moniz Bandeira (2013), o Pentágono chegou a elaborar um “plano de contingência” para invadir a Síria após a derrubada do ditador iraquiano Saddam Hussein. Mas o então presidente Bush rejeitou essa ideia, pois já estava lidando com

duas guerras (Iraque e Afeganistão). Contudo, em 2003, o congresso norte-americano aprovou uma lei denominada “Syria Accountability Act”, ou “Lei de Restauração da Soberania Libanesa e da Responsabilidade da Síria”, que objetiva deter o apoio sírio ao terrorismo, pôr fim à sua ocupação do Líbano e parar seu desenvolvimento de armas de destruição em massa, e ao fazê-lo, manter a Síria responsável pelos sérios problemas de segurança internacional que causou na Oriente Médio (UNITED STATES, 2003, p. 1, tradução nossa). A iniciativa do ataque unilateral dos Estados Unidos à Síria a partir de sua marinha estacionada no mar Mediterrâneo, deve ser entendida neste contexto.

É mister ressaltar que o problema geopolítico sírio e do Grande Oriente Médio, é, em parte, uma questão advinda da época da disputa bipolar Leste-Oeste, sendo o regime de Assad declaradamente antiamericano e pró-russo. Há muito os Estados Unidos vem se preocupando com a presença russa na região, e a combatendo. O apoio aos rebeldes do Afeganistão após a invasão soviética e as diversas guerras árabe-israelenses foram expressões emblemáticas desse processo. Em entrevista em 1983, o então presidente sírio Hafez al-Assad expos a sua política externa em relação aos EUA e a antiga URSS (agora com a Rússia), que permaneceu, em linhas gerais, até os dias atuais:

Sobre o papel dos EUA no Médio Oriente:

O apoio unilateral a Israel torna impossível aos EUA desempenhar um papel construtivo no Médio Oriente. Os EUA fornecem a Israel a oportunidade de expandir e ocupar os países árabes. (...) Com esse tipo de políticas os EUA mostra-se incapaz de desempenhar um papel construtivo no Médio Oriente. O que nós exigimos dos EUA é sua neutralidade na área;

Sobre os laços da Síria com União Soviética:

As nossas relações com a União Soviética são amigáveis e sólidas, por duas razões. Em primeiro lugar, a União Soviética tem sido inequívoca na sua atitude perante a agressão israelita; em segundo lugar, a União Soviética apoia o estabelecimento de uma paz justa e compreensiva no Médio Oriente. (...)

Sobre um auxílio soviético directo:

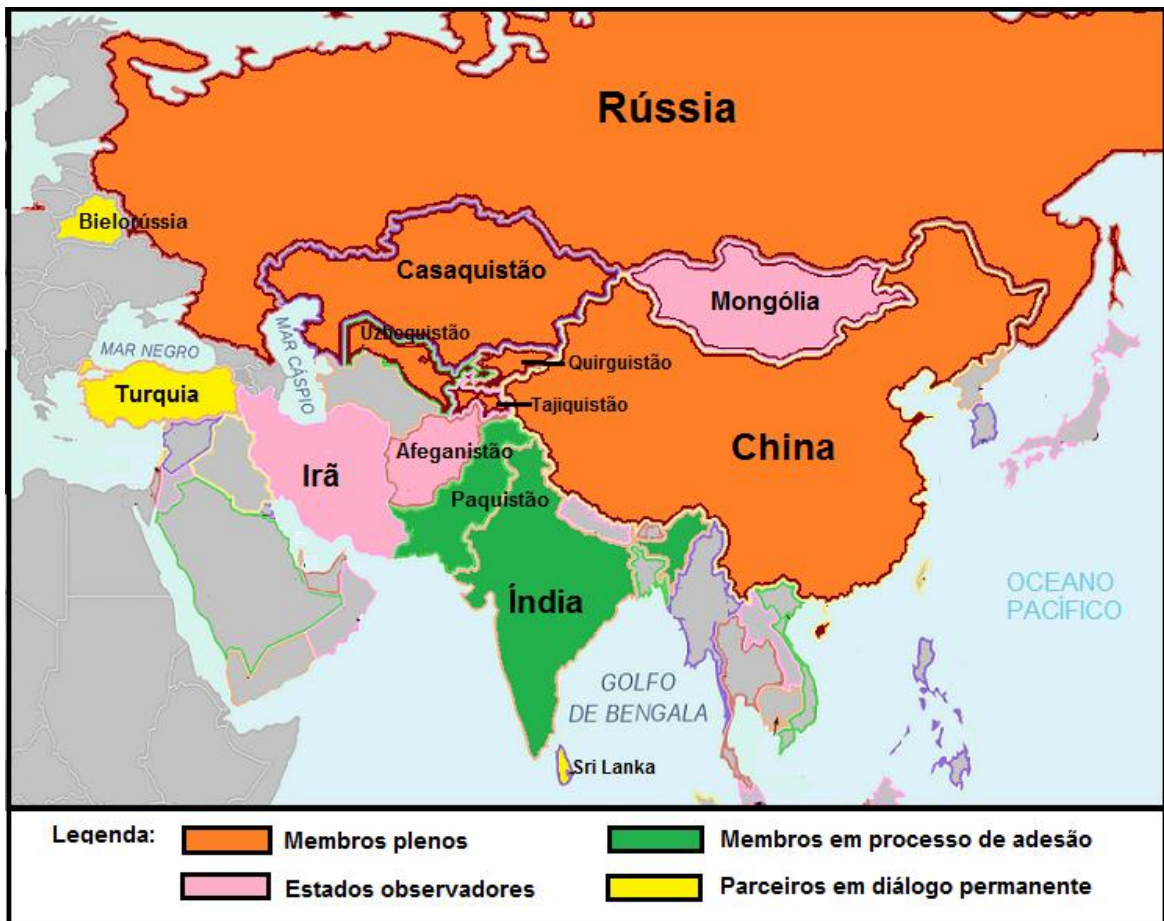
Até aqui não tivemos de solicitar à União Soviética apoio militar directo, mas estamos sempre em contactos bilaterais. Nessas conversações cada parceiro coloca na mesa os tópicos que considera serem os mais importantes e trocam-se opiniões acerca deles; (COSTA, 2001, p. 147-148)

Esse auxílio militar direto russo do qual Hafez al-Assad comentou só veio a ser necessário com a eclosão da atual guerra civil, e pode ser entendido, primeiro por força da aproximação histórica sírio-russa e depois no contexto estratégico de oposição do oriente eurasiático, mais precisamente a Rússia, mas também a China, à visão geopolítica ocidental e, principalmente, contra a unipolaridade americana. Sobre o tema, Saraiva (2006, p. 75) afirma que há uma “ascensão gradual de uma na geografia política na qual a Eurásia toma assento decisivo na balança de poder global.”; para ele, a Rússia não abdicou do seu papel no plano internacional e defende também que “há um projeto de poder mundial chinês, de tipo estratégico, em curso. (...) **[Assim,]** os chineses já não escondem sua vontade de projeção geopolítica.” (2006, p. 76, acréscimo nosso).

Desde o fim da Guerra Fria foi se delineando uma pragmática parceria sino-russa, com vistas a contrabalancear o poder americano, embora cientes da clara supremacia militar americana e dos projetos próprios de poder de cada um desses parceiros. É emblemática dessa aproximação, a realização da Cimeira de Xangai em abril de 1996, ocasião em que as partes anunciaram o início de uma “parceria estratégica” (MENDES e FREIRE, 2008), que culminou na assinatura do Tratado de Boa Vizinhança de Amizade e Cooperação pelos dois países em 2001 e na criação da Organização de Cooperação de Xangai, que depois incluiria outros países asiáticos (ver mapa 16, na página seguinte). Esta instituição, “baseia-se em princípios de confiança mútua, procura de benefícios conjuntos, (...) promoção da cooperação em matéria de segurança e assuntos militares, tendo por objetivo tornar-se um bloco militar regional de relevo.” (MENDES e FREIRE, 2008, p. 224-225).

Nas entrelinhas dessa cooperação estaria, segundo Mendes e Freire (2008, p. 216-217): “(...) a oposição aos Estados Unidos e a defesa de uma ordem internacional multipolar. Ou seja, (...) a cooperação é baseada na contenção de terceiros (o ocidente, em geral, e, os Estados Unidos, em particular).” Entre os assuntos convergentes e explícitos, estariam a defesa do princípio da não-ingerência nos assuntos internos dos Estados, principalmente em temas como o respeito aos direitos humanos e as liberdades fundamentais, o combate ao terrorismo e aos movimentos separatistas.

Mapa 16 - Território abrangido pela Organização de Cooperação de Xangai



Fonte: Elaborado pelo autor, com base em Mendes e Freire (2008) e Organização de Cooperação de Xangai. Disponível em <http://eng.sectesco.org/>. Acesso em 10 ago. 2017.

Ao apoiar o governo sírio de Assad, a Rússia utiliza o mesmo discurso supracitado da Organização de Cooperação de Xangai: o respeito ao governo sírio legalmente instituído e a defesa de uma via negociada para o conflito, ao invés da simples deposição do regime de Assad pela força das armas. Tal postura fica evidente nas discussões sobre o tema da guerra civil síria no Conselho de Segurança da ONU (ver figura 14, no anexo E). Os russos vetaram, com o apoio da China, todas as tentativas propostas pelos membros permanentes ocidentais (Estados Unidos, França e Inglaterra) de aprovação de resoluções para eventuais “intervenções humanitárias” na Síria e ou de condenação das autoridades sírias por prováveis violações dos direitos humanos no conflito. Segundo Moniz Bandeira (2013, p. 386-387), em pelos menos duas ocasiões os EUA tentaram aprovar um resolução contra a Síria no CSNU: em 2 de outubro de 2011, logo após a queda de Kaddafi na Líbia, as potências ocidentais

tentaram aprovar a constituição de uma zona de exclusão aérea na Síria; e em 4 de fevereiro de 2012, uma nova tentativa foi feita, desta vez com o apoio da Liga Árabe, dominada pelas monarquias sunitas do Conselho de Cooperação do Golfo. Russos e chineses não deixariam ser aplicada na Síria, a mesma intervenção que a OTAN, autorizada por resoluções da ONU, realizou na Líbia, onde fortes interesses chineses foram prejudicados com a queda do ditador Kaddafi (VISENTINI, 2012)¹⁰.

Essas posições são uma forma dos governos russo e chinês se resguardarem dos seus próprios problemas internos relativos aos movimentos fundamentalistas e separatistas, como bem lembra Tomás (2014). Se a Síria viesse a se desintegrar semelhantemente ao que ocorreu com a Iugoslávia e a União Soviética, nascendo novas unidades político-territoriais independentes de acordo com os respectivos grupos étnicos (alauítas, drusos, sunitas, etc), seriam um exemplo para os povos de regiões que almejam uma maior autonomia, tanto na Rússia (República da Tchetchênia), quanto na China (Província de Xinjiang).

Ainda, segundo Tomás (2014), uma eventual vitória da oposição não seria nada favorável geopoliticamente para Rússia e China. No caso da Rússia, haveria a possibilidade de perder a base de Tartus, na costa síria, o único porto que permite aos russos navegar em águas internacionais quando o gelo lhes congela as águas e os seus navios não conseguem sair; e também a base aérea de Latakia, de onde os russos podem operar diversas manobras militares no Oriente Médio e no mar Mediterrâneo (ver mapa 17 e figuras 1 e 2, a seguir e figura 15, no anexo E).

¹⁰ Segundo o jornal The Guardian (2017), em sua página eletrônica na internet, o último veto de Rússia e China a uma resolução ocidental contra a Síria foi em fevereiro de 2017, acumulando um total de 7 vetos desde o início do conflito.

Mapa 17: posição geográfica estratégica das bases de Tartus (Naval) e de Latakia (aérea) para a Rússia.



Fonte: elaborado pelo autor, com base em Mendes e Freire (2008) e Tomás (2014).

Figura 1: Imagem da base aérea russa de Latakia na Síria.



Fonte: <https://geopoliticsmadesuper.com>. Imagem obtida pelo Google Earth em 20 set. 2015. Acesso em 27 set. 2017.

Figura 2: Imagem da base naval russa de Tartus na Síria.



Fonte: <https://www.reuters.com/>. Imagem obtida pelo Google Earth em 11 mar. 2016. Acesso em 04 jun. 2017.

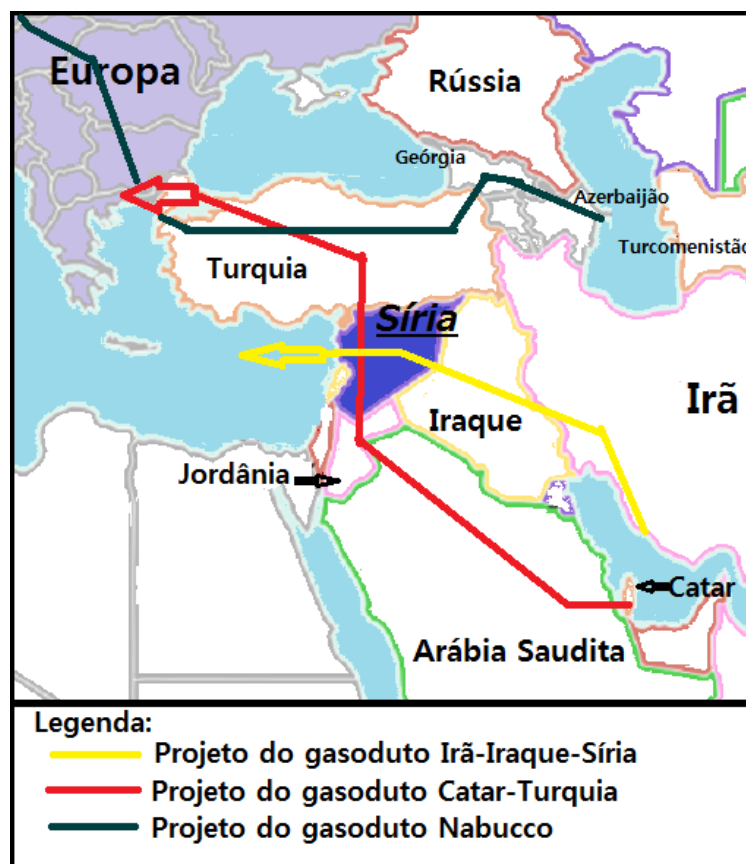
Além disso, no campo econômico, Síria e Rússia possuem vários acordos em diversos setores, como na utilização e ampliação de oleodutos e gasodutos, que poderiam passar as mãos de empresas ocidentais no caso de uma mudança de governo. Por exemplo, há o projeto sírio-iraquiano-iraniano (apoiado pelos russos) de construção de um gasoduto para exportação de gás iraniano e russo para a Europa. Tal projeto poderia ser substituído por outro, idealizado pelas monarquias sunitas, de construção de um gasoduto que abasteceria a Europa a partir das reservas do Catar, através dos territórios da Turquia, Arábia Saudita, Jordânia, Síria e Israel (PICCOLLI; MACHADO; MONTEIRO, 2016), conforme se observa no mapa 18. Para os chineses, este eixo é o seu braço para alcançar a Europa, além de ter também importantes negócios com a Síria. Tomás (2014, p. 15) conclui que:

Estão também em causa as lucrativas explorações de hidrocarbonetos, os oleodutos e gasodutos com os quais Assad se tinha comprometido com o governo russo e que em muito beneficiam os chineses. Por outro lado, quer para o Irão como para a Rússia, significa limitar a venda do petróleo apenas para a Ásia, acentuando ainda mais a difícil situação econômica em que se encontram. Existe também a questão do armamento que a Rússia vende ao regime de sírio, e que neste cenário de guerra é uma importante amostra do potencial da indústria russa de armamento. Se Kadhafi tinha armas soviéticas e perdeu a guerra, não era bom que tal se repetisse com o atual presidente sírio.

A Rússia tem consciência que os americanos e europeus tencionam isolá-la do fornecimento de gás e petróleo para a Europa. Não apenas obstruindo a construção do

gasoduto supracitado, mas também da viabilização de outro – denominado Nabucco - que ligaria o Mar Cáspio, e os países do Cáucaso e da Ásia Central, via território turco aos mercados europeus (ver mapa 18). Tal projeto entraria em uma estratégia maior de isolar a Rússia, o Irã e a China, evitando o surgimento de uma potência euroasiática e ao mesmo tempo tornando o Ocidente menos dependente de fontes de energia de origem russa. Dentro desta lógica, entende-se o empenho russo-chinês em fortalecer a cooperação no âmbito da Organização de Cooperação de Xangai e, o mesmo tempo, defender a permanência de Assad no governo e a integralidade territorial síria. Segundo Moniz Bandeira (2013, p. 412), o projeto do gasoduto Nabucco praticamente já perdeu as chances de se concretizar devido às pressões russas, que fizeram Azerbaijão e Turcomenistão, que seriam os dois principais fornecedores de gás por esta via, recuarem da empreitada.

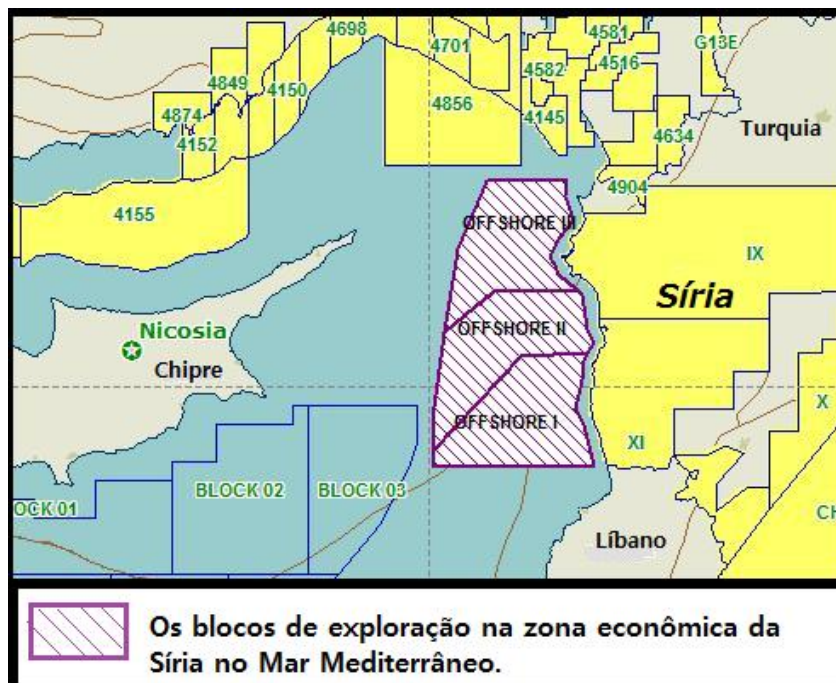
Mapa 18 - Projetos de gasodutos em direção aos mercados europeus no contexto geopolítico do conflito sírio.



Fonte: Elaborado pelo autor, baseado em Moniz Bandeira (2013, p. 421).

Em 24 de março de 2011, o ministro sírio do Petróleo e Recursos Minerais e a General Petroleum Corporation, anunciaram a abertura de uma concorrência internacional para a exploração e produção de petróleo, oferecendo “três blocos (I, II e III), cada um com 3.000 km² em uma extensão total de 9.038 Km², localizados *offshore*¹¹, na zona econômica da Síria, no Mar Mediterrâneo” (MONIZ BANDEIRA, 2013, p. 276-377). Tal oportunidade levantou o interesse de empresas ocidentais e orientais, o que só aumenta o peso geopolítico da Síria, cujo território é estratégico por tudo que já foi exposto (ver mapa 19).

Mapa 19 - Localização dos três blocos offshore da Síria oferecidos para exploração em 2011.



Fonte: Moniz Bandeira, 2013, p. 376 (com adaptações).

Sublinha-se, com já visto nesta seção, que a aproximação russo-chinesa busca interesses comuns para as duas nações, principalmente em contrabalançar o poder norte-americano, e do ocidente em geral, na Ásia. No entanto, não se pode deixar de afirmar que as duas nações também tem seus próprios interesses e projetos específicos de poder. Isso se torna evidente quando a Rússia se recusa a vender certos

¹¹ O significado de *offshore* está relacionado, neste caso, com a atividade (prospecção, perfuração e exploração) de empresas de exploração petrolífera que operam ao largo da costa marítima.

tipos de equipamentos bélicos modernos à China (MENDES e FREIRE, 2008), pois na visão geopolítica russa a ascensão chinesa na Ásia constitui uma ameaça ao projeto hegemônico russo em sua vizinhança imediata (LUKYANOV, 2015). No caso da crise síria, os chineses não se envolveram em questões militares, ao contrário dos russos, que estão diretamente apoiando o governo de Assad. De um modo geral, não se deve esquecer o que Hobsbawm (2007), entre outros, já afirmou: “A posição típica de qualquer Estado é defender seus interesses.” (2007, p. 15).

3.2 – A QUESTÃO SÍRIA NO CONTEXTO GEOPOLÍTICO REGIONAL DO ORIENTE MÉDIO

A guerra civil da Síria envolve praticamente todos os seus vizinhos do Oriente Médio. Tal como na escala mundial, no plano geopolítico regional, o referido conflito serve de confronto entre os tradicionais inimigos dentro do mundo árabe; os países governados por governos sunitas de um lado e aqueles sob o domínio do segmento xiita. Dessa forma, compreender o componente religioso, em especial a oposição xiismo-sunismo dentro do islamismo, é fundamental para se entender o conflito geopolítico no Oriente Médio e, em particular, na Síria. Cabe, portanto, a priori, esclarecer as diferenças entre esses dois principais ramos da religião mulçumana:

A divisão entre sunismo e xiismo remonta aos primórdios do Islão tendo resultado de divergências quanto à sucessão legítima (califado) do Profeta. Para os sunitas (‘seguidores da Tradição do Profeta’), os califas deveriam ser os veneráveis anciãos da tribo do Profeta. Para os xiitas (‘partidários de Ali’), o sucessor deveria ser Ali – genro e primo-irmão do Profeta – e seus descendentes. O triunfo de Muawiya (da tribo dos omíadas) nesta disputa relegou logo de início os xiitas para uma posição de dissidência. Daqui desenvolveram-se duas visões diferentes do Islão, com princípios, regras e práticas distintos.

(...) a origem dos dois grandes ramos do Islão foi antes de tudo fruto de um conflito político (...). Até aos dias de hoje, sunismo e xiismo articulam estreitamente religião e política: é a defesa do verdadeiro Islão que motiva, ou justifica, as estratégias de poder no interior de cada uma destas sociedades (...).

Nos primeiros séculos, e uma vez que o califa, com frequência, era também, para além de líder religioso, o líder político do império islâmico, isso favoreceu que o sunismo se tornasse a corrente maioritária. Esta preponderância vai, mais tarde, ser reforçada pelo império Otomano e, depois, pelo domínio europeu. (BARATA, 2007, p. 4)

Torna-se claro, na explicação da internacionalista portuguesa Maria Barata, que a religião islâmica sempre esteve ligada a questão política e, em consequência, de disputa de poder, que se intensificou com a evolução do território sob domínio árabe-mulçumano. Segundo Paul Kennedy (1989), já na época do império otomano, o sultão turco teve que conter uma rebelião xiita no atual Iraque e não conseguiu expandir os seus domínios mais a leste do Oriente Médio devido a forte resistência do reino xiita da Pérsia (atual Irã).

Neste contexto, se inserem as questões geopolíticas do Oriente Médio. Apesar da ampla predominância (em torno de 90%) dos sunitas entre os mulçumanos, os xiitas formam uma considerável comunidade que não se restringe ao Irã, mas estão presentes em outros países de maioria islâmica (ver tabela 1, abaixo). Em especial, eles são maioria, além do país persa, no Iraque (país localizado entre o Irã e a Síria e governo atualmente pelos xiitas) e no Bahrein (importante aliado do Ocidente e governado pela minoria sunita).

Tabela 1 - Países com maior população xiita do mundo¹²

País	Porcentagem da população que é xiita
Irã	90%
Azerbaijão	75%
Bahrein	75%
Iraque	65%
Líbano	45%
Kuwait	30%
Paquistão	20%
Afeganistão	19%
Catar	16%
Síria	13%
Arábia Saudita	10%
Emirados Árabes Unidos	6%
Índia	1%

Fonte: elaborado pelo autor, com base em Barata (2007), Nasr (2006) e Correa (2015).

Assim, o regime sírio é apoiado na região principalmente pelo Irã (xiita, assim como os alauítas sírios que dominam o governo), além do suporte de grupos islâmicos

¹² Os números são aproximados, pois há pequenas variações de dados de acordo com a fonte.

xiitas como o Hezbollah do Líbano e a Corpo da Guarda Revolucionária Islâmica do Irã (NAPOLEONI, 2015). O Irã, como principal potência regional xiita, sempre visou influenciar os diversos grupos xiitas em outros países, como o Iraque e o Líbano e tem no regime de Assad, pertencente à minoria alauíta xiita, um fiel aliado, mesmo que a maioria da população síria seja composta de mulçumanos sunitas. O apoio iraniano se traduz em envio de armas e de tropas. Cabe frisar que o Irã é membro observador da Organização de Cooperação de Xangai e estrategicamente procura se aproximar da Ásia Central, especialmente Rússia e China, como forma de dissuadir militarmente os Estados Unidos e Israel (MENDES e FREIRE, 2008). No caso de uma derrota e, conseqüentemente, da queda do regime de Assad, o Irã ficaria bastante fragilizado frente aos seus dois principais inimigos regionais: Arábia Saudita e Israel, pois perderia seu principal aliado, que lhe fornece acesso ao mar Mediterrâneo. E o grupo Hezbollah, que é financiado pela Síria e pelo Irã, ficaria mais isolado no interior do território libanês (TOMÁS, 2014), assim como outros grupos xiitas que são potenciais núcleos de resistência às monarquias sunitas, como no Bahrein e na Arábia Saudita (os xiitas sauditas formam uma comunidade de aproximadamente três milhões de indivíduos). Acrescenta-se também o fator econômico: O Irã tem projetos em várias áreas como o de construção de gasodutos e oleodutos, como já citados anteriormente.

No campo sunita, as monarquias apoiadas pelo Ocidente e que se opõem à hegemonia xiita do Irã na região (especialmente Arábia Saudita, Kuwait, Bahrein, Catar e Emirados Árabes) financiam os grupos sunitas internos de oposição, com armas e militantes. Estes países estão organizados enquanto bloco regional em organismos regionais como a Liga Árabe, onde defendem a expulsão da Síria e principalmente no Conselho de Cooperação do Golfo (CCG), uma Organização Intergovernamental constituída em 1981, cujo projeto baseia-se na cooperação internacional nos campos de economia, segurança, política e sociedade entre os seus membros: Arábia Saudita, Bahrein, Omã, Qatar, Emirados Árabes, Kuwait. Ele “foi concebido como uma resposta ao dilema geopolítico vivenciado pelos países do Golfo Pérsico após a Revolução Iraniana.” (LOPES e OLIVEIRA, 2013, p. 70).

Importante salientar que ao tentar derrubar o regime de Assad, esses países também estão agindo para enfraquecer os próprios grupos de oposição dentro de seus próprios territórios. Talvez o caso mais emblemático seja o do Bahrein, que é

governado por uma monarquia absolutista sunita e é aliada do Ocidente (inclusive com uma base norte-americana em seu território). Nele houve focos de revolta por parte da maioria xiita contra a elite dirigente sunita, mas foram sufocados com a ajuda dos seus aliados do Conselho de Cooperação do Golfo. Nessa lógica geopolítica, esses mesmos atores interveem também no Iêmen para garantir que os rebeldes xiitas houtis, concentrados no norte do país junto a fronteira com a Arábia Saudita e possivelmente apoiados pelo Irã, não derrubem o presidente Abdo Rabbo Mansour Hadi, que tem o apoio da aliança militar liderada pelos sauditas (LOPES e OLIVEIRA, 2013).

A Turquia constitui um caso a parte. Ela não é uma monarquia absolutista, e com o fim o império otomano tentou implantar um modelo ocidental de governo, inclusive com eleições regulares. Mas desprezados pela União Europeia, e impulsionados pelo projeto de poder do atual presidente Erdogan, os turcos voltaram-se para o Oriente Médio com um discurso cada vez mais “islâmico” (VISENTINI, 2012). Sua principal razão para se envolver no conflito, além da clara intenção de disputar um espaço de liderança no mundo muçulmano, é a segurança em sua fronteira ao sul com a Síria, que é habitada em grande parte pelos curdos, que almejam a autonomia da região e são um problema geopolítico no interior da Turquia e do Iraque também. Como membro da OTAN, a Turquia é um território estratégico para as potências ocidentais agirem na Síria. Segundo Moniz Bandeira (2013), é a partir de bases na Turquia que o Ocidente fornece armas e apoio logístico aos rebeldes sírios, sobretudo para aqueles que estão reunidos sob a liderança do Conselho Nacional Sírio. No entanto, ao ajudar a oposição contra Assad, o governo turco favorece indiretamente a causa curda dentro da Síria. Segundo Cockburn (2015), desde que as forças do governo sírio retiraram-se dos cantões curdos na fronteira com a Turquia, em julho de 2012, Ancara teme o impacto do autogoverno dos curdos sírios e o fantasma da ideia de um Curdistão independente, já que no norte do Iraque os curdos, ajudados pelos americanos, também estão cada vez mais fortalecidos.

Também constitui um caso específico a posição do Estado de Israel. À medida que o conflito foi aumentando as estratégicas Colinas de Golã¹³ (ver os mapas 12 e 13, na página 49) começaram a ficar ameaçadas e o governo de Israel movimentou tropas

¹³ Há aproximadamente 18 mil colonos israelenses, 40 mil drusos e 2 mil sunitas habitando as Colinas de Golã (MONIZ BANDEIRA, 2013, p.429).

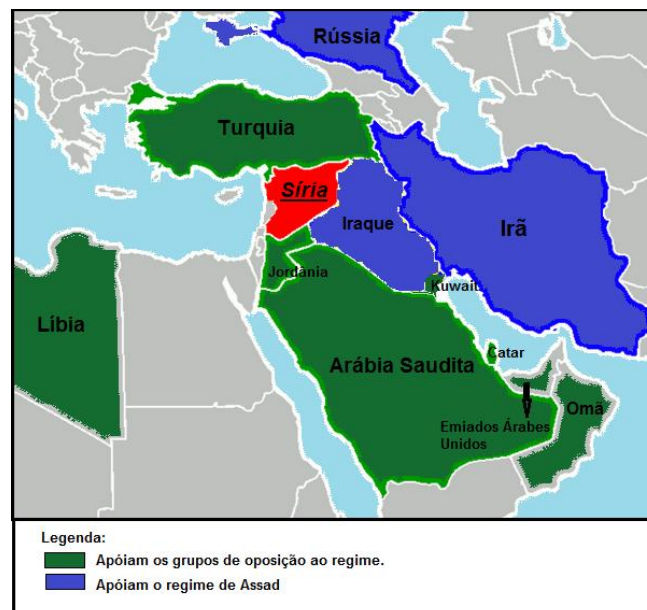
para a região de Golã, embora procure se manter oficialmente neutro. A princípio, a guerra civil da Síria poderia beneficiar Israel, pois uma possível mudança no status quo na Síria (queda de Assad) seria um golpe profundo aos seus dois principais inimigos: Irã e o grupo Hezbollah (TOMÁS, 2014). No entanto, há analistas favoráveis ao status quo, pois afirmam que o regime de Assad é o “inimigo previsível”, como o então ministro de Defesa de Israel em 2012, major-general Aviv Kochavi; em discurso no parlamento israelense, ele afirmou, segundo Moniz Bandeira (2013, p. 429, acréscimo nosso):

“Podemos ver um contínuo fluxo de ativistas de al-Qa’ida para a Síria”, disse o general Kochavi, prevendo que, com a erosão do regime de Assad, as colinas de Golã poderiam “tornar-se uma arena de atividades contra Israel, similar à situação do Sinai **[no Egito, onde há militantes islâmicos atuantes junto a fronteira com Israel]**, como resultado do crescente movimento da *jihad* na Síria”.

Ademais, Israel e Síria tinham começado uma negociação secreta sobre as Colinas de Golã em 2010, mediante o qual o governo judeu se dispôs a discutir uma eventual retirada suas tropas da região, e a redefinir as fronteiras entre os dois países. Mas o início da guerra civil interrompeu tais negociações (MONIZ BANDEIRA, 2013).

No mapa 20, abaixo, mostra-se os principais aliados de cada lado do conflito no Oriente Médio.

Mapa 20: Guerra civil síria: Aliados do governo e da oposição no Oriente Médio¹⁴



Fonte: Elaborado pelo autor, baseado em Moniz Bandeira (2013) e Napoleoni (2013).

¹⁴ Apesar do Iraque não apoiar oficialmente o governo sírio, existe certa identificação entre os dois governos (xiitas), havendo indícios que haja colaboração entre eles, principalmente na luta contra o Estado Islâmico.

3.3 – A QUESTÃO SÍRIA NO CONTEXTO NACIONAL SÍRIO

Na dinâmica da guerra civil, os atores externos regionais e globais se articulam com os grupos internos sírios. Com um governo sem grande legitimidade, pois representa apenas uma pequena minoria da população, o conflito se desenvolveu por meio da ascensão de diversas facções que foram discriminadas política e economicamente por anos. Assim, faz-se necessário também a análise da organização e das ações desses atores não-estatais que lutam dentro do território nacional sírio. Eles podem ser responsáveis por uma provável fragmentação do território sírio.

Além do grupo Hezbollah e outros menores que apoiam o governo de Assad, e que já foram citados neste trabalho por estarem vinculados ao Irã, há os grupos islâmicos de origem sunita que contam com o apoio de países de maioria sunita e que são pró-Occidente, como a Arábia Saudita, Kuwait e o Catar, além dos curdos que habitam o norte do país. Em geral, tais grupos são apoiados pelos Estados Unidos e seus aliados ocidentais. Este apoio se deu inclusive antes do início da guerra civil, por meio de serviços secretos ocidentais como a CIA (MONIZ BANDEIRA, 2013). Há grupos que não seguem uma orientação específica religiosa, como o Conselho Nacional Sírio, e aqueles que não são originais do território sírio, como o Estado Islâmico.

Tomás (2014) classificou a oposição síria em dois grupos principais: os grupos rebeldes (que incluem os de inspiração religiosa, étnica ou política) e os grupos jihadistas fundamentalistas islâmicos que se orientam, sobretudo, pela chamada “guerra santa” (ou jihad).

No primeiro grupo destaca-se o **Conselho Nacional Sírio (CNS)**. Ele é formado por diversos grupos de oposição a Bashar al-Assad, sendo que o mais importante é a Irmandade Muçulmana, perseguida e proibida na Síria durante a ditadura. Inclui também um dos partidos curdos, o Partido do Movimento Futuro e membros do Exército Livre da Síria. Organiza-se em uma Assembleia Geral, uma Direção Geral e uma Direção Executiva. Já teve vários líderes (mulçumanos, um curdo, um cristão, etc). “A ONU reconhece o CNS, bem como o seu governo de oposição no exílio, composto por doze ministros, sendo que o ministro da defesa é, obrigatoriamente, escolhido pelo Exército Livre da Síria.” (TOMÁS, 2014, p. 10). Apesar de oficialmente os EUA não

reconhecerem este governo, eles apoiam o CNS financeiramente, e no fornecimento de armas e outros equipamentos para os seus combatentes, via território turco, com a ajuda da OTAN (MONIZ BANDEIRA, 2013).

O Conselho Nacional Sírio inclui também:

- **Declaração de Damasco** (...) foi constituída em 2005 pela oposição sunita ao governo xiita alauita de Bashar al-Assad.
- **Coligação dos Sírios Democráticos e Seculares** (...) é uma coligação de pequenos partidos de várias etnias e religiões. Liderada por uma mulher, foi responsável pelas grandes manifestações contra Bashar al-Assad em 2011. Defende a intervenção estrangeira.
- **Partido Democrático Sírio do Povo** (...) embora alinhado com os ideais comunistas, afastou-se do marxismo-leninismo em 2005. Opõe-se ao partido Baath e defende a democracia do estilo ocidental.
- **Conselho Supremo da Revolução Síria** (...) é um conjunto de comitês de jovens, defende uma solução pacífica e sem ingerência externa, embora aceitando ajuda bélica (TOMÁS, 2014, p. 10, grifo nosso).

Em 2012, no Qatar, o CNS, os Comitês de Coordenação Locais (CCL) e o Exército da Síria Livre (ESL) formaram a Coligação Nacional das Forças da Oposição e Revolucionárias Sírias (CNFORS). Esses Comitês de Coordenação Locais (CCL) foram responsáveis pela organização das primeiras manifestações e greves gerais contra Bashar al-Assad, quando se destacou a liderança de uma mulher, Suheir Atassi. Suheir e outros membros dos CCL opunham-se a qualquer intervenção militar externa e defendiam a execução de ações pacíficas de protesto e de desobediência civil como formas mais eficientes para combate Assad (TOMÁS, 2014).

Além desses grupos que se agrupam ao CNS, têm-se outros independentes que fazem alianças ocasionais entre si, e que recusam a ajuda externa. Segundo Tomás (2014), destacam-se:

- **Exército da Síria Livre (ESL)**: formado por milícias de esquerda e soldados deserdados do Exército Nacional Sírio, que recusaram a reprimir os manifestantes durante as manifestações contra o governo. Em outubro de 2011 eram já perto de 10.000 homens. Discordam da intervenção externa e, não querem o apoio do CNS. Em 2012, aceitaram o apoio do grupo jihadista Al-Nusra.

- **Comitê de Coordenação Nacional para a Reforma Democrática (NCCRD)**: é uma oposição laica, de orientação mais a esquerda e panarabista. Por não aceitar

ajuda militar externa, e nem sectarismos, não se alia com o CNS, embora reconheça o Exército Livre de Salvação.

- **Comissão Geral da Revolução Síria (CGRS):** é um agrupamento de cerca de 40 grupos opositoristas locais. Ela apoia a luta armada por meio de conselhos militares regionais, objetivando a construção de uma nova Síria democrática e livre. No entanto, recusa-se a cooperar com o CNS, pois também se opõe à intervenção estrangeira.

- **Comitê de Coordenação Nacional das Forças de Mudança Democrática (CCNFMD):** reúne vários partidos de esquerda. Apoia o Exército Livre Sírio e não recebe quaisquer apoios. Semelhantemente aos anteriores, rejeita a intervenção estrangeira.

- **Partido da União Democrática (em curdo Partiya Yekîtiya Demokrat, PYD):** criado em 2003 por ativistas curdos, é o partido político que representa a causa curda síria, especialmente no norte do país. É composto por nacionalistas curdos e são ligados ao Partido dos Trabalhadores do Curdistão (PKK), que é considerado um grupo terrorista pela Turquia. O PYD controla algumas cidades no norte da Síria, perto da fronteira com o Iraque, onde também há uma considerável comunidade curda. Ele sempre foi considerado ilegal pelo regime de Bashar al-Assad, pois a constituição síria determina que os partidos políticos não podem ter natureza religiosa, tribal ou étnica. “Tem como princípios políticos, o reconhecimento dos direitos culturais, nacionais e políticos, e defende uma sociedade democrática multicultural. Deseja **a autonomia e não a independência** do Curdistão sírio.” (TOMÁS, 2014, p. 11).

Por fim, tem-se os grupos jihadistas islâmicos sunitas, destacando-se a Frente **Jabhat al-Nusra e o Estado Islâmico do Iraque e do Levante/Síria (EI)**. A primeira é:

(...) uma das filiais da Al-Qaeda, a Frente al-Nusra, que tem combatido ao lado dos rebeldes na guerra da Síria, autointitulando-se como os “mujahedin sírios”, **controlava, em maio de 2014, já uma parte da cidade de Aleppo, bem como o território a leste, perto da fronteira com o Iraque, onde pretende instaurar um Estado autónomo**, regido pelos seus princípios fundamentalistas islâmicos. São já considerados um fenómeno nacional na Síria, porque dão comida e proteção à população que se queixa de ter sido abandonada pela comunidade internacional.

A Frente al-Nusra foi oficialmente constituída em janeiro de 2013, e tal como outros grupos jihadistas, jurou a Baiat ao líder da Al-Qaeda, Al-Zawahri, que tendo sido aceite, se tornou numa espécie de “franchisado” da organização que Bin Laden fundou. (...) **Pensa-se que terão começado a operar a partir do Iraque**, porque muitos dos engenhos explosivos que fabricam têm o mesmo processo artesanal dos utilizados pelos grupos da Al-Qaeda que controlam a

zona do Iraque que faz fronteira com a Síria. Recebem combatentes vindos de toda a parte do mundo, incluindo norte americanos e europeus, que respondem ao apelo da jihad contra Bashar al-Assad, fazendo lembrar os mujahedin dos idos tempos da guerra no Afeganistão contra os soviéticos (TOMÁS, 2014, p. 12, grifo nosso).

Uma das características da al-Nusra é que ela possui, ao contrário do Estado Islâmico, algum grau de interação com os outros grupos opositoristas como o Exército da Síria Livre, e até aceitou realizar um trabalho conjunto por um determinado tempo. Isso se deve, provavelmente, pelo fato dela ser um grupo nascido dentro do território sírio, ou seja, ela tem um caráter mais “nacional”, apesar de estar vinculada a jihad internacional contra os “infiéis”. Quanto aos militantes voluntários de outros países, levantamentos dos serviços de inteligência encontraram diversas nacionalidades entre combatentes. Segundo Moniz Bandeira (2013) e Napoleoni (2013), havia militantes oriundos não só de países do Oriente Médio, mas também de outras partes do planeta, como Inglaterra, Noruega, Irlanda, Bósnia, Austrália, Tchetchênia, Paquistão, Bangladesh, Afeganistão e até de grupos que lutaram na Líbia e foram enviados para a Síria, após a queda do ditador Muamar Kadafi. Napoleoni (2013, p. 58) cita que só o "Estado Islâmico atraiu para suas fileiras 12 mil combatentes estrangeiros, 2.200 os quais provenientes da Europa. Esses números não levam em consideração aliados e simpatizantes no exterior."

O Estado Islâmico (EI), embora possua certa identidade religiosa com os outros grupos jihadistas como a al-Nusra, constitui um ator singular no conflito sírio. Não só pelo fato de apresentar características próprias, mas também porque a sua consolidação como um fenômeno geopolítico no coração do Oriente Médio constitui uma das consequências do próprio conflito sírio.

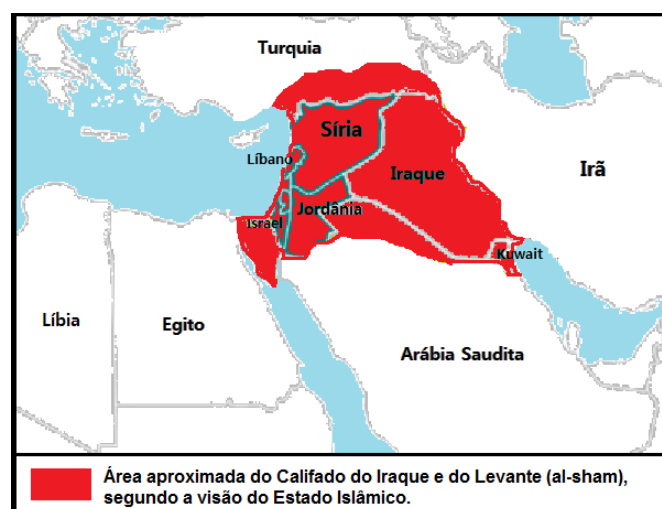
Apesar de seu surgimento e seu desenvolvimento estarem bastante ligados às atividades da Al-Qaeda de Osama Bin Laden, ambas são sunitas salafistas¹⁵, a organização que viria a se tornar o atual EI sempre apresentou características próprias. Seus dois principais líderes, o jordaniano Abu Musab al-Zarqawi (morto em 2006 após um bombardeio aéreo dos norte-americanos no Iraque) e o iraquiano Abu Bark al-Bhadadi (atual “califa” do EI), trabalharam para a Al-Qaeda no Iraque contra um inimigo comum: as tropas invasoras norte-americanas. Contudo, discordavam quanto aos

¹⁵ Movimento do islamismo sunita que apregoa o resgate da pureza doutrinária do Islã. Em sua versão moderna radical, prega uma forte oposição ao Ocidente (NAPOLEONI, 2015).

objetivos finais e de alguns métodos de ação. Para tais líderes, derrotar os americanos não era a grande prioridade e sim, reconstruir o antigo Estado islâmico, ou o Califado, como existiu na maior parte da história islâmica (de 632 a 1924). Ou seja, eles vêm lutando para instituírem uma base territorial, onde poderiam implantar um governo perfeito aos olhos dos muçulmanos. Outra diferença marcante em relação aos demais grupos sunitas: o EI, desde o seu início ainda dentro do Iraque, objetivava combater também os xiitas e até outros sunitas que não fossem seguidores radicais do salafismo.

Por isso, eles conseguiram atrair o apoio da minoria sunita ameaçada pelo governo xiita pós-Saddam no Iraque e, posteriormente, com a desestabilização da Síria com o início da guerra civil, expandir o Califado para dentro do território sírio, onde existiu um dos primeiros califados, que tinha a sua capital em Damasco (denominado de Levante ou também de al-Sham, em árabe). Daí porque o EI luta contra praticamente todos os outros atores envolvidos no conflito sírio. Eles não querem simplesmente derrubar Assad, mas sim implantar um legítimo Estado islâmico na região que fora “defraldada” no passado por franceses e britânicos (NAPOLEONI, 2013), e que abrangeria a área correspondente a Iraque, Síria, Jordânia e Israel, a região do Sinal egípcio e o sudoeste da Turquia; redesenhando, portanto, o mapa do Oriente Médio, como observado no mapa 21, abaixo.

Figura 21: Área aproximada do Califado do Iraque e do Levante (al-Sham), segundo a visão do Estado Islâmico (EI)¹⁶



Fonte: Elaborado pelo autor, baseado em Napoleoni (2013) e Moniz Bandeira (2013).

¹⁶ Essa área é aproximada, pois as fronteiras dos antigos califados islâmicos não eram exatas como as dos Estados-nações atuais. Além disso, estes limites variam um pouco entre uma fonte e outra. Para Moniz Bandeira (2013), esta área corresponderia também a da chamada “Grande Síria”.

E como acrescenta Moniz Bandeira (2013), há ainda na consciência coletiva da fé islâmica, e de forma similar também no cristianismo e no judaísmo, a crença apocalíptica do fim dos tempos. Para os cristãos a batalha final entre o bem e o mal é chamada de Armagedom; para os árabes denomina-se *Al-Malhama-tul-Kubra*, quando chegará o Dia do Julgamento, daí a necessidade de combater os descrentes e hipócritas, a *jihad*. Esses acontecimentos escatológicos, segundo principalmente os salafistas, ocorreriam exatamente na região do al-sham (ou do Levante, ou ainda da Grande Síria). Com efeito, desde quando aclodiram os conflitos na Líbia e na Síria, muitos muçulmanos sunitas identificaram tais eventos como o possível cumprimento da profecia. Entre estes, Moniz Bandeira (2013, p. 422) cita o secretário-geral do Conselho Ulama Indonésio (*Majelis Intelektual dan Ulama Muda Indonesia* - MIUMI), que afirmou, em Jacarta, que “A guerra do fim dos tempos já iniciou. Esse é o começo de *Al-Malhama-tul-Kubra*”, e acrescentou que “os muçulmanos deviam orientar-se para a arena do fim dos tempos, i.e., para a Síria.” E tal como ocorreu na época das Cruzadas, os verdadeiros muçulmanos devem defender a terra santa contra os infiéis. Daí porque o exército sírio e todos os outros inimigos são chamados de “cruzados” pelos jihadistas.

Constitui certo consenso entre os analistas – Moniz Bandeira (2013), Napoleoni (2013) e Tomás (2014), por exemplo – que a ajuda externa financeira e militar indiscriminada à oposição síria ao regime de Assad favoreceu estas organizações extremistas muçulmanas, pois elas também receberam, principalmente no início da guerra civil, tais recursos. Esse fato fortaleceu tais organizações terroristas, pois elas puderam ter acesso a um moderno armamento e, adicionalmente, se infiltrar no território sírio após a fragilização do governo e do controle de fronteiras, em especial nos limites com o Iraque, este também com um governo central sem o efetivo monitoramento de suas fronteiras.

Mas, no caso específico do EI, ele soube entender bem a nova realidade geopolítica mundial e ao mesmo tempo soube agir dentro da lógica da territorialidade islâmica, em particular, a oportunidade que o conflito na Síria lhe dava:

(...) seus líderes demonstram uma compreensão sem paralelo das limitações enfrentadas pelas potências contemporâneas num mundo globalizado e multipolar. Por exemplo, o EI entendeu, antes que a maior parte de seus oponentes conseguisse fazê-lo, que **uma intervenção estrangeira conjunta do tipo que realizaram na Líbia e no Iraque não seria possível na Síria**. Foi nesse cenário que os líderes do Estado Islâmico conseguiram explorar em benefício próprio, de forma quase imperceptível, o conflito na Síria — uma

versão contemporânea da guerra por procuração mantida por muitos patrocinadores de conflitos e grupos armados. Desejosos de uma mudança de regime na Síria, kuaitianos, catarianos e sauditas têm se mostrado dispostos a financiar uma série de organizações armadas, das quais o EI é apenas uma. No entanto, em vez de travar a guerra por procuração bancada por seus financiadores, **o Estado Islâmico tem usado o dinheiro fornecido por eles para estabelecer seus próprios bastiões territoriais em regiões financeiramente estratégicas, como nos ricos campos de petróleo do Leste da Síria.** No passado, nenhuma organização armada do Oriente Médio tinha conseguido promover-se como governante da região usando o dinheiro de seus ricos patrocinadores dos países do golfo Pérsico (NAPOLEONI, 2013, p. 15, grifo nosso).

Dessa forma, o EI obteve apoio financeiro, um exército de voluntários, e um vasto território, rico em petróleo e gás como esclarece o mapa 22; sendo possível, portanto, montar um governo de fato, conseguindo a admiração, principalmente por meio de uma grande propaganda nas redes sociais da internet, de grande parte do mundo mulçumano que sonhava com o retorno dos tempos áureos do Islã. Como lembra Napoleoni (2013, p. 16), em seu primeiro discurso como “califa”, al-Baghdadi prometeu “devolver aos muçulmanos ‘a dignidade, o poder, os direitos e a liderança’ do passado (...)”. Lembrando-se do conceito de poder de Arendt (1985), o poder exercido pelo EI, só seria substancial se tivesse alguma legitimidade junto a população inserida no respectivo território que pretendia dominar.

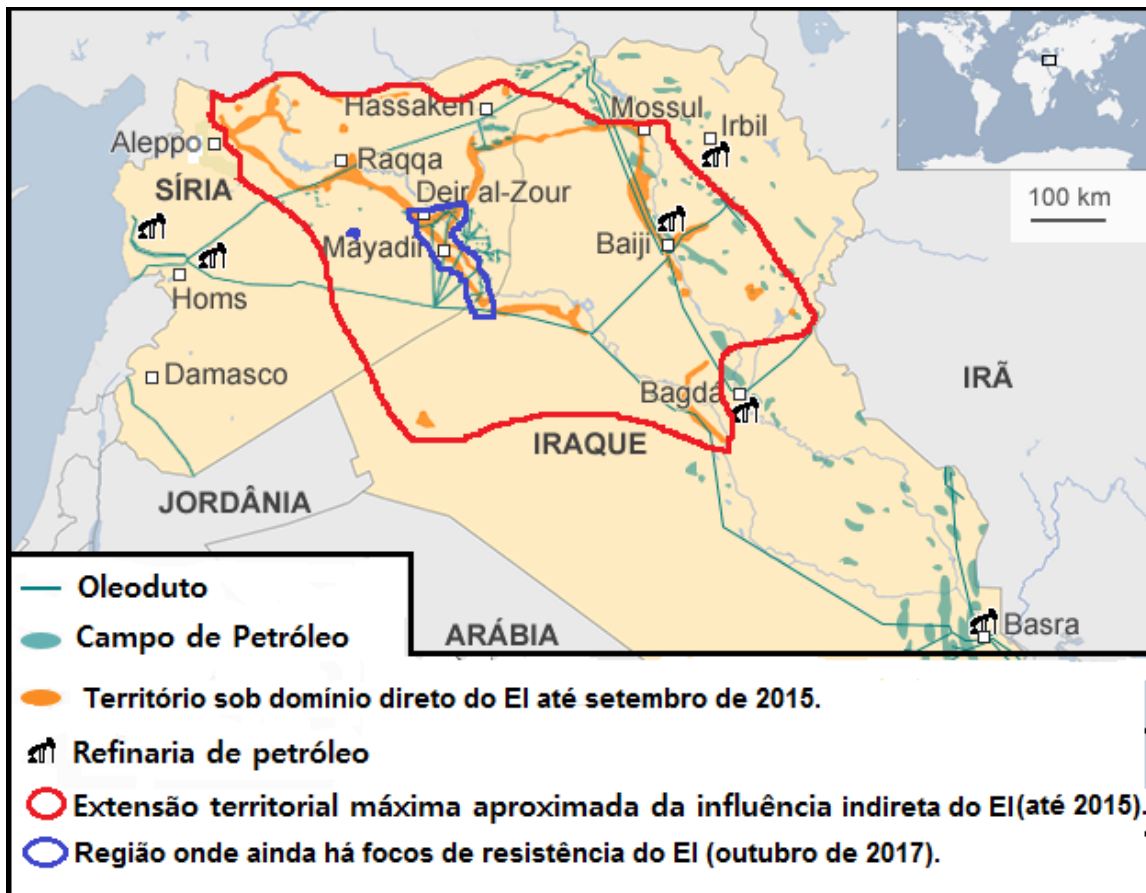
No entanto, com o aprofundamento da participação da Rússia e das potências ocidentais nos combates na Síria e no Iraque, em especial por meio dos intensos bombardeios aéreos, o EI tem tido uma ampla e progressiva redução de as suas atividades de financiamento. A médio e longo prazo, a estratégia de constituir um verdadeiro Estado fica cada vez mais distante, o que poderá levar o referido grupo terrorista a voltar a ser apenas mais uma entre as muitas agremiações jihadistas atuantes no Oriente Médio e fora dele. Em dezembro de 2016, o exército sírio, com a ajuda decisiva das forças russas, retomou a cidade de Aleppo, centro econômico mais importante da Síria, que vinha sendo controlada por grupos rebeldes de oposição e estava seriamente ameaçada pelos combatentes do EI¹⁷ (ver mapa 22). E em julho de 2017, o exército iraquiano, apoiado pelos EUA, retomou a cidade de Mossul¹⁸, importante cidade no norte do país que estava sob o domínio do EI desde 2014. Tais eventos podem ser considerados como pontos de inflexão no combate ao EI e aos

¹⁷ The Economist (2016).

¹⁸ The Guardian (2017a).

rebeldes de oposição em geral. Dessa forma, o território de real domínio do EI tende a diminuir consideravelmente e, conseqüentemente, a sua base socioeconômica.

Mapa 22 - Território sob domínio do Estado Islâmico (EI) até outubro de 2017.



Fonte: Cockburn (2015, p. 7) e Institute of Studies for War (2017).

Pelo exposto no atual capítulo, pode-se inferir que a multiplicação de grupos de oposição e de apoio ao regime de Assad com interesses conflitantes e o envolvimento cada vez mais intenso e direto de atores regionais e globais torna ainda mais complexa a guerra civil síria (ver quadro 1, na página seguinte).

Não há, nesse cenário, possibilidades de solução para o conflito no curto prazo. Ressalta-se, ainda, que ambos os lados da guerra civil estão sendo financiados externamente e, em certos casos auxiliados diretamente nos combates, o que caracteriza uma autêntica guerra por procuração (MONIZ BANDEIRA, 2013 e NAPOLEONI, 2013). Deduz-se também que o território caminha para uma fragmentação cada vez maior, pois atuam nesse sentido, conscientemente ou não.

Quadro 1 - Principais atores na guerra civil da Síria

Tipo de ator	Apoia o governo	Faz oposição ao governo
Atores globais	- Rússia; - China.	- EUA; - Reino Unido; - França.
Atores regionais relevantes	- Irã.	- Turquia; - Arábia Saudita
Atores multilaterais	- Organização de Cooperação de Xangai (não-oficialmente).	- Liga Árabe; - Conselho de Cooperação do Golfo; - União Europeia; - OTAN.
Atores não estatais	- Hezbollah.	- Conselho Nacional Sírio (CNS); - Exército da Síria Livre (ESL); - Comitê de Coordenação Nacional para a Reforma Democrática (NCCRD); - Comissão Geral da Revolução Síria (CGRS); - Comitê de Coordenação Nacional das Forças de Mudança Democrática (CCNFMD); - Coligação Nacional das Forças da Oposição e Revolucionárias Sírias (CNFORS); - Partido da União Democrática (PYD); - Jabhat al-Nusra; - Estado Islâmico do Iraque e do Levante/Síria (EI).

Fonte: Elaborado pelo autor, baseado em Mendes e Freire (2008), Moniz Bandeira (2013) e Napoleoni (2013) Tomás (2014) e Cockburn (2015).

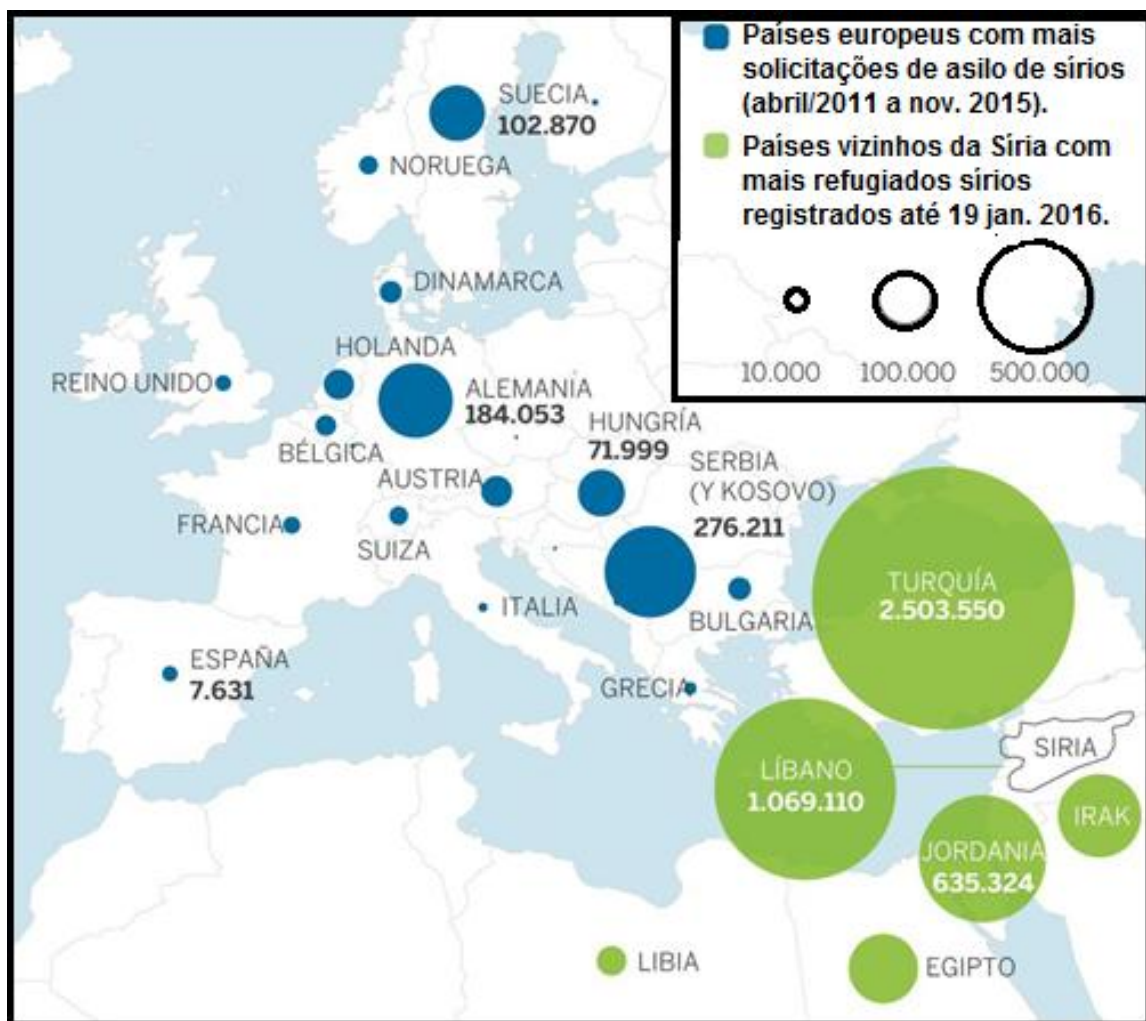
3.4 - A CRISE MIGRATÓRIA: ESCALAS E ATORES

Em meio à disputa geopolítica é preciso inserir a crise migratória. O problema dos refugiados, embora não esteja entre as principais preocupações estratégicas iniciais dos atores envolvidos, acabou tomando uma proporção enorme, quase tão importante quanto às demais questões de segurança. Em termos quantitativos, tinha-se o seguinte quadro em setembro de 2015:

Segundo estimativas das Nações Unidas, há 11 milhões de sírios que migraram, dos 23 milhões da população pré-guerra. Destes, 7,6 milhões moveram-se dentro da Síria e 4 milhões fugiram do país. Ainda que para a imprensa pareça muito, os 270.000 que chegaram às portas da UE são uma pequena parte. O primeiro destino destes refugiados são os países vizinhos: 1,8 milhões na Turquia; 1,2 milhões no Líbano, 630.000 na Jordânia; 250.000 no Iraque; 132.000 no Egito (CINATTI, 2015).

De fato, a análise mais profunda mostra que os países que mais recebem os refugiados sírios são os países mais pobres do Oriente Médio, como Jordânia, Líbano, Turquia e Egito (ver mapa 23 e a figura 3, na página seguinte). Uma das razões seria, além da proximidade geográfica, uma menor capacidade de controle de suas fronteiras nacionais. A consequência é que esse fluxo crescente e descontrolado de imigrantes trás custos socioeconômicos que estas nações não conseguem suportar (ver figuras 12, 13 16, no anexo E).

Mapa 23: Quantidade de refugiados sírios em outros países (janeiro/2016)



Fonte: <https://elpais.com/internacional/> (com adaptações). Acesso em 16 nov. 2017.

Figura 3: Imagem de satélite divulgada pela ONU mostra o campo de refugiados sírios de Zaatari, na Jordânia, perto da fronteira com a Síria.



Fonte: <http://www.unmultimedia.org>. Acesso em 04 jun. 2017.

Nesse contexto, é importante observar a posição das monarquias sunitas árabes mais ricas (Arábia Saudita, Kuwait, Emirados Árabes Unidos e Catar) em relação aos refugiados sírios. Essas nações se recusam a receber grandes contingentes imigrantes fugidos da guerra civil, para evitar problemas diversos no interior dos seus territórios, mas ao mesmo tempo financiam grupos rebeldes atuantes em território sírio. Elas também se negam a assinar a *Convenção Internacional sobre o Estatuto dos Refugiados* de 1951 da ONU, também conhecida como Convenção de Genebra, que trata da proteção aos refugiados. Israel, apesar de ser uma nação democrática, tem uma posição semelhante.

Uma das consequências do contínuo e crescente fluxo de refugiados, devido à falta de perspectivas para o fim do conflito na Síria, é o aumento do alcance desse processo migratório. Numa primeira fase, tiveram-se os deslocamentos dentro da própria Síria (escalas local e nacional), na segunda fase, a migração para os países vizinhos mais receptivos do Oriente Médio (escala regional). O terceiro momento seria o

fluxo em direção aos países europeus (escala continental) e, por fim, o último nível (a escala mundial), quando a corrente migratória começa a se direcionar para regiões mais distantes geograficamente do epicentro da guerra civil, como os países americanos (Estados Unidos, Brasil, Argentina, etc). O capítulo seguinte tratará, entre outros pontos, da política brasileira em relação aos refugiados vindos da Síria.

CAPÍTULO 4 – AS PROVÁVEIS IMPLICAÇÕES GEOPOLÍTICAS DA GUERRA CIVIL SÍRIA PARA O BRASIL.

Após o fim da Guerra Fria, o estudo geopolítico brasileiro vem passando por uma revisão de seus conceitos e objetos de estudos (VESENTINI, 2009b). A redemocratização política do país e o surgimento de uma nova (des)ordem mundial a partir dos anos de 1990, trouxeram a necessidade de se realizar esforços, tanto por parte da academia quanto por parte dos tomadores de decisão brasileiros (civis e militares). Por isso, a proposta do presente capítulo é de refletir sobre o peso do Brasil no cenário internacional contemporâneo, as políticas externa e de segurança brasileira pós-Guerra Fria, e a evolução recente das relações Brasil-países árabes e, especificamente, as relações Brasil-Síria. E, por fim, apontar possíveis implicações geopolíticas da Guerra civil síria para o Brasil. A princípio, tem-se um breve histórico dos estudos geopolíticos no Brasil.

4.1 – A EVOLUÇÃO DOS ESTUDOS GEOPOLÍTICOS NO BRASIL

A Alemanha pode ser considerada como pioneira nos estudos geográficos e, em especial, na Geografia Política, tendo Frederich Ratzel como principal representante. Sua teoria fundamentou-se na valorização da nação alemã, na consolidação da sua tardia unificação e na busca do chamado “espaço vital”, já que ela tinha ingressado tardiamente na corrida colonial (MORAES, 2005). Na sua principal obra, Geografia Política, de 1897, ele defende que o governo nacional teria que articular o povo com uma base física: o território, tendo em vista a sobrevivência do país (COSTA, 2016).

Tais ideias seriam aperfeiçoadas pelo general-geógrafo Kaul Haushofer - que também teve influência do sueco Rudolf Kjéllen, inventor do termo “Geopolítica” e discípulo de Ratzel - na Alemanha do pós-primeira guerra mundial, junto com o chamado “Círculo de Munique”. Haushofer teria se encontrado com Hitler na prisão. "No curso dessa visita, Hitler foi iniciado nos mistérios da Geopolitik. Ali Haushofer pontificou sobre a necessidade do espaço vital' e deu a Hitler um de seus mais efetivos

argumentos para suas subseqüentes loucuras" (DORPALLEN *apud* COSTA, 2016, p. 120). A geopolítica nazista, ou *Geopolitik*, consistia na ideia de que a Alemanha possuía um território pequeno demais para a sua população – ao contrário de países como os Estados Unidos e a União Soviética -, daí a importância da expansão territorial. Haushofer afirmava que:

(...) a política externa repousa sobre o *espaço vital*. A partir dessa ideia geral, desenvolve uma estratégia política para os Estados, que leva em conta, necessariamente, a correspondência ideal entre a densidade populacional, os projetos de plena realização econômica e cultural das nações e a *base territorial*, indispensável ao pleno desenvolvimento de cada país (COSTA, 2016, p. 135).

Após a segunda guerra mundial, as profundas mudanças ocorridas a partir daquele momento histórico se refletiriam nos diversos campos do conhecimento, fazendo com que o paradigma positivista começasse a entrar em crise, forçando a construção de um novo, que poderia explicar melhor a nova realidade. No caso da geopolítica, a sua associação com o nazismo causou uma retração em seus estudos.

No Brasil, na pesquisa acadêmica em Geografia Política e em Geopolítica, há certa concordância entre os especialistas que a escola alemã teve influência de relevo. Costa (2016) ressalta que as ideias do “Círculo de Munique” receberam adeptos entre os militares de países do Terceiro Mundo, como Brasil, Chile e Argentina. Tese também defendida pelo cientista político Shiguenoli Miyamoto (1995), ao tratar dos primeiros passos da Geopolítica brasileira. Miyamoto cita como principais seguidores da escola determinista germânica: Mário Travassos, Elyseo de Carvalho, Everardo Backheuser e Delgado de Carvalho. Para Vesentini (2009), é fato que existiu uma “escola geopolítica” brasileira entre os anos 1920 e 1980 do século XX, pois constituía uma comunidade acadêmica e de militares que dialogavam entre si e tinham pontos em comum em suas preocupações teóricas.

Essa influência ratzeliana se traduzia, segundo Miyamoto (1995), na investigação e teorização de temas em comum: na defesa de um Estado forte, autoritário e centralizador, na manutenção da unidade territorial nacional, por meio da defesa das fronteiras externas do país. Tais pressupostos foram aprofundados, principalmente pelos intelectuais das forças armadas no contexto da guerra fria, concentrando as suas preocupações nas questões de segurança e na construção do Brasil-potência (MAGNOLI, 1994 e MATTOS, 2002). A criação e a posterior militância

da Escola Superior de Guerra (ESG) foram fundamentais nesse processo, que culminou com o golpe militar de 1964 e a implantação, a partir daí, do projeto geopolítico gestado há algumas décadas (pelo menos desde o movimento tenentista¹⁹). Nesta fase, destacaram-se nomes como de Golbery do Couto e Silva e Carlos de Meira Mattos²⁰, na formulação teórica de um projeto geopolítico brasileiro.

Ressalta-se que houveram vozes dissidentes de geógrafos que pesquisavam na área de Geopolítica, mas que não aderiram à influência alemã e militarista. O geógrafo brasileiro Josué de Castro foi um dos que, influenciado pela geografia francesa, não seguiu a mesma linha da escola brasileira geopolítica. De acordo com Andrade (1989, p. 7), ele foi “o grande reabilitador da geopolítica no Brasil”, ao fazer oposição à visão clássica e realizar uma “geopolítica de vanguarda”, inspirada em autores como o francês Elisée Reclus, que defendiam uma visão mais crítica das questões sociais em meio ao trato daquelas estritamente estratégicas. Castro afirmava que a Geopolítica não se resume a “uma arte de ação política na luta entre os Estados, nem tão pouco uma fórmula de predizer a História” (CASTRO, 1968, p. 27). Ele tinha claro que a Geopolítica estava sendo injustiçada pela associação à *Geopolitik* nazista, que “não passava de uma “pseudociência de Karl Haushoffer”. Assim, ela precisava ser reabilitada. Nesse sentido, fez questão de conceitua-la:

O sentido real da palavra Geopolítica é o de uma disciplina científica, que busca estabelecer as correlações existentes entre os fatores geográficos e os fenômenos de categoria política, afim de demonstrar que as diretrizes políticas não tem sentido fora dos quadros geográficos, isto é, destacada das realidades e das contingências do meio natural e do meio cultural (CASTRO, 1968, p. 27).

No contexto da Guerra Fria, um dos temas tratados por Castro foi o do desarmamento mundial. Na ONU, onde trabalhou por muito tempo, denunciou a corrida

¹⁹ As forças armadas brasileiras influenciam nos assuntos de Estado no Brasil desde o início do período republicano; tanto que os dois primeiros presidentes foram militares. Mas foi na década de 1920 que essa influência se traduziu na formulação de um projeto para a nação com o chamado movimento tenentista. O tenentismo, movimento formado principalmente por oficiais médios, defendiam a presença de um poder forte, centralizado e comprometido as “necessidades da nação brasileira”, o que, segundo eles, as oligarquias políticas não forneciam. Com a vitória eleitoral das oligarquias em 1922, a primeira manifestação tenentista veio à tona com uma série de levantes militares que ficaram marcados pelo episódio dos “18 do Forte de Copacabana”, ocorrido no Rio de Janeiro, em julho de 1922. Nos dois anos seguintes, duas novas revoltas militares, uma no Rio Grande do Sul (1923) e outra em São Paulo (1924), mostrou que a presença dos tenentistas no cenário político se reafirmava (FAUSTO, 1999).

²⁰ Mattos foi um general de divisão do exército brasileiro. Tendo falecido em 2007, foi o mais contemporâneo desses autores, e em sua última obra (MATTOS, 2002) retrata teoricamente o projeto geopolítico militar e avalia negativamente a sua formulação posterior ao fim do regime militar.

armamentista, que desviava bilhões de dólares em recursos para o setor bélico, em detrimento aos projetos de desenvolvimento e auxílio internacionais, tão importantes aos países mais pobres. Então, em discurso, intitulado *Armamentismo*, em 1968, defendeu que “o maior perigo contra a paz é o desequilíbrio econômico do nosso planeta” (CASTRO, 2003, p. 119). E concluiu: “Há dois caminhos a nossa frente: o caminho do pão e o caminho da bomba. (...) Eu quero simbolizar pelo caminho do pão, este da justiça social...” (CASTRO, 2003, p. 124)²¹.

Segundo o geógrafo José Vesentini (2009b), constatou-se, a partir de meados da década 1980, o esgotamento do modelo geopolítico brasileiro supracitado, pois era excessivamente centrado na questão da segurança nacional dos tempos da Guerra Fria e na construção do “Brasil-potência”. O processo de redemocratização no Brasil, juntamente com a profunda crise econômica dos anos de 1980, mais o fim do sistema bipolar de poder no plano internacional, estariam entre as principais causas. Ademais, o projeto anterior não envolveu a sociedade e não dava ênfase na equalização dos problemas sociais. Por isso, para Vesentini (2009b), o estudo acadêmico de Geopolítica passaria por uma crise no Brasil desde o fim do regime militar, assim como a vontade dos dirigentes do país de continuar a implementá-lo. Para Vesentini (2009, p. 206-207):

Em resumo, não existe uma nova geopolítica para o Brasil no sentido de um projeto coerente para os desafios do século XXI. Uma geopolítica diferente da clássica, alicerçada em novos pressupostos: não mais o poderio militar e, sim, o econômico-social, que depende fundamentalmente do *softpower* e dos chamados recursos humanos – educação, tecnologia, poder aquisitivo para a população em geral, influência cultural em outros países etc. – e também da expansão das liberdades, de uma maior participação dos cidadãos nas decisões e no controle dos gastos públicos, enfim, da implementação de *uma democracia* entendida como processo permanente.

Com efeito, nos últimos anos há uma busca de novos rumos para a referida área. Deve-se lembrar do esforço de alguns pesquisadores como a geógrafa brasileira Bertha Koiffmann Becker, que deixou um legado importante sobre “o espaço brasileiro, suas políticas territoriais e regionais, potencialidades e contradições como agente geopolítico internacional” (SILVA, p. XII).

²¹ Sobre a contribuição de Josué de Castro para o estudo de Geopolítica cabe citar o recente trabalho intitulado "A contribuição de Josué de Castro para a Geografia Política e a Geopolítica: uma visão alternativa para o pensamento geopolítico tradicional" (LUCENA, 2016).

Uma importante iniciativa para atualizar o pensamento geopolítico brasileiro foi a criação da “Rede Brasileira de Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território” (REBRAGEO) em 2013, por um grupo de pesquisadores reunidos na cidade de Manaus. Esta rede teria como objetivo principal ser um canal de coordenação de estudos espaciais capazes de ajudar a sociedade civil, os agentes públicos e os acadêmicos a pensar a formação político-territorial do mundo atual para que nele se atue de forma competente (SILVA, 2016). Entre as iniciativas dessa organização acadêmica foi a organização de congressos bienais de Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território (CONGEO)²², que teriam o escopo de discutir as “principais transformações e tendências político-territoriais do mundo de hoje, suas tensões, potencialidades, possibilidades, dinâmicas e perspectivas, com foco em pesquisas brasileiras em curso” (SILVA, p. XII).

Neste contexto, urge-se o aprofundamento da pesquisa sobre as questões geopolíticas mundiais contemporâneas, como a guerra civil síria e, em especial, a discussão acerca do papel do Brasil no mundo atual a luz de tais questões.

4.2 – A ESTATURA POLÍTICO-ESTRATÉGICA DO BRASIL NO CENÁRIO INTERNACIONAL CONTEMPORÂNEO

Antes de tratar do Brasil em relação à geopolítica mundial, necessita-se discutir a própria estatura político-estratégica que o país tem no concerto atual das nações. Esta “estatura”, que alguns autores podem utilizar o termo “peso”, aqui é entendida como um “Conjunto de atributos de uma nação que são percebidos e reconhecidos pelas demais nações e que definem o nível relativo de sua participação e influência no contexto internacional” (MINISTÉRIO DA DEFESA, 2012, p. 262). Segundo Porto-Gonçalves (2016), nem sempre é devidamente considerada a importância geopolítica do país, mesmo nos debates acadêmicos, com raras exceções. Ou seja, o peso do

²² O 1º CONGEO, que teve como título “I Congresso Brasileiro de Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território: racionalidades e práticas em múltiplas escalas¹”, ocorreu em 2014, no Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio); o 2º CONGEO foi realizado Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) em 2016, com o título “II Congresso Brasileiro de Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território: A Integração Sul-Americana e a Inserção das Regiões Periféricas”; o 3º CONGEO está planejado para acontecer em setembro de 2018 na Universidade Federal Fluminense (UFF).

país, assim como a sua projeção geopolítica no mundo atual, não ocupa o lugar que merece na agenda política e mesmo acadêmica nacional. E como defende Antônio Jorge Ramalho Rocha (2005, p. 103) “o lugar que caberá ao Brasil resultará, em grande medida, das ações que seus cidadãos e seu governo vierem a implementar no futuro próximo.”

O Brasil é o 4º país do mundo em extensão territorial contínua, o 5º em termos demográficos e o 8º PIB do mundo em 2015 (e já chegou a ser o 5º em 2011). No continente americano, o Brasil é o 2º maior país em extensão territorial contínua, atrás do Canadá; e o 3º se considerar a área descontínua, pois os EUA incluem o Alasca e o Havaí; o 2º em termos demográficos e o 2º PIB. Esses dados implicam naturalmente que o Brasil tem um peso próprio no cenário internacional (PORTO-GONÇALVES, 2016). E é pelas suas dimensões que George F. Kennan²³ (Apud LAFER, 2004, p. 23) inclui o Brasil numa categoria chamada de “*monster country*”, que também incluiria EUA, Rússia e China (países continentais e membros permanentes do Conselho de segurança da ONU), mais a Índia. Ele se baseou, além dos dados geográficos e demográficos, os indicadores econômicos e políticos e a magnitude dos problemas e dos desafios enfrentados por eles.

Contudo, como bem sublinha Celso Lafer (2004), o Brasil é bem diferente da China e da Índia (países asiáticos de cultura milenar); da Rússia, que por sua localização geográfica entre a Ásia e a Europa, teve presença relevante na cultura e na política mundial; e dos EUA, que, apesar de terem sido uma colônia como o Brasil no passado, tiveram um histórico de envolvimento em guerras e se tornou uma superpotência no século XX. Lafer ressalta que o Brasil, por localizar-se na América do Sul, não está e nunca esteve historicamente na linha de frente das tensões internacionais predominantes nos cenários estratégico-militares da guerra e da paz. Há muito tempo o país não tem problemas fronteiriços com seus vizinhos sul-americanos, ao contrário das nações supracitadas, a exceção dos EUA. E, portanto, não constituiria um *monster country* assustador do ponto de vista geopolítico.

Na economia o Brasil possui muitas contradições, se de um lado ele está entre as maiores economias do mundo e ter importantes participações nas estruturas de

²³ George Frost Kennan foi um diplomata, cientista político e historiador norte-americano, sendo uma figura central na política americana durante a Guerra Fria.

produção mundiais em setores como *commodities*, indústrias siderúrgica e automobilística, por outro a sua participação no comércio mundial é de apenas 1%. Segundo Rocha (2005), a posição que o Brasil ocupará na economia global será em função da capacidade criadora do setor privado e do governo em criar condições reguladoras para que o setor privado produza as inovações necessárias para aprofundar o desenvolvimento da economia nacional.

E se pensar no cenário mundial contemporâneo, não tem como se referir ao Brasil sem inseri-lo no grupo dos BRICS²⁴. Apesar das diferenças entre eles, com já citadas, é evidente a vontade dessas nações de agirem em conjunto levando-se em conta o seu peso coletivo frente às potências tradicionais como os EUA e a União Europeia. Na economia mundial, por exemplo,

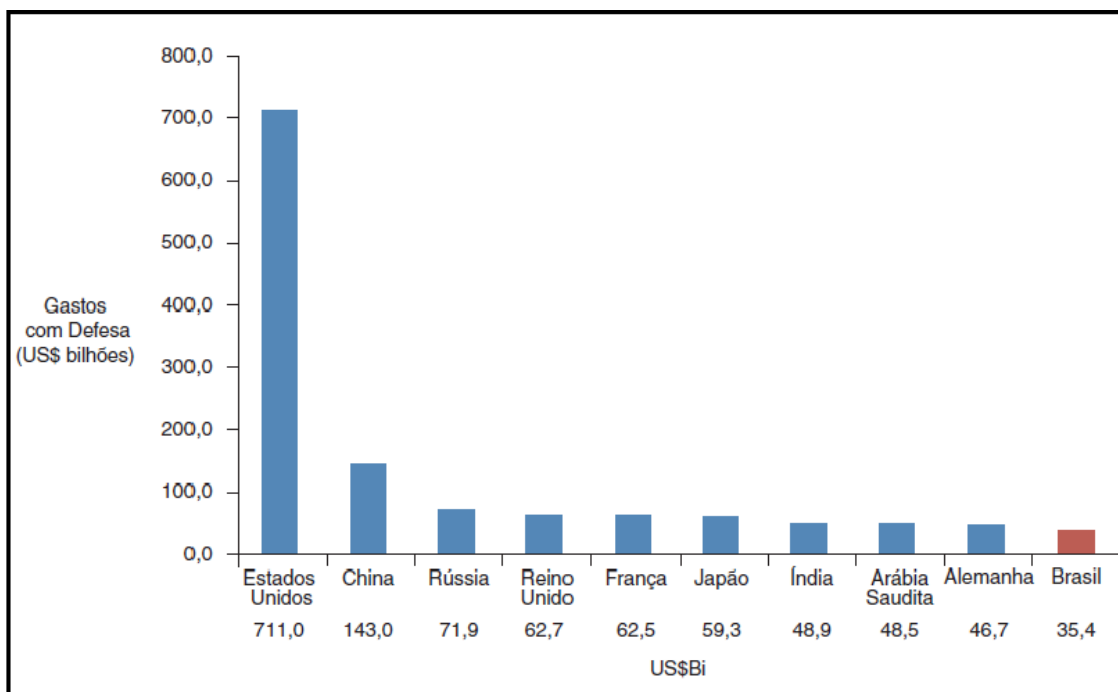
O peso econômico dos BRICS é certamente considerável. Entre 2003 e 2007, o crescimento dos quatro países representou 65% da expansão do PIB mundial. Em paridade de poder de compra, o PIB dos BRICS já supera hoje o dos EUA ou o da União Europeia. Para dar uma ideia do ritmo de crescimento desses países, em 2003 os BRICs respondiam por 9% do PIB mundial, e, em 2009, esse valor aumentou para 14%. Em 2010, o PIB conjunto dos cinco países (incluindo a África do Sul), totalizou US\$ 11 trilhões, ou 18% da economia mundial. Considerando o PIB pela paridade de poder de compra, esse índice é ainda maior: US\$ 19 trilhões, ou 25% (MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, 2014).

Já na esfera política internacional, Rocha (2005) assevera que conta a favor do país, a tradicional política brasileira “de respeito às normas e ao Direito internacional, sua secular ausência de conflitos com países vizinhos e seu permanente compromisso com a solução pacífica de controvérsias vêm sendo considerados ativos importantes nas relações exteriores do país (...).” Nesse sentido, Lafer (2004), que considera o Brasil como uma potência média de escala continental, afirma que o país tem revelado uma capacidade de articular consensos, mediando posições entre grandes e pequenos no plano multilateral, devido, entre outros fatores, por não ser ele um *monster country* assustador, mas sim um autêntico *soft power*.

²⁴ A ideia dos BRICS foi formulada pelo economista-chefe da Goldman Sachs, Jim O'Neil, em estudo de 2001, intitulado “Building Better Global Economic BRICs”. Fixou-se como categoria da análise nos meios econômico-financeiros, empresariais, acadêmicos e de comunicação. Em 2006, o conceito deu origem a um agrupamento, propriamente dito, incorporado à política externa de Brasil, Rússia, Índia e China. Em 2011, por ocasião da III Cúpula, a África do Sul passou a fazer parte do agrupamento, que adotou a sigla BRICS (MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, 2014).

Segundo Rocha (2005), pelo peso do país na América do Sul, o Brasil é um candidato natural a um assente permanente no Conselho de Segurança da ONU, na eventualidade de uma reforma. O referido autor lembra também que o país já participou de várias missões de paz da ONU e que, pela primeira vez, comandou uma força de paz legitimada pela ONU no Haiti, “buscando projetar influência por meio da construção de uma imagem mais arrojada no que concerne à sua assunção de riscos políticos” (ROCHA, 2005, p. 101). Além disso, o orçamento militar brasileiro é o maior da América Latina e o décimo mundial, conforme o gráfico 2, a seguir.

Gráfico 2 - Dez países com maiores gastos com Defesa no mundo em 2011



Fonte: MINISTÉRIO DA DEFESA, 2012, p. 225²⁵.

Ademais, a participação do Brasil em grupos multilaterais, como o BRICS, acentua essas qualidades citadas por Rocha, embora ressaltando que os países do BRICS apresentam divergências pontuais em suas abordagens em relação aos problemas globais. Como pontos de consenso entre eles estariam a defesa de alguns

²⁵ Tomaram-se por base os dados divulgados pelo Instituto de Pesquisa de Paz Internacional de Estocolmo, Suécia (*Stockholm International Peace Research Institute — SIPRI*). Há que se considerar, porém, que não há uniformidade das classificações orçamentárias. Um país pode incluir determinado tipo de gasto em seu orçamento (como, por exemplo, desenvolvimento tecnológico), enquanto outro pode não fazer o mesmo (MINISTÉRIO DA DEFESA, 2012, p. 224)

princípios em relação a ordem mundial, como afirmou o ex-presidente Luis Inácio Lula da Silva²⁶:

Precisamos forjar um sistema de governança global mais representativo e transparente que possa ao mesmo tempo inspirar unidade de propósitos e revitalizar a vontade coletiva de buscar soluções de consenso. Nessa caminhada em direção a um novo mundo, os países do BRIC estão comprometidos em trabalhar juntos para cumprir suas responsabilidades (LULA apud LUKYANOV, 2005, p. 552).

No BRICS, o Brasil teria, a princípio, a possibilidade de aumentar a sua estatura político-estratégica no plano geopolítico mundial, pois se associaria a grandes *players* mundiais. No grupo apenas a África do Sul não está entre os dez maiores orçamentos de defesa do mundo (conforme o gráfico 3), há dois membros permanentes do Conselho de Segurança e três potências nucleares, fora a grande importância econômica, principalmente da China, que possui o segundo PIB do mundo. Essa associação, a princípio, daria ao Brasil a credibilidade internacional na parte que lhe falta em certos setores como o econômico e o estratégico-militar. Além do BRICS, o Brasil atua também em outros grupos relevantes como o IBAS²⁷ e a UNASUL²⁸. Por meio desses grupos é que o país poderia influir em temas geopolíticos importantes na atualidade como na resolução de conflitos no mundo afora, entre eles o da Síria.

Entretanto, a geopolítica mundial é bastante complexa e envolve diversas nuances, da econômica a estratégica. Cada um desses países possuem seus próprios projetos de poder que nem sempre irão coincidir com o do outro parceiro de um determinado grupo multilateral.

No contexto da UNASUL e dos problemas geopolíticos sul-americanos, por exemplo, ficou evidente a falta de iniciativa brasileira no recente processo de paz na Colômbia. Tal processo foi patrocinado por Cuba, Chile, Venezuela e Noruega e o

²⁶ Luiz Inácio Lula da Silva, "The BRIC Countries Come Into Their Own as Global Players", <http://www.huffingtonpost.com/luiz-inacio-lula-da-silva/the-bric-countries-come-i_b_539541.html>. Acesso em 09 out 2017.

²⁷ O IBAS é o Fórum de Diálogo Índia, Brasil e África do Sul (IBAS), e congrega as três grandes democracias multiétnicas do mundo em desenvolvimento. O IBAS atua em três vertentes principais: coordenação política, cooperação setorial e Fundo IBAS (BRASIL, 2017).

²⁸ A União de Nações Sul-americanas (UNASUL) foi criada em 2008 e tem como objetivo construir, de maneira participativa e consensuada, um espaço de integração e união no âmbito cultural, social, econômico e político entre seus povos, priorizando o diálogo político, as políticas sociais, a educação, a energia, a infra-estrutura, o financiamento e o meio ambiente, entre outros, com vistas a eliminar a desigualdade socioeconômica, alcançar a inclusão social e a participação cidadã, fortalecer a democracia e reduzir as assimetrias no marco do fortalecimento da soberania e independência dos Estados (BRASIL, 2017a).

Brasil pouco participou do processo de negociação (PEREIRA, 2015 e COLOMBIA, 2016). O presidente Michel Temer foi um dos poucos líderes sul-americanos a não comparecer ao encontro histórico – o Brasil esteve representado pelo então chanceler José Serra -, quando da assinatura do tratado de paz entre o governo colombiano e o grupo paramilitar FARC. Para um país que reivindica o posto de liderança regional, perdeu-se uma grande oportunidade para firmar-se como protagonista na América do Sul.

4.3 - AS POLÍTICAS EXTERNA E DE DEFESA BRASILEIRA NO MUNDO PÓS-GUERRA FRIA

As políticas externa e de defesa são complementares e indissociáveis. A manutenção da estabilidade regional e a construção de um ambiente internacional mais cooperativo, de grande interesse para o Brasil, serão favorecidos pela ação conjunta dos Ministérios da Defesa (MD) e das Relações Exteriores (MRE) (BRASIL, 2012, p. 51).

Como salienta o historiador Amado Cervo (2008), o fim do regime militar e a queda do muro de Berlim, fizeram com que as questões geopolíticas de segurança, fossem gradativamente sendo compartilhadas entre militares e outros membros civis da estrutura governamental, como os diplomatas. Assim, as questões de segurança internacional, defendida pela diplomacia brasileira seriam uma responsabilidade coletiva dos membros da comunidade internacional, principalmente no âmbito das ONU. Tal tendência derivou do fato que o projeto geopolítico comandado essencialmente pelas forças armadas perdeu o seu sentido de ser diante da nova realidade nacional e internacional a partir do final dos anos de 1980. Assim, as questões estratégico-militares no âmbito internacional passariam a compor a política externa tradicional brasileira de valorizar os fóruns multilaterais para discutir questões da guerra e da paz, tal como outros assuntos já o eram, como os temas socioeconômicos.

No entender da diplomacia brasileira, o mundo tenderia para um sistema multipolar de poder, com espaços de ação para potências médias como o Brasil. De acordo com Brigagão (2012, p. 167), essa visão relaciona-se às mudanças engendradas a partir principalmente dos anos 1990: “intensificação dos fluxos, os atores e as dinâmicas internacionais a um aumento no *déficit* de mecanismos de

governança global que dessem conta dos novos processos de inserção internacional.” Nesse quadro, a análise dos cenários internacionais tornou-se instrumento indispensável para adotar estratégias de ação e as políticas das grandes potências já não estaria dando conta das novas demandas, pois apenas o poder militar não seria suficiente. Assim, “o Brasil deveria engajar-se em uma política ativa de construção de regimes internacionais e nas tentativas de reformulação da ordem das polaridades indefinidas” (BRIGAGÃO, 2012, p. 167).

Também havia os pressupostos teóricos advindos da Constituição Federal de 1988, que no artigo 4º determina que o Brasil, na esfera internacional, seguiria os seguintes princípios: independência nacional, prevalência dos direitos humanos, autodeterminação dos povos, não intervenção, igualdade entre os Estados, defesa da paz, solução pacífica dos conflitos, repúdio ao terrorismo e ao racismo, cooperação entre os povos para o progresso da humanidade e concessão de asilo político. Desses princípios teria se consolidado as atuais políticas externa e de defesa brasileira.

Entre as ações práticas dessa nova linha de conduta na segurança nacional pode-se citar: a abdicação pelo país de projetos como o da bomba atômica e a adesão a tratados de limitação de armas de destruição em massa, como o Regime de Controle de Tecnologia de Mísseis (MCTR), em 1995, e o Tratado de Não Proliferação das Armas Nucleares (TNP), em 1998; certos projetos tecnológicos foram transferidos para a administração civil, como o programa espacial brasileiro, após a criação da Agência espacial brasileira (AEB) em 1994; adicionalmente, deu-se a criação do Ministério da defesa em 1999, deixando os comandantes das três forças militares sob a chefia de um ministro civil.

Evidentemente, certos setores das forças armadas não viam com bons olhos tais mudanças na visão geopolítica brasileira. Em parte, por ainda estarem ligados ao projeto geopolítico do período do regime militar, e em parte, por terem uma leitura discordante no cenário internacional. Essas vozes críticas entre os militares, dentro de uma visão realista das relações internacionais²⁹, defendiam que o país não poderia deixar a sua segurança a mercê de instituições internacionais como a ONU, pois elas

²⁹ Ver as ideias de Kenneth Waltz principalmente em seu primeiro livro *Theory of International Politics*. Reading: Addison--Wesley, 1979, e na tradução de *Man, the State and War (O homem, o Estado e a guerra)*, São Paulo, Martins Fontes, 2004. O autor é um clássico teórico da chamada teoria realista das Relações Internacionais ou do pragmatismo realista. Ele defende a tese de que os Estados agem segundo os seus interesses (nacionais), e dá grande atenção ao *hard power* (poder militar).

seriam reféns das estratégias de poder das grandes potências mundiais; e davam como exemplo o fato dos membros permanentes do Conselho de Segurança utilizar o poder de veto de acordo com os seus próprios interesses e não respeitarem as regras multilaterais quando estas divergiam de suas políticas estratégicas. A invasão norte-americana ao Iraque em 2003, sem o aval da ONU, seria um exemplo emblemático dessa realidade (BRIGAGÃO, 2012). Essa formulação teórica fica clara em publicações ligadas às forças armadas. Eduardo Pesce (1994), ao abordar o papel do Estado brasileiro na defesa nacional no mundo pós-bipolar em artigo para a *Revista Marítima Brasileira*, afirmou:

se os brasileiros não mudarem sua atitude em relação à política mundial de poder e à defesa nacional, a sobrevivência do Brasil, como nação una e soberana, no século XXI estará ameaçada. O Brasil teima em não despertar para a dura realidade de tal constatação. Nossas autoridades, assim como boa parte da imprensa e amplos segmentos da opinião pública insistem em ver o mundo sob a ótica de um idealismo pacifista que parece não ter limite (PESCE, 1994. p. 73).

Mas a via “itamaratiana” prevaleceu. Ao tratar desse modelo brasileiro de inserção internacional no século XXI, Cervo (2010) aponta três êxitos que teriam sido alcançados pelo Brasil, principalmente nos governos de Lula e Dilma, e que conviria ao governo e a sociedade brasileira mantê-los e aprofundá-los em benefício dos interesses nacionais. Seriam eles: o primeiro, a internacionalização da economia brasileira, isto é, a expansão para fora das empresas nacionais, um salto de qualidade rumo à maturidade econômica do país, que teria a condução pessoal do presidente Lula, em diálogo constante com os empresários. Segundo Cervo (2010), essa tendência tornou a economia brasileira a mais internacionalizada entre as emergentes; o segundo, a formação de coalizões com outros países emergentes. UNASUL, IBAS, Cúpulas de países árabes, africanos e ibero-americanos, e principalmente a formação do BRICS estariam entre as iniciativas positivas que objetivariam: ampliar os negócios entre as nações emergentes, estabelecer parcerias para o desenvolvimento e buscar consensos sobre o multilateralismo e as regras da ordem internacional. E o terceiro, seria o sucesso da ação externa brasileira em relação a gerencia da segurança internacional.

Na visão de Cervo (2010), há duas estratégias de segurança no cenário internacional atualmente. Por um lado, a estratégia tradicional concebida pela inteligência política dos Estados Unidos e da OTAN, desde o fim Segunda Guerra mundial, que se basearia no uso da força, por meio de dois mecanismos principais: a

sanção ou a intervenção. E por outro, “a estratégia da solução pacífica dos conflitos, de matriz essencialmente brasileiro-chinesa, adotada pelo Brics e pela Unasul. A primeira **[a opção norte-americana]** se alimenta de violência; a segunda, da negociação diplomática.” (CERVO, 2010, p. 84, acréscimo nosso).

Essa política brasileira foi denominada por Cervo de “segurança multilateralizada” e consistiria em buscar a resolução dos conflitos ao redor do mundo por meio da negociação nos fóruns multilaterais. Ela foi confirmada na formulação da chamada “Política Nacional de Defesa”, aprovada pelo congresso nacional em 2008 e expressa no documento *Livro Brando de Defesa Nacional*. Nela, encontram-se os objetivos da Política Nacional de Defesa brasileira, que são, entre outros: “(...) V. contribuir para a manutenção da paz e da segurança internacionais; VI. intensificar a projeção do Brasil no concerto das nações e sua maior inserção em processos decisórios internacionais” (MINISTÉRIO DA DEFESA, 2012, p. 27). Desses objetivos derivou-se, entre outras metas, a “Meta 3 — Participar de operações de paz e de ações humanitárias de interesse do País, no cumprimento de mandato da Organização das Nações Unidas (ONU), com amplitude compatível com a estatura geopolítica do País” (MINISTÉRIO DA DEFESA, 2012, p. 29).

Assim, Cervo, ao tratar da questão da segurança internacional, explica que para o Brasil:

Sem a ONU, as ações de força contra Estados ou governos, sob qualquer argumento que os Estados Unidos, junto a Inglaterra ou mesmo a Otan, tomassem, não teriam legitimidade, na avaliação Brasileira. O ordenamento da ONU proveria o mundo de segurança, afora isso deveriam ser mantidos os princípios de autodeterminação e não-intervenção. Até mesmo os novos conceitos, como *dever de ingerência* e *boa vontade*, invocados pelas grandes potências em atitudes unilaterais de segurança, eram vistos pela diplomacia brasileira como roupagem nova de velhas táticas discriminatórias contra os países fracos (CERVO, 2008, p. 142).

Com efeito, o Brasil vem buscando atuar no tema da segurança internacional junto aos foros multilaterais, o que resultou nas seguintes ações: defesa da reforma do Conselho de Segurança, se colocando, inclusive, como candidato a um membro permanente na Assembleia Geral de 1994 (CERVO, 2008); intensificação na participação das “missões de paz” da ONU, culminando com o comando da missão no

Haiti a partir de 2004³⁰; e a condenação de ações militares unilaterais sem o aval da ONU, como a ação militar liderada pelos americanos no Iraque em 2003, que depôs o presidente Saddam Hussein.

Aliás, o governo brasileiro já tinha se recusado a participar da coalizão internacional, sob a liderança dos Estados Unidos e com o aval do Conselho de Segurança da ONU, que expulsou as forças iraquianas do Kuwait, embora tenha condenado a invasão iraquiana ao país vizinho. Naquela ocasião, o Brasil justificou essa posição alegando entre os seus princípios, a defesa da solução pacífica dos conflitos internacionais e que, naquele caso, o uso da força fora precipitado (MISSARI, 2006).

Ainda no tocante ao Oriente Médio, o Brasil considera ilegal a ocupação dos territórios árabes por Israel após a guerra de 1967, pois foram conquistados pelo uso da força e sem o consentimento da ONU. E defende oficialmente, desde 2010, a constituição de um Estado palestino independente nos territórios hoje ocupados por Israel, com exceção da região conhecida como Colinas de Golã, que deveria, segundo o governo brasileiro, ser devolvida a Síria. Tal política ficou mais evidente durante o governo Lula, que tomou algumas iniciativas de aproximação com o mundo árabe; entre elas, a visita do presidente brasileiro a alguns países da região em 2004, inclusive a Síria, e a organização da Cúpula América do Sul-Países Árabes (ASPA) em 2005, que reuniu vários países de ambos os continentes.

A primeira cúpula da ASPA resultou no documento chamado “Declaração de Brasília” que, como lembra Nizar Missari (2006), defendeu o estabelecimento de uma zona livre de armas de destruição de massa no Oriente Médio, condenou a construção, por parte de Israel, de um muro para separar fisicamente palestinos e israelenses no território ocupado da Cisjordânia e também condenou a política dos Estados Unidos perante a Síria, em particular o “Syria Accountability Act”, ou “Lei de Restauração da Soberania Libanesa e da Responsabilidade da Síria”.

³⁰ O Brasil lidera desde 2004 a parte militar da Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti (MINUSTAH) e já enviou ao país caribenho mais de 37 mil militares. Ela foi criada por Resolução do Conselho de Segurança da ONU, em fevereiro de 2004, para restabelecer a segurança e a normalidade institucional do país após sucessivos episódios de turbulência política e violência, que resultou no exílio do então presidente, Jean Bertrand Aristide. A missão se encerrou em 31 de agosto desse ano, e será sucedida pela Missão das Nações Unidas para o Apoio à Justiça no Haiti (MINUJUSTH), sem componente militar (BRASIL, 2017d).

Quanto à participação nas missões de manutenção da paz, que são importantes instrumentos de atuação da ONU no desempenho de sua atribuição primordial de preservação da paz, o Brasil participa delas desde 1956, quando fez parte da missão na região do Canal de Suez; desde então, o país já participou de mais de 30 operações de paz, de acordo com a embaixadora do Brasil na ONU, Maria Luiza Viotti (2012). Essas operações, como lembra a referida diplomata, apesar de existirem há muitos anos, nos últimos anos elas tem assistido a transformações importantes em seus objetivos e estruturas. A constatação de que os desafios das situações pós-conflito requerem um enfoque mais abrangente do que o simples término dos combates violentos e incluem “tarefas em áreas como proteção de civis, fortalecimento do Estado de Direito, capacitação, direitos humanos, eleições e reforma do setor de segurança” (VIOTTI, 2012, p. 138).

Nesse sentido, a recente experiência brasileira no Haiti habilitou o país como um bom exemplo de ator estabilizador em uma região devastada, seja por conflitos, seja por graves desastres naturais. Como explica Viotti, a missão do Brasil foi muito além do comando militar da MINUSTAH:

Além da manutenção da segurança e da estabilidade, o mandato da missão também contempla apoio ao governo haitiano em diversas áreas, desde a patrulha de fronteiras até a reconstrução após o trágico terremoto de janeiro de 2010.

O Brasil tem trabalhado para assegurar um enfoque integrado por parte das missões de paz, que leve em conta as interligações entre segurança e desenvolvimento. No caso do Haiti, nossos engenheiros militares têm sido parte fundamental desse esforço. Ao realizarem tarefas como recuperar estradas, construir pontes e apoiar obras de infraestrutura, no exercício de atividades necessárias à mobilidade da missão, os engenheiros ajudam a criar condições para que o Haiti possa avançar mais rapidamente no seu desenvolvimento (VIOTTI, 2012, p. 139, grifo nosso).

Sem dúvida, como aponta Mello e Lapierre (2012), o Brasil inovou em sua atuação no Haiti, incluindo elementos pioneiros que reforçavam a reconciliação política, o fortalecimento das instituições e a promoção dos direitos humanos, assim como esforços para a promoção do desenvolvimento econômico e social e de combate à pobreza. Dessa forma, reforçou a imagem de um ator relevante em temas de segurança e manutenção da paz.

Segundo o Ministério da Defesa (2012), o Brasil totalizava cerca de 2.444 militares envolvidos em missões de manutenção da paz em 2012 (ver tabelas 2 e 3). Além da MINUSTAH, o Brasil auxilia também em outras operações de paz ou de caráter

humanitário na atualidade, conforme mostra o mapa 24, na página seguinte. Destaca-se a presença do Brasil na Força Interina das Nações Unidas no Líbano (UNIFIL). Esta missão “foi criada em 1978, com o propósito de manter a estabilidade na região, durante a retirada das tropas israelenses do território libanês” (MINISTÉRIO DA DEFESA, 2012, p. 165). Em 2011, um oficial da marinha brasileira assumiu o comando da Força-Tarefa Marítima (FTM), que foi criada em 2006 e é a primeira Força-Tarefa Naval a integrar uma Missão de Manutenção de Paz da ONU. A FTM tem a missão de impedir a entrada de armamento ilegal no Líbano, assim como treinar o pessoal da Marinha libanesa.

Tabela 2 - Efetivo de tropas em operações de paz na MINUSTAH e na UNIFIL (2004-2012)

	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012*
MINUSTAH	1.200	2.400	2.396	2.396	2.396	2.396	4.396	4.395	2.099
FTM- UNIFIL	-	-	-	-	-	-	-	261	267

* Quantitativo considerado até junho de 2012.

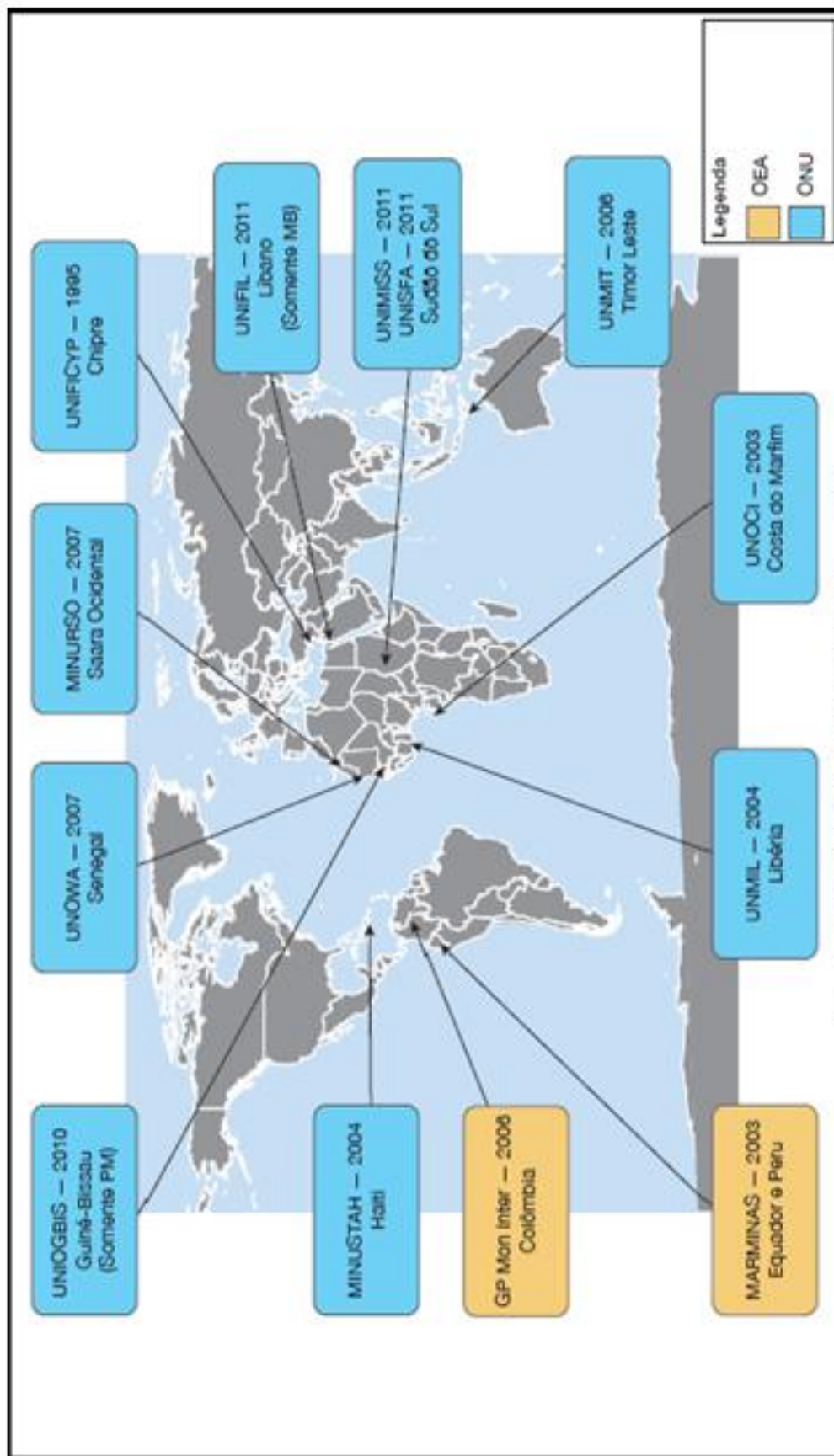
Fonte: MINISTÉRIO DA DEFESA, 2012, p. 165.

Tabela 3 – Quantitativos de Militares em Missões de Paz em 2012.

País	Função	Quantitativo
Costa do Marfim	Observador Militar	1
	Assessor	3
	Oficial de Ligação	3
Chipre	Assessor	1
Haiti	Assessor	20
	Tropa	2.076
Libéria	Policial	3
	Assessor	2
Saara ocidental	Observador Militar	2
	Observador	10
Sudão	Observador	3
	Policial	7
	Bombeiro	2
	Assessor	2
Timor-Leste	Observador	3
	Policial	16
Líbano	Assessor	15
	Fragata União	252
Síria	Observador	11
Guiné-Bissau	Policial	1
Peru e Equador	Monitor	4
Colômbia	Monitor	7
Total Geral		2.444

Fonte: MINISTÉRIO DA DEFESA, 2012, p. 239.

Mapa 24: Participação brasileira em missões de paz e humanitárias em curso



Fonte: MINISTERIO DA DEFESA, 2012, p. 164.

Associada a sua participação nas missões de paz, Mello e Lapiere (2012) lembram que o Brasil também busca colocar-se como mediador de conflitos. Na América do Sul o país atuou no caso da crise entre a Colômbia e a Venezuela, para que o tema fosse resolvido no âmbito da UNASUL. A posição brasileira se baseou na ideia de que, se o fim do impasse ocorresse sem interferência de países externos ao bloco, a região seria fortalecida, e estaria sendo afastado o risco de maiores consequências em decorrência do conflito.

No Oriente Médio, o Brasil tomou a iniciativa, em conjunto com a Turquia, no caso impasse do programa nuclear do Irã. Propôs-se um acordo em 2010, com as autoridades de Teerã sobre a troca de urânio de baixo enriquecimento por combustível nuclear processado no exterior (na Turquia). Porém, a iniciativa acabou sendo sabotada pelos Estados Unidos, devido à forte desconfiança estadunidense quanto às reais intenções pacíficas do programa nuclear iraniano. Outra iniciativa brasileira na região foi para fazer a mediação direta no diálogo entre o Fatah e o Hamas, na Palestina. A oferta baseava-se no fato de que o Brasil ser uma nação mais neutra do que, por exemplo, os Estados Unidos, que sempre foi aliado incondicional de Israel. “Apesar de incipientes e com sucesso limitado, essas iniciativas têm gerado um interesse crescente na área e consolidado o perfil do país no cenário da paz e da segurança.” (MELLO E LAPIERRE, 2012, p. 285).

Cabe ressaltar a participação do Brasil no Conselho de Segurança, órgão mais importante na área da segurança internacional³¹. O Brasil é, ao lado do Japão, o país que por mais vezes participou do Conselho de Segurança da ONU como membro não permanente. Esteve presente no referido órgão por dez vezes, conforme demonstra o quadro 2, onde se observa apenas uma grande ausência entre 1968 e 1988, devido principalmente a recusa dos governo brasileiro, sob o regime militar, de ter uma participação maior no sistema multilateral. Segundo a MRE, na última vez que foi eleito,

³¹ Ao Conselho de Segurança é reservada a primazia sobre condução dos assuntos relacionados à paz e à segurança internacionais. A guerra tornou-se uma violação ao direito internacional e os Estados se comprometeram a resolver suas controvérsias por meios pacíficos e a evitar o uso da força nas relações internacionais. Com base nos Capítulos VI ou VII da Carta da ONU, o Conselho de Segurança pode decidir sobre medidas a serem adotadas em relação aos Estados cujas ações não se coadunem com as normas relativas à paz e à segurança internacionais. Ele é composto por cinco membros permanentes (Estados Unidos, Rússia, China, França e Reino Unido) e por dez membros não permanentes, eleitos para mandatos de dois anos (BRASIL, 2017b).

o Brasil recebeu 182 votos (dentre 183 países votantes), o que demonstraria, no entender da chancelaria brasileira, o amplo reconhecimento das contribuições do Brasil à atuação do órgão (BRASIL, 2017b).

Quando 2 - Participação do Brasil no Conselho de Segurança da ONU

Período do mandato	Intervalo entre as participações (em anos)
1946-47	-
1951-52	3
1954-55	1
1963-64	7
1967-68	2
1988-89	19
1993-94	3
1998-99	3
2004-05	4
2010-11	4

Fonte: elaborado pelo autor, com base em BRASIL, 2017b.

No período 2010-2011, a representação brasileira fomentou o debate, no âmbito do Conselho de Segurança, sobre a intrínseca relação entre segurança e desenvolvimento, que consiste na ideia de que não haveria uma paz sustentável se ela não fosse acompanhada de um programa de apoio ao desenvolvimento econômico pós-conflito, o que daria a devida estabilidade social e política para um determinado país que tenha passado por um conflito armado. Dentro dessa visão, a então presidência brasileira do Conselho de Segurança em 2011, fez a seguinte declaração em nome do órgão, em relação à consideração dada pelo conselho no que se refere a “Manutenção da paz e da segurança internacionais”:

O Conselho de Segurança ressalta que **há uma estreita interligação entre segurança e desenvolvimento**, que estes se reforçam mutuamente e que são essenciais para se alcançar uma paz sustentável. O conselho reconhece que sua relação é complexa, multifacetada e específica a cada caso.

O Conselho de Segurança reitera que **o apoio a um país para que este emerja de um conflito de forma sustentável requer uma abordagem abrangente e integrada**, que incorpore e reforce a coerência entre atividades nas áreas de política, segurança, desenvolvimento, direitos humanos e Estado de Direito, e que trate das causas subjacentes a cada conflito. **Nesse sentido, o conselho afirma a necessidade de que se considerem as dimensões econômicas, políticas e sociais relevantes do conflito** (NAÇÕES UNIDAS, 2011, grifo nosso).

A partir do afastamento da presidente Dilma, há uma aparente mudança nos rumos da política externa brasileira, pois o PSDB, um dos partidos da base aliada do

novo governo e que dirigiu o país na gestão de Fernando Henrique, assumiu a direção do Ministério das Relações Exteriores (MRE). Ele foi extremamente crítico da orientação da política externa dos governos Lula-Dilma, principalmente na aproximação do Brasil a certos países como a Síria. Além do fato de que o presidente Michel Temer não tem o mesmo nível de amizade com Assad que o ex-presidente Lula tinha. No quadro 3, tem-se uma síntese de algumas das principais questões geopolíticas do Oriente Médio e as posições dos três últimos governos brasileiros, onde se observa as diferenças entre eles no tocante a cada questão apresentada.

Entretanto, certas linhas gerais devem ser mantidas, como a defesa da solução negociada dos conflitos e a não-ingêrcia nos assuntos internos de outros Estados, a defesa dos direitos humanos, a crença de que os organismos multilaterais são os foros mais adequados para as discussões sobre a paz, etc.

Quadro 3 - Posição oficial do governo brasileiro sobre alguns temas geopolíticos do Oriente Médio

Tema geopolítico do Oriente Médio	Gestão		
	Lula da Silva (2003-2010)	Dilma Rousseff (2011-12/05/2016)	Michel Temer (a partir de 12/05/2016)
<i>Questão Palestina-Israel</i>	- Solução de dois Estados independentes segundo as fronteiras de antes da guerra de 1967.	- Continuidade da política anterior.	- Solução de dois Estados independentes com fronteiras negociadas pelas partes envolvidas.
<i>Programa Nuclear Iraniano</i>	- Contra uma intervenção militar; - A favor da negociação diplomática; - O Brasil como possível ator ativo no processo de negociação com o Irã.	- Contra uma intervenção militar; - A favor da negociação diplomática.	- Contra uma intervenção militar; - A favor da negociação diplomática; - O Brasil não deve se envolver no processo de negociação com o Irã.
<i>Questão das Colinas de Golã</i>	- Defendia o princípio da "terra por paz". Israel devolveria as Colinas de Golã à Síria.	- Continuidade da política anterior, contudo com menos ênfase.	- A julgar pela posição na questão palestina-israelense, defende uma saída negociada entre as partes, não necessariamente a volta das fronteiras de 1967.

Fonte: elaborado pelo autor, baseado nos documentos oficiais do Ministério das Relações Exteriores do Brasil (BRASIL, de 2011 a 2017e).

Por fim, deve-se comentar que há críticas quanto à política brasileira supracitada nos últimos anos. É o que assevera, por exemplo, Albuquerque (2011a):

Embora a diplomacia brasileira tenha retomado no século XXI sua agenda mais ambiciosa e relativamente mais independente dos Estados Unidos (seu elemento mais emblemático é a retomada do pleito de uma cadeira permanente no Conselho de Segurança da ONU), as estruturas internacionais econômicas e de poder restringem a efetividade das manobras políticas brasileiras mesmo em relação ao subcontinente sul-americano onde disputa mercados e influência com os interesses norte-americanos, europeus e, cada vez mais, chineses.

Como afirma Albuquerque (2011a), o Brasil tem certos interesses que não propriamente são convergentes com os outros grandes atores do cenário internacional. Mesmo entre os BRICS, essas diferenças são perceptíveis; os que são membros permanentes não querem se comprometer diretamente com o Brasil sobre a sua candidatura, pois tem suas próprias restrições. LUKYANOV (2015, p. 548, acréscimo nosso) lembra que, devido às prioridades geopolíticas de cada membro,

(...) quanto mais próximo as partes estiverem de temas específicos, maior será a fricção entre elas. O BRICS ainda não percebeu seu potencial como entidade internacional influente. Por exemplo, o BRICS demonstrou unidade na questão da Líbia na votação no Conselho de Segurança em março de 2011, mas suas posições divergiram este ano a respeito da Síria **[o Brasil é contra intervenções militares, ao contrário da Rússia que apoia diretamente o governo sírio no conflito]**.

Os países do BRICS estão divididos por divergências ainda mais profundas que em alguns casos são fonte de permanente ressentimento. Assim, o Brasil, a Índia e a África do Sul insistem no aumento do número de membros permanentes do Conselho de Segurança. A atual situação desse órgão há muito não se ajusta ao alinhamento de forças na arena mundial e a necessidade de mudança é reconhecida universalmente. Aqueles três países se consideram os melhores candidatos a membros permanentes e poucos se opõem a essa ideia. No entanto, sempre que esse tema passa ao plano prático os atuais membros permanentes do Conselho tratam de argumentar que o problema não é seu e que a questão é muito complicada. Isso não causa surpresa – não há precedentes na história de países possuidores de privilégios exclusivos que venham por sua própria iniciativa a compartilhá-los com outros. Mas essa atitude prejudica a consolidação do BRICS.

Nem mesmo na América do Sul o Brasil conseguiu ser uma unanimidade na questão específica da vaga no Conselho de Segurança, tendo a Argentina como principal opositora (MAGNOLI, 2004). Já Brigagão (2015), e COSTA (2006) concordam com ele, ao tratar da política nacional de defesa, argumentam que a partir do governo Lula esboçou-se algumas iniciativas para aumentar a capacidade militar brasileira, considerada muito defasada, mas que não teve efetivos resultados práticos:

A política de defesa começou a aparecer mais no cenário político em termos de política pública de defesa: foram adquiridos novos armamentos, aumentaram-se

os recursos orçamentários de defesa e o Brasil encorajou a criação do Conselho de Defesa da América do Sul (CDS). **(Mas) Ainda assim, algum sinal do poderio militar brasileiro ficou muito mais na retórica do que propriamente na eficiência ou eficácia de seus resultados** (Brigação, 2015, p. 170, grifo nosso).

Costa (2006) acrescenta que apenas as credenciais de suas dimensões demográfica, territorial e econômica não são suficientes para ser reconhecido na área de segurança internacional. Segundo o ele, “como um garante da segurança de terceiros, o Brasil não revela reputação ou meios militares críveis para ação unilateral” (2006, p. 297). Nessa mesma linha crítica, Vesentini (2009) ao expor as ações externas desde 2003, defende que elas se configuraram mais como iniciativas de política exterior do que como um projeto geopolítico claro para o país; pois, segundo ele, faltaria uma conexão dessas iniciativas com a política interna, incluindo a de defesa.

4.4 – AS RELAÇÕES BRASIL-SÍRIA E A GUERRA CIVIL ATUAL

As relações oficiais entre Brasil e Síria datam do final da segunda guerra mundial, embora as duas nações já tivessem contatos informais, pois a comunidade de origem síria estabelecida no Brasil, por meio da imigração, é estimada em aproximadamente quatro milhões de pessoas, o que constitui um importante ativo no relacionamento bilateral, segundo o MRE (BRASIL, 2017c). Contudo, apenas nas últimas décadas, é que aumentaram os contatos entre os dois países; em especial, após a eleição do presidente Lula; tendo mantido um bom relacionamento durante o governo de Dilma Rousseff e claramente diminuindo na atual administração de Michel Temer.

As relações diplomáticas foram estabelecidas em 1945, tendo a Legação brasileira em Damasco sido aberta em 1951 – e elevada à categoria de Embaixada em 1961. Contudo, durante o período da Guerra fria o Brasil esteve distante da Síria devido ao seu alinhamento com os Estados Unidos, principalmente durante a ditadura militar (1964-1985), o que resultou em quase nenhum contato importante até 1997, quando foi assinado um acordo de cooperação nas áreas cultural e educacional (BRASIL, 2017c). A cronologia completa das relações entre Brasil e Síria encontra-se no Anexo C.

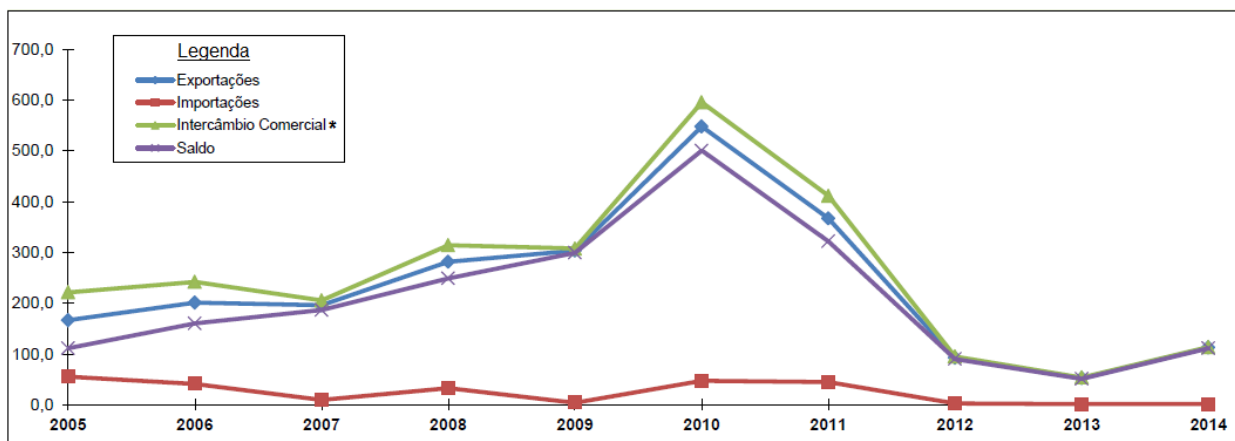
No século XXI, a diplomacia brasileira começou a se interessar na aproximação com o mundo árabe, e hoje há sete acordos bilaterais em vigor apenas com a Síria, que viabilizam uma cooperação nas áreas de saúde, agricultura, turismo, esporte e cultura (BRASIL, 2017c). Em 2003, o presidente Lula se tornou o primeiro líder brasileiro a visitar a Síria, assim como outros países do Oriente Médio. No campo econômico houve um considerável aumento das transações comerciais entre os dois países: as exportações brasileiras foram de US\$ 166,1 milhões em 2005 para US\$ 547,4 milhões em 2010. No entanto, com o início do conflito, verificou-se uma redução do comércio bilateral, que, aliás, sempre teve saldo positivo para o Brasil, como observado na tabela 4 e no gráfico 3, a seguir.

Tabela 4 - Evolução do intercâmbio comercial do Brasil com a Síria (2005-2014)

Ano	Exportações do Brasil para a Síria (US\$ milhões)	Importações do Brasil originárias da Síria (US\$ milhões)	Saldo da balança comercial em favor do Brasil (US\$ milhões)
2005	166,1	55,0	+111,1
2006	200,9	40,9	+160,0
2007	195,7	9,50	+186,2
2008	281,3	32,5	+248,8
2009	303,1	4,15	+299,0
2010	547,4	47,4	+500,0
2011	366,2	44,6	+321,6
2012	92,5	2,46	+90,0
2013	52,1	1,31	+50,8
2014	112,4	1,16	+111,2

Fonte: Elaborado pelo autor, com base em Brasil (2015).

Gráfico 3 – Evolução do intercâmbio comercial do Brasil com a Síria (2005-2014)



* Se refere ao total da soma das exportações mais as importações.

Fonte: BRASIL, 2015, p. 8 (com adaptações).

Com certeza, muito desse aumento do intercâmbio comercial se deu pela aproximação política entre os países; e, num contexto maior, do trabalho de aproximação da região sul-americana com o mundo árabe. Segundo o ex-ministro das relações exteriores brasileiro, embaixador Mauro Vieira, o intercâmbio comercial entre as nações da América do Sul e as do mundo árabe cresceu mais de 180% entre 2005 e 2015 (BRASIL, 2015a). Após o fim do conflito, o Brasil tem muitas oportunidades em várias áreas tais como infraestrutura e agropecuária. Há várias empresas brasileiras com experiência no Oriente Médio; no Iraque, por exemplo.

Em 2010, o presidente sírio Bashar al-Assad retribuiu a visita do presidente Lula (ver figura 17, no anexo E); ocasião em que Lula reafirmou a posição do país favorável a algumas das mais importantes reivindicações do Estado sírio:

Meu caro Presidente **[Assad]**,

Desde o início de meu governo, atribuí prioridade às relações com o Mundo Árabe. Com o lançamento da Cúpula América do Sul – Países Árabes, em 2005, unimos de forma pioneira nossas vozes na defesa de uma ordem internacional mais democrática e mais equilibrada. A construção da paz no Oriente Médio é um dos pilares desse projeto do qual o Brasil quer ser parceiro. Mas essa é uma responsabilidade de todos. Esse conflito transcende as dimensões regionais e afeta o mundo inteiro. (...). A Síria é um sócio indispensável na busca da pacificação. Não se retomarão as negociações sem o engajamento de todos. (...) Todos os olhos se voltam para Damasco em busca de palavra de autoridade e moderação. A Síria tem que ser ouvida e envolvida nas grandes discussões sobre o futuro do Oriente Médio. **Apoiamos o princípio da “terra por paz” para assegurar a devolução das Colinas de Golã à Síria.** Defendemos um Estado Palestino independente, soberano, coeso e economicamente viável, e que possa conviver em segurança e dignidade com o Estado de Israel (BRASIL, 2010, grifo e acréscimo nossos).

Nos fóruns multilaterais o governo brasileiro, tanto de Lula quanto, posteriormente, o da presidente Dilma, defenderam posições favoráveis à Síria. Como já citado anteriormente, na primeira cúpula da ASPA, realizada no Brasil, os participantes condenaram a política dos Estados Unidos para a Síria, principalmente o “Syria Accountability Act”, ou “Lei de Restauração da Soberania Libanesa e da Responsabilidade da Síria” (MISSARI, 2006). Mas após o início da guerra civil e da escalada da violência, esse apoio tendeu a diminuir, embora o país nunca tenha concordado com a ideia de destituir o governo de Assad, como sempre defenderam alguns governos ocidentais e árabes.

Houve uma iniciativa brasileira de atuar como mediador no conflito na Síria através de uma proposta do IBAS (grupo formado por Índia, Brasil e África do Sul)

ainda em agosto de 2011, quando o conflito ainda estava no início. Os representantes dos três países se reuniram com as autoridades sírias. Na ocasião, o presidente Assad reconheceu que alguns erros foram cometidos pelas forças de segurança no início dos distúrbios e que esforços estavam em curso para impedir que voltassem a ocorrer, inclusive punindo os que se excederam no combate aos manifestantes. Acrescentou estavam em curso reformas políticas liberalizantes, incluindo eleições parlamentares, livres e justas, que seriam realizadas até o final de 2011. E, por fim, prometeu reescrever a Constituição, se considerasse necessário. Os membros do IBAS reafirmaram “o compromisso de Índia, Brasil e África do Sul com a soberania, a independência e a integridade territorial da Síria” (BRASIL, 2011).

Contudo, na prática, não afetou o rumo dos acontecimentos e a guerra civil só se aprofundou; em agosto de 2013 o Conselho de Segurança promoveu um debate sobre a cooperação entre a ONU e organizações regionais e subregionais na manutenção da paz e da segurança internacionais. Na oportunidade, o então chanceler brasileiro Antonio Patriota discursou defendendo o multilateralismo e a busca da resolução pacífica e negociada dos conflitos em redor do mundo, citando a UNASUL como exemplo de organismo regional que busca a cooperação entre os seus membros inclusive na área de segurança e criticou as ações unilaterais da OTAN:

(...) Têm ocorrido, até num passado recente, intervenções unilaterais, incompatíveis com uma ordem internacional de paz, cooperação e solidariedade, fundada no Direito Internacional. É nesse espírito que, na nova ordem mundial que se afigura, o Brasil tem defendido o estabelecimento de uma multipolaridade da cooperação, sem unilateralismos, sem excepcionalismos. (...)

Não posso deixar de mencionar a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), (...). Preocupa-nos que historicamente dirigentes da OTAN e de países membros tenham considerado que a OTAN não requer necessariamente autorização explícita do Conselho de Segurança para recorrer à coerção. (...) Preocupa-nos ainda que a OTAN venha buscando estabelecer parcerias fora de sua área de atuação defensiva, muito além do Atlântico Norte, inclusive em regiões de paz, democracia, inclusão social e que não admitem a existência em seu território de armas de destruição em massa (BRASIL, 2013).

E em seguida Patriota expõe a posição brasileira sobre o agravamento da crise síria e como ela deveria ser gestada:

O Governo brasileiro segue profundamente preocupado com a violência na Síria e apoia com firmeza o trabalho do Enviado Especial da ONU e da Liga dos Estados Árabes (LEA) Lakdar Brahimi (...).

Não podemos deixar de tomar nota cuidadosa das palavras do Presidente da Comissão Internacional de Inquérito do Conselho de Direitos Humanos Paulo Sérgio Pinheiro perante a Assembleia Geral da ONU, em 29 de julho passado, de que **"não há solução militar para o conflito sírio"** e que **"aqueles [potências globais e regionais] que fornecem armas às partes combatentes não estão favorecendo a vitória, mas uma ilusão da vitória"**. Paulo Sérgio Pinheiro salientou, na ocasião, que se trata de uma "ilusão perigosa e irresponsável, **pois permite que a guerra perdue indefinidamente**" e "abre a porta para maior sofrimento humano e uma crise numa região inteira" (BRASIL, 2013, grifo e acréscimo nossos).

Nas palavras do diplomata brasileiro está implícita a discordância brasileira com o crescente envolvimento dos atores externos (globais, como os EUA e a Rússia, e regionais, como o Irã e a Arábia Saudita) que alimentam os grupos armados dos dois lados do conflito. Patriota cita a fala do brasileiro Sérgio Pinheiro, que esteve na Síria em nome da ONU e percebeu que o fornecimento de armas aos diversos grupos dentro do território sírio aumentou a escalada da violência.

Um mês após a referida reunião do Conselho de Segurança, a UNASUL, sob forte influência da delegação brasileira, emitiria uma declaração sobre a situação na Síria em que defendia essas mesmas ideias, acrescentando que seria urgente a convocação de uma conferência internacional sobre a situação na Síria com a presença das partes interessadas sírias para iniciar negociações visando o fim do conflito (BRASIL, 2013a). Nesse mesmo período o governo brasileiro emitiria uma nota oficial em apoio à decisão do Governo da Síria de aderir à Convenção sobre a Proibição de Armas Químicas (CPAQ) e aplicá-la imediatamente. Como um dos signatários originais da Convenção, o Brasil também saudou o acordo alcançado pelos Estados Unidos e pela Rússia acerca da eliminação das armas químicas sírias, declarando acreditar que tais medidas contribuirão "para a busca de uma solução negociada e para atender às legítimas aspirações da sociedade síria" (BRASIL, 2013b).

Em janeiro de 2014, o governo brasileiro participou da "II Conferência Internacional de Alto Nível para Contribuições Humanitárias à Síria", no Kuwait, destinando cerca de US\$ 300 mil (ver a tabela 5) para apoiar uma iniciativa conjunta entre o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), no âmbito da estratégia lançada pelo Secretário-Geral das Nações Unidas para serem utilizados em programas de educação e proteção a mais de um milhão de crianças sírias em estado de miséria, principalmente em campos de refugiados (BRASIL, 2014).

Nota-se claramente, ao observar o valor da ajuda financeira prometida pelo Brasil na referida conferência, que apesar do discurso oficial brasileiro da importância de se buscar soluções para a crise humanitária síria, na prática o governo brasileiro fez doações aquém de quem almeja ter um papel mais relevante no cenário internacional. Países de porte médio tal qual o Brasil doaram bem mais, como o México, de acordo com a tabela 5 e Alemanha e Japão, também candidatos ao Conselho de Segurança da ONU como o Brasil, se comprometeram com quantias maiores. Nos anos anteriores (2012 e 2013), as doações brasileiras também foram bem modestas (ver tabelas 6 e 7).

Tabela 5: Doações para ajuda humanitária na Síria (reunião no Kuwait – 2014)

País	Doações feitas (em US\$)
Alemanha	207 milhões
Japão	120 milhões
Itália	51,3 milhões
México	2 milhões
Malásia	500 mil
Brasil	300 mil
Croácia	206 mil
Eslováquia	138 mil

Fonte: OCHA³². Disponível em: <http://unocha.org/>. Acesso em 01 nov. 2017.

Tabela 6 - Doações para ajuda humanitária na Síria - 2012

País	Doações feitas (em US\$)
EUA	36, 1 milhões
Alemanha	14,9 milhões
União Europeia	11,1 milhões
Reino Unido	10,9 milhões
Japão	5,7 milhões
França	1,4 milhão
Brasil	536,6 mil

Fonte: OCHA. Disponível em: <http://unocha.org/>. Acesso em 01 nov. 2017.

Tabela 7 - Doações para ajuda humanitária na Síria - 2013

País	Doações feitas (em US\$)
EUA	1,1 bilhão
União Europeia	585 milhões
Reino Unido	413 milhões
Alemanha	331 milhões
Japão	122 milhões
China	3,2 milhões
Itália	27 milhões
França	27 milhões
Rússia	14,8 milhões
Brasil	250 mil

Fonte: OCHA. Disponível em: <http://unocha.org/>. Acesso em 01 nov. 2017.

³² Escritório da ONU para Coordenação de Questões Humanitárias. A OCHA busca mobilizar assistência humanitária para os povos necessitados ao redor do mundo.

Também em janeiro do mesmo ano, iniciou-se a segunda “Conferência Internacional sobre a Síria” (também conhecida por Genebra II). Conferência promovida pela ONU, que teve a participação dos cinco membros permanentes do Conselho de Segurança, da Liga Árabe, da União Europeia, a da Organização para Cooperação Islâmica, além de mais outros 26 países convidados, entre eles o Brasil (NAÇÕES UNIDAS, 2013). A Conferência tinha o objetivo de iniciar um processo negociador entre as partes sírias (governo e grupos de oposição), com vistas à obtenção de entendimento político abrangente que poderia por fim à violência e ao conflito na Síria (BRASIL, 2014a). Em sua intervenção no referido encontro, o representante brasileiro, embaixador Eduardo dos Santos, lembrou que há muito tempo a resolução desse conflito esteve comprometida pelo silêncio e a paralisia do Conselho de Segurança da ONU. E que como membro eleito do Conselho no mandato 2010-2011, “o Brasil buscou minimizar essa percepção de fracasso que apenas reforçou o chamado para uma reforma urgente e abrangente do Conselho de Segurança.” (BRASIL, 2014b).

Ou seja, Santos procurou defender a necessidade de reforma do Conselho de Segurança, do qual o Brasil é candidato oficialmente, pois a sua atual composição não estaria apta para manter a paz no mundo contemporâneo. Criticou indiretamente os países que fornecem armas e outros auxílios “para ambos os lados” da guerra civil e, por isso, se deveria “estabelecer um embargo de armas abrangente e efetivo” como forma de diminuir a violência. Ressaltou que, por causa do problema dos refugiados, o **“conflito sírio não é somente nacional, mas também uma crise regional com impacto mundial”** e que o Brasil continuava bastante “preocupado com os efeitos do conflito nos países vizinhos, que estão recebendo centenas de milhares de refugiados, tais como Líbano, Jordânia, Iraque e Turquia” (BRASIL, 2014b, grifo nosso). Nesse sentido indicou algumas possíveis medidas concretas que seriam necessárias:

- Acesso seguro, pleno e desimpedido a agentes humanitários e à assistência a pessoas em necessidade;
- Compromisso de todas as partes sírias de assegurar o retorno seguro daquelas pessoas deslocadas e refugiadas que querem voltar para as suas casas na Síria;
- Implementação imediata de medidas contra a violência baseada no gênero e daquelas medidas destinadas a proteger mulheres e crianças da violência sexual e do tráfico humano;
- Assegurar que todos os responsáveis por violações de direitos humanos sejam trazidos à justiça;
- Suspensão de todas as sanções econômicas unilaterais regionais conforme ressaltado pela Comissão Independente de Inquérito do Conselho de Direitos Humanos; (BRASIL, 2014b).

Apesar das críticas indiretas também ao governo sírio, a diplomacia brasileira sempre ressaltou a respeito à soberania nacional da Síria. Ainda nessa fala de Santos ele reitera que qualquer negociação de paz precisa acontecer a partir dos próprios sírios, ou seja, “**um processo sírio** com o apoio da comunidade internacional e não **um processo internacional** com participação síria” (BRASIL, 2014b, grifo nosso).

Na última reunião da ASPA, ocorrida em 2015, foram reiterados os pontos acima, acrescentando que os seus membros reafirmaram o “seu compromisso com a soberania, a independência, **a unidade e a integridade territoriais sírias** e com uma solução política para o conflito.” (BRASIL, 2015, grifo nosso). Semelhantemente, na Declaração final da IX Cúpula do BRICS, que ocorreu em 2017 na China, foi assinalado “os princípios da Carta das Nações Unidas, incluindo a igualdade soberana dos estados e a não interferência nos assuntos internos de outros países.”, o que determinaria a busca da solução para a crise síria por meio de um “processo político inclusivo, ‘liderado e pertencente à Síria’, **que proteja a soberania, a independência e a integridade territorial daquele país**, (...), e promova as aspirações legítimas do povo sírio.” (BRASIL, 2017e, grifo nosso). Observa-se claramente a preocupação do governo brasileiro e de organismos multilaterais compostos por países emergentes (ASPA, BRICS, UNASUL, etc) em defender uma solução política e diplomática para a crise síria, mas que preserve a soberania, inclusive territorial dos sírios.

No entanto, a partir do início do governo de Michel Temer, nota-se uma mudança no discurso em relação a certos temas geopolíticos mundiais (como já visto no quadro 3). Especificamente sobre a guerra civil síria, a política externa de Temer continuou a seguir as linhas gerais do país, contudo não enfatizando explicitamente a questão da integridade territorial e a manutenção do governo de Assad. Tal mudança fica clara quando se compara as notas emitidas à imprensa sobre o assunto pelo MRE (ver o Anexo A) e nos discursos oficiais das autoridades a partir de maio de 2016. Na sua fala na Assembleia Geral da ONU, o presidente Temer fez as seguintes menções sobre a Síria:

A guerra na Síria, por exemplo, continua a gerar sofrimento inaceitável. As maiores vítimas são mulheres e crianças. É inadiável uma solução política. Exortamos as partes a respeitarem os acordos endossados pelo Conselho de Segurança e a garantir o acesso de ajuda humanitária à população civil. (BRASIL, 2016).

Na Síria, meus senhores, apesar da desescalada dos últimos meses, ainda se assiste a conflito com consequências humanitárias dramáticas. A solução que se deve buscar é essencialmente política – e já não pode ser postergada (BRASIL, 2017f).

Semelhantemente, os respectivos discursos de posse como chanceler de Jose Serra e Aloysio Nunes, não constam referências mais diretas ao conflito sírio (BRASIL, 2016, 2017g), o que reforça a tese de que a atual administração procura ter uma certa distância da geopolítica do Oriente Médio como um todo e, em particular, da guerra civil síria.

De um modo geral, pode-se inferir que o governo brasileiro mantém uma postura retórica de firme condenação as ações violentas no conflito. Mas o desenrolar dos acontecimentos na Síria está demonstrando que a vontade dos atores globais está prevalecendo, haja vista a firme presença da Rússia, companheira do Brasil no BRICS, ao lado do presidente Assad. E, adicionalmente, o fracasso da tentativa de mediar uma solução via o IBAS, além das já citadas tímidas doações financeiras para a ajuda humanitária fazem com que a imagem do país como um *soft power* fique seriamente comprometida.

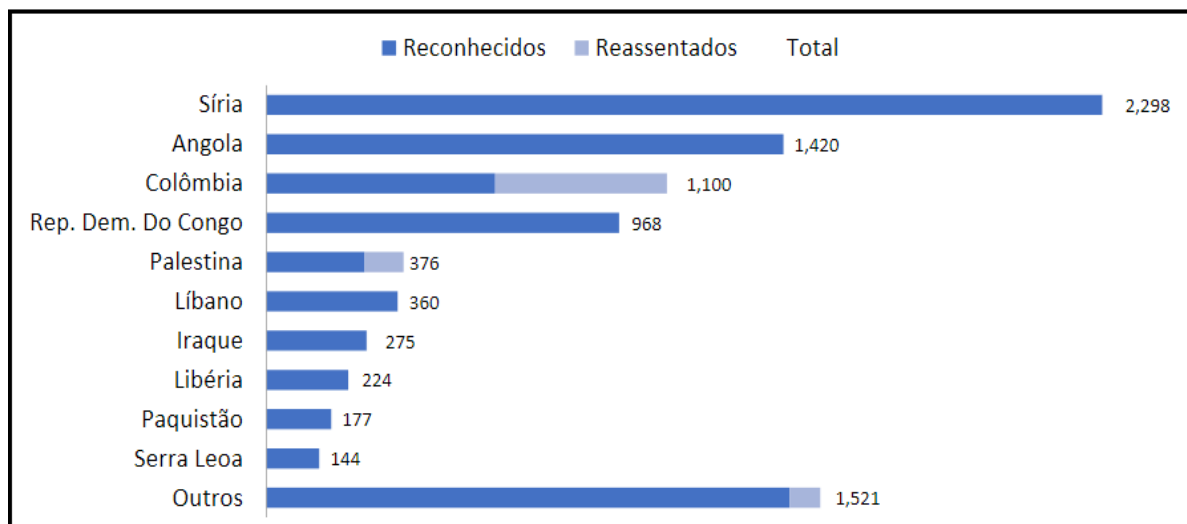
4.5 – A QUESTÃO DA IMIGRAÇÃO SÍRIA PARA O BRASIL A PARTIR DE 2011

Em relação à recepção de refugiados, o Brasil foi o primeiro país do Cone Sul a ratificar a Convenção de Genebra de 1951, relativa ao estatuto dos refugiados, e a promulgar, em 1997, uma Lei Nacional de Refúgio, a Lei 9.474 de 1997. Assim como Argentina e Chile, o país vem se destacando, desde o retorno à democracia, como um dos mais importantes no tocante à admissão de refugiados (SOARES e BAENNINGER, 2009). Tal política, assim como a participação nas missões de paz da ONU, tem por objetivo, a projeção do país no cenário internacional como um ator *soft power* relevante e que pode contribuir na resolução dos problemas que afligem o mundo atual.

No caso específico dos imigrantes sírios, segundo dados do Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE), o Brasil já concedeu asilo a 2.280 sírios (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2016). E a guerra civil naquele país árabe está diretamente relacionada a

este quantitativo de refugiados, pois a análise dos dados de antes de 2011, mostra que a Síria não estava entre os países que mais cediam refugiados ao Brasil. Em 2010, Angola era o primeiro colocado em termos de país de origem dos refugiados em solo brasileiro, com 1.686 pessoas (ou 38,68% de um total de 4.359 indivíduos). Naquele ano, o país árabe com mais refugiados no Brasil era o Iraque com 202 pessoas registradas (FARIAS, FERNANDES e MILESI, 2012). Em 2015, o número total de refugiados no Brasil praticamente dobrou – são aproximadamente 8.800 pessoas de 79 diferentes nacionalidades - e os sírios passaram a constitui cerca de 25% do total, sendo a comunidade mais expressiva, seguidos, em ordem decrescente, daqueles originários de Angola, Colômbia, República Democrática do Congo e Palestina, como mostra o gráfico 4, a seguir (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2016).

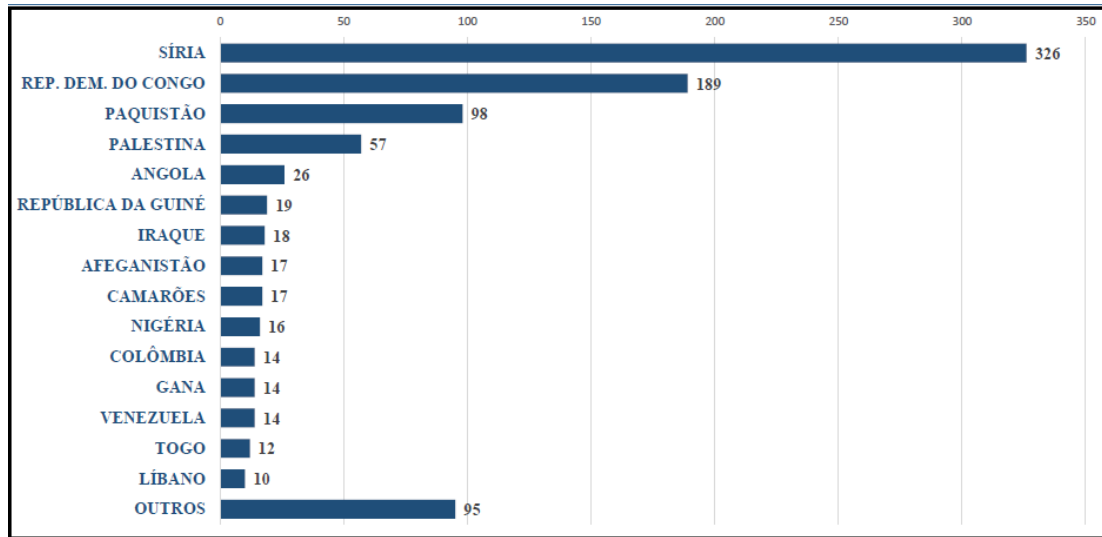
Gráfico 4 – Refugiados reconhecidos no Brasil: por país de origem (2015)



Fonte: MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2016, p. 11.

Em 2016, segundo o Ministério da Justiça (2017), o número de refugiados aumentou para 9.552. Entretanto, houve uma grande mudança em relação ao número de pedidos de por país de origem, uma vez que a crise institucional na Venezuela fez com que 3.375 cidadãos venezuelanos pedissem refúgio no Brasil. Ao mesmo tempo diminuiu o número de sírios (apenas 391) que pediram o mesmo status. Mas foram os sírios que tiveram a maior percentagem de deferimentos de solicitações por país de origem (83%), que em números totais correspondem a 326 (ver o gráfico 5, a seguir).

Gráfico 5 - Deferimentos de solicitação de refúgio por país de origem (2016)



Fonte: MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2017, p. 12.

O fato de a Síria estar em primeiro lugar em número de aceitação de solicitação de refúgio se deve provavelmente à situação extrema de guerra civil em seu território, pois a principal razão que caracteriza uma situação de refúgio é o real risco de vida para a pessoa solicitante, que é claramente o caso dos sírios. Além do fato de que a questão síria se tornou um problema geopolítico de dimensões mundiais, e como se percebe nos discursos oficiais, um país como o Brasil que almeja alcançar um status mais relevante no cenário mundial deve se dispor a contribuir de maneira satisfatória.

Nesse sentido, é que o país, por meio do CONARE, emitiu a Resolução Normativa 17 de 20/09/2013, válida por dois anos, e que foi prorrogada por igual período pela Resolução Normativa Nº 20 DE 21/09/2015 (ANEXO D). Este documento visa facilitar a concessão, em caráter especial, de visto legal a indivíduos forçosamente deslocados por conta do conflito armado na Síria, entre outras razões por considerar: os laços históricos que unem os dois países; a crise humanitária de grandes proporções resultante do conflito; o alto número de refugiados gerado pelo conflito desde o seu início; a crescente busca de cidadãos sírios por refúgio em território brasileiro; e as dificuldades que têm sido registradas por parte desses indivíduos em conseguirem se deslocar ao território brasileiro para nele solicitar refúgio.

Ao comparar os números de refugiados recebidos pelo Brasil, em relação ao de

outros países, esses números ainda são modestos, mas é necessário lembrar que:

O Brasil tem cerca de 8 mil refugiados reconhecidos. Turquia está em 1º lugar, pela 1ª vez na história, com 1.59 milhão, Paquistão em 2º, com 1.51 milhão, e o Líbano em 3º, com 1.15 milhão. Todos os países têm números bem maiores do que o Brasil. **Isto se dá também por uma questão geográfica. O Brasil está muito afastado da maioria dos conflitos do mundo.** Então, claro que é bem mais complicado para o refugiado buscar o Brasil. E vale lembrar que muitas pessoas não entendem que o tema da lógica da migração é diferente da lógica do refugiado. Estes estão tentando sobreviver. Eles fogem de uma situação de muita gravidade, e não estão procurando um lugar onde vão viver melhor (RAMIREZ, 2015, grifo nosso).

Apesar da legislação considerada avançada, o Brasil ainda não está bem preparado para receber esses refugiados e os imigrantes em geral (ver figura 18, no anexo E). Falta ainda estrutura adequada para acolher de maneira mais digna e uma maior coordenação das esferas municipal, estadual e federal de governo para racionalizar e dinamizar o processo de introdução desses indivíduos na sociedade brasileira (RAMIREZ, 2015). Sem um plano claro para atender os refugiados, o governo brasileiro resolveu aceitar o cadastro de famílias sírias no programa Bolsa Família. Assim, cerca de 400 imigrantes sírios que vieram para o Brasil estão no programa, de acordo com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2016). Essa realidade pode estar por trás da diminuição do número de refugiados sírios registrada entre 2015 e 2016, o que prejudica mais ainda a busca brasileira por mais relevância nas questões internacionais.

A política imigratória do governo brasileiro também tem como pano de fundo, a projeção do Brasil como país acolhedor e preocupado com as questões humanitárias. Dessa forma, nos foros multilaterais o país poderia reafirmar a sua postura *soft power* de defesa dos Direitos humanos, da solução pacífica dos conflitos, etc; tal política migratória soma-se a outras iniciativas como a desistência do projeto de construção da bomba atômica e a adesão a tratados internacionais de restrição de armas de destruição em massa, como o Tratado de não-proliferação de armas nucleares (TNP). Certamente, o governo brasileiro encara essas ações, não só por questão de princípio, mas também como uma estratégia para se obter ganhos efetivos como uma vaga no Conselho de Segurança da ONU como membro permanente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

À guisa de considerações finais, cabem algumas reflexões conclusivas acerca das principais temáticas desenvolvidas na presente pesquisa sobre a guerra civil síria, assim como a verificação da sustentação (ou não) das hipóteses levantadas. E também apontar possíveis novas investigações que se dediquem a tratar do referido tema, já que o mesmo constitui um fenômeno em curso, com possibilidades diversas de desfecho e de consequências, algumas mais evidentes e outras mais incertas.

A princípio, ressalta-se o imperativo do tempo no entendimento do conflito sírio. Ao percorrer a história, ou o "acumulado de tempos", que determinou o que é o espaço geográfico onde hoje insere o território da Síria, perceberam-se as forças profundas que gestaram a atual crise: a construção da territorialidade islâmica, por meio da evolução da religião fundada por Maomé, e caracterizada, sobretudo, pela ausência de fronteiras fixas, que perdurou no Oriente Médio até pelo menos o auge do império otomano; a gradual penetração europeia nas terras otomanas, que minou a sua já precária unidade e provocou as rebeliões que atingiram o seu auge na primeira guerra mundial, implantando um sistema territorial de fronteiras rígidas e de promessas de autonomia não cumpridas aos líderes árabes, cuja expressão emblemática foi efetivação do acordo Sykes-Picot e a constituição dos mandatos britânico e francês no Oriente Médio. Portanto, a territorialidade islâmica fora substituída abruptamente pela de matriz europeia. Como ensinou Sack (1986), a territorialidade é uma expressão do exercício do poder social; no caso em foco, do domínio europeu sobre os povos árabes do Oriente Médio.

A gestão autoritária francesa determinou a construção de uma Síria sem tradição democrática, o que resultou em instabilidade política e no regime autoritário da família Assad, desde 1970 até os nossos dias. Tal regime acentuou o sectarismo ao privilegiar os alauítas xiitas em detrimento da maioria sunita, no contexto da Guerra fria. Esta que se rebelou no vendaval da primavera árabe. Da época da Guerra fria advém a oposição entre Estados Unidos e Rússia na Síria e no Grande Oriente Médio, aprofundado na oposição entre xiitas e sunitas na geopolítica árabe, principalmente na

disputa hegemônica, seguindo a lógica de poder de Aron (1986), entre as duas principais potências regionais: Irã e Arábia Saudita.

Outro imperativo que não pode ser desprezado na análise da guerra civil síria é o componente cultural. Como lembra Cruz (2011), os atuais conflitos pós-guerra fria, são originários de naturezas diversas, e a questão cultural, associadas a outras, está em evidência na crise síria. A observação da configuração territorial síria revela um país profundamente dividido entre povos diversos, em especial os alauítas e sunitas, além dos curdos na parte norte, entre outros. Existia uma ordem entre os diferentes segmentos mantida pelo autoritarismo e por vantagens sociais e econômicas, mas que foi quebrada pela evolução dos acontecimentos recentes, entre eles a instabilidade nos países vizinhos (como no Egito e na Líbia), o crescimento do fundamentalismo islâmico, expressos nas ações dos grupos jihadistas, e a ingerência de importantes atores externos, haja vista a quantidade e o nível tecnológico dos armamentos utilizados pelos diversos grupos de oposição ao governo sírio, tese sustentada por autores como Moniz Bandeira (2013) e Vesentini (2013). A análise realizada nesta pesquisa demonstrou que ela é verdadeira.

No tocante às questões econômicas, a Síria, embora não esteja entre os grandes produtores da região, tem reservas consideráveis de petróleo e gás a serem exploradas não somente na parte oriental do país, recentemente sendo retomadas do Estado Islâmico, mas também na plataforma continental síria. A estratégica posição do território sírio é cobiçada por importantes atores que almejam a construção de gasodutos e oleodutos para escoarem hidrocarbonetos para a Europa. Tais projetos alimentam os interesses de países fornecedores como a Rússia, o Irã e o Catar no domínio das referidas rotas comerciais; e também das nações europeias, ávidas para diminuir a sua dependência energética em relação aos russos.

A partir do clareamento das supracitadas questões, é possível discutir a veracidade (ou não) das hipóteses construídas em torno da reflexão do referido fenômeno geopolítico, que foram as seguintes: i) as causas da guerra civil síria estão numa combinação das disputas internas (entre os principais grupos sectários nacionais) e externas (entre os agentes externos regionais e mundiais); ii) o conflito sírio deve ser entendido no contexto geopolítico mundial contemporâneo de disputa entre os polos de poder russo-chinês, essencialmente terrestre, e o poder norte-americano, baseado

grandemente na sua ampla hegemonia marítima; e iii) entre as consequências mais visíveis, seria a fragmentação quase total do território do país, que já tinha uma unidade frágil, independente do resultado da guerra.

A primeira demonstrou-se factível, pois a investigação apurada, principalmente nos capítulos 2 e 3 dessa dissertação, demonstrou a intensa divisão da sociedade síria há décadas, alimentada por grupos externos. Destacam-se os diversos grupos sunitas, como a Irmandade mulçumana, que conseguiram a partir de 2011 se levantarem contra o governo Assad, algo que já tinham feito em décadas anteriores, como em 1982, quando houve o massacre de milhares de sunitas na cidade de Hama pelas forças de segurança do então presidente Havez al-Assad. Os sunitas foram e são financiados pelas monarquias do Conselho de cooperação do Golfo (Arábia Saudita, Kuwait, etc), além das potências ocidentais, por meio da OTAN. Exemplo disso é a utilização do território turco como base para as ações do Exército Livre da Síria e de outros grupos ligados ao Conselho Nacional Sírio. Semelhantemente, tem-se o Irã, o grupo Hezbollah (de origem libanesa) e a Rússia atuando ao lado do governo sírio.

Dessa hipótese inicial derivou-se a segunda, apenas em parte confirmada pela investigação científica. Está claro, no cenário geopolítico mundial contemporâneo, que há um polo de poder ocidental, liderado pelos Estados Unidos, principal potência econômica e militar mundial, e tendo a OTAN como órgão organizador de suas ações. A oposição mais evidente e relevante a essa hegemonia está no Oriente, mais diretamente no eixo russo-chinês, baseado em termos territoriais principalmente no grande continente asiático, personificado no poder militar russo e na força econômica, e crescentemente militar também, chinesa. A constituição e desenvolvimento da Organização de Cooperação de Xangai constitui em uma das ações práticas dessa parceria. Ainda não é possível afirmar que se trata de um polo poder; como já tratado no capítulo 3, Rússia e China tem seus próprios projetos de poder e em algumas vezes até conflitantes. O que os unem são o objetivo de conter a influência ocidental, sobretudo a norte-americana, em certas regiões, e na defesa de uma ordem mundial multipolar. Até onde chegará essa aliança oriental ainda precisa-se de mais estudos específicos.

Contudo, no caso específico da guerra civil síria, há uma evidente concordância sino-russa em frear a ação ocidental sobre o regime sírio; a atuação conjunta no

Conselho de Segurança da ONU em favor da Síria e o profundo envolvimento russo nas ações militares por terra, mar e ar são sinais claros da existência dessa geoestratégia, para evitar na Síria, entre outros objetivos, os acontecimentos que levaram a queda e morte do ditador líbio Muamar Kaddafi. Por causa da presença estadunidense no bloco ocidental, ele tem uma hegemonia mais abrangente, pois conta com uma ampla base econômica e com a presença militar planetária norte-americana, materializada pelo domínio marítimo; embora já contestado em certas regiões, como no mar Mediterrâneo, com a crescente presença da marinha russa a partir de suas bases no Mar negro e no litoral da Síria.

Daí que se afirma seguramente que o conflito sírio pode ser considerado como uma legítima guerra por procuração (*proxy-war*), opondo-se as potências mundiais citadas e seus respectivos aliados regionais; que, por sua vez, alimentam os grupos internos sírios com apoio logístico e militar. Nesse contexto que existiria uma "nova guerra fria", segundo Moniz Bandeira (2013).

Em relação a terceira e última hipótese colocada nesta pesquisa, admite-se que não seja possível ainda declarar a sua veracidade, pois a sua completa configuração só se dará quando o processo ora em curso na Síria estiver mais encaminhado para um resultado mais claro, o que não aconteceu até o momento. No entanto, é possível afirmar que a Síria caminha para uma fragmentação territorial, esta segundo o modelo de Andrade (1988), já que a unidade existente na Síria se baseava, sobretudo, no autoritarismo de um regime que privilegiava uma determinada minoria étnica.

Além disso, após mais de 6 anos de guerra, a economia está altamente prejudicada, boa parte da infraestrutura física destruída, as diferenças (religiosas, étnicas, etc) entre os diversos grupos que compõem a população síria estão bastante acirradas e mais da metade da população se deslocaram espacialmente de sua região original de habitação. Tais elementos conjugados permitem dizer - levando-se em conta a teoria sobre o território advinda de autores como Raztel (apud COSTA, 2016), Sack (1986) e Mesa (2017) - que as bases da sociedade síria estão debilitadas a tal ponto que a identidade territorial não será mais a mesma.

Entretanto, reitera-se que isso não significa que haverá uma divisão do país semelhante ao que ocorreu na Iugoslávia, mas sim uma perda da capacidade do Estado de gerir o território assim como também da maioria da população continuar se

identificando como pertencente à nação. Pode ocorrer algo semelhante ao que já vem sendo uma realidade na Líbia: o país continua existindo enquanto unidade político-territorial, mas na prática não funcionando como tal, com diversos grupos disputando o poder.

Resta comentar sobre a questão a respeito do Brasil, levantada na presente dissertação: haveria (ou não) implicações geopolíticas dessa guerra para o Brasil? E quais seriam? Está claro pelo exposto no capítulo 4 que o país realmente almeja uma posição de maior relevância no cenário internacional, demonstrada nos discursos reiterados do governo brasileiro. Especificamente ao conflito sírio, é positiva a defesa de uma saída pacífica para a crise, a importância em desenvolver ações de ajuda humanitária e o respeito à soberania nacional síria, de acordo com a tradição pacifista brasileira. Contudo, este discurso ainda precisa se traduzir em ações efetivas. A contribuição financeira brasileira a projetos de ajuda humanitária para a Síria esteve entre as menores, principalmente se comparar com a de países do mesmo porte que o Brasil, e a ausência de representantes brasileiros de primeiro escalão em eventos importantes como a II Conferência de Genebra sobre a Síria em 2014, são exemplos emblemáticos dessa realidade.

A participação em missões de paz, principalmente na do Haiti, e as relações amigáveis que o Brasil vem mantendo com a Síria, sobretudo a partir do governo Lula, podem credenciar o país a participar de eventuais ações da ONU de manutenção da paz após o fim do conflito. A posição brasileira de associar o processo de paz ao desenvolvimento econômico, na medida em que não se consegue conceber estabilidade política e paz duradoura sem desenvolvimento socioeconômico, tese já defendida por Josué de Castro (2003) desde a década de 1950. Ainda em termos econômicos, o país tem condições, por meio de suas empresas, de ter uma participação de relevo na reconstrução da Síria, assim como teve em países como o Iraque. As transações comerciais entre os dois países, como observado no capítulo 4, sofreram um natural retrocesso com o início da guerra, mas deve buscar-se o seu retorno e ampliação no futuro, pois o potencial é grande e poderia ser ampliado.

Logicamente, a atual crise política e econômica que passa o país também contribui para uma retração em sua atuação internacional. Concorde-se com Rocha (2005) quando ele afirma que o lugar que caberá ao Brasil na Geopolítica global,

resultará essencialmente das ações que seus cidadãos e seu governo vierem a implementar no futuro próximo, tanto no setor econômico quanto no governamental. A experiência nos últimos anos mostra que apenas aumentar a participação em fóruns multilaterais não garante uma posição maior de destaque no plano mundial, como uma possível vaga no Conselho de Segurança da ONU. O país deve buscar um projeto próprio, que inclui uma base econômica sólida e investimentos consideráveis em áreas estratégicas, como a de defesa. Apesar de avanços como a elaboração da política nacional de defesa, que dá diretrizes mais claras na área, não houve aumentos consideráveis em recursos para a referida área (BRIGAGÃO, 2011), embora o orçamento de defesa seja maior que de muitos países. Em parte, portanto, têm fundamentos as críticas vindas de certos setores ligados às forças armadas acerca da política brasileira de “segurança multilateralizada”. Ter forças armadas modernas e capazes de agirem se necessário constitui um dos pré-requisitos para se alcançar uma estatura político-estratégica de respeito perante as outras nações. Isso, com certeza não iria contra o legado pacifista brasileiro em suas relações internacionais e nem a construção do poder *soft power*, como mostra o caso chinês.

Em termos de indicação de futuras propostas de pesquisa, esta dissertação deixa algumas sugestões: a própria análise geopolítica da crise síria ainda encontra-se em aberto, pois não há uma solução a curto prazo; o estudo do quadro geopolítico do Oriente Médio a partir dos acontecimentos advindos da primavera árabe; o estudo de possíveis novas (ou não) formas de territorialidade de grupos como o Estado islâmico; o estudo da territorialidade como instrumento de poder numa perspectiva geohistórica; a geopolítica da Ásia Central, espaço cuja disputa entre as grandes potências, e que acirrou-se desde o fim da URSS; o desenvolvimento (ou não) de um bloco de poder russo-chinês; e a própria inserção do Brasil no contexto geopolítico internacional.

Por fim, sublinha-se que este trabalho também tem como objetivo contribuir para o crescimento dos estudos na área de Geopolítica no meio acadêmico da Geografia. Com efeito, pôde-se demonstrar que a ciência geográfica, como salienta Lacoste (199) Castro (1968, 2003), entre outros, faz-se necessária para o estudo dos fenômenos geopolíticos, ao estabelecer as relações entre espaço e poder, em associação com outras disciplinas (História, Relações Internacionais, etc). No caso da

guerra civil síria, os conceitos geográficos de espaço, território, territorialidade e suas acepções deram luz à explicação estritamente política.

Se realmente nas últimas décadas faltou ao Brasil um projeto geopolítico claro e a pesquisa nessa área esteve aquém de suas potencialidades, como advoga Vesentini (2009), tem-se então um grande desafio para os geógrafos brasileiros. Nesse sentido, a criação da Rede Brasileira de Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território (REBRAGEO) em 2013, e os consequentes congressos e interações entre os pesquisadores da área, não só geógrafos, constituem iniciativas fundamentais para a evolução do pensamento geopolítico brasileiro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, Edu Silvestre de. **Uma breve história da Geopolítica**. (Coleção perspectivas do mundo contemporâneo). Rio de Janeiro: Cenegri, 2011.

_____. O Lugar do Brasil no Cenário Geopolítico Mundial Contemporâneo. Revista da ANPEGE, v. 7, n. 1, número especial, out. 2011a, p. 229-236.

ALCÂNTARA, Priscila Drozdek de. **Terrorismo: uma abordagem conceitual**. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2015. Disponível em: http://www.humanas.ufpr.br/portal/nepri/files/2012/04/Terrorismo_Uma-abordagem-conceitual.pdf>. Acesso em 18 dez. 2017.

ANDRADE, Manoel Correia de. **Imperialismo e fragmentação do espaço**. São Paulo: Contexto, Edusp, 1988.

_____. **Geopolítica do Brasil**. São Paulo: Ática, 1989.

ARENDT, H. **Da violência**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1985.

ARON, Raymond. **Paz e Guerra entre as Nações**. Tradução de Sérgio Bath. 2ª Ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1986.

BARATA, Maria João. **A oposição sunismo/xiismo enquanto fonte de tensão e conflito no Médio Oriente contemporâneo** - Ensaio para o Seminário de Geopolítica da Paz e dos Conflitos. Lisboa: Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Julho de 2007.

BARRACLOUGH, Geoffrey. **Altas da História do Mundo**. São Paulo: Folha de São Paulo/The Times, 4ª ed., 1995.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião da visita do presidente da Síria, Bashar Al-Assad**. Brasília: Política Externa, 30 de junho de 2010. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/discursos-artigos-e-entrevistas/presidente-da-republica-federativa-do-brasil-discursos/8428-discurso-por-ocasio-da-visita-do-presidente-da-siria-bashar-al-assad-palacio-itamaraty-30-de-junho-de-2010>. Acesso em 22 mai. 2017.

_____. Ministério das Relações Exteriores. **Declaração à Imprensa do IBAS sobre consultas mantidas na Síria – Damasco**. Brasília: Nota 298, 10 de agosto de 2011. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/2713-declaracao-a-imprensa-do-ibas-sobre-consultas-mantidas-na-siria>. Acesso em 11 out. 2017.

_____. Ministério das Relações Exteriores. **Discurso do Ministro das Relações Exteriores no Debate Aberto do Conselho de Segurança sobre a cooperação entre a ONU e organizações regionais e subregionais na manutenção da paz e da segurança internacionais - Nova York, 6 de agosto de 2013.** Brasília: Nota a imprensa nº 273, 06 de Agosto de 2013. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/8680-discurso-do-ministro-das-relacoes-exteriores-no-debate-aberto-do-conselho-de-seguranca-sobre-a-cooperacao-entre-a-onu-e-organizacoes-regionais-e-subregionais-na-manutencao-da-paz-e-da-seguranca-internacionais-nova-york-6-de-agosto-de-2013>. Acesso 11/10/2017.

_____. Ministério das Relações Exteriores. **Declaração do Conselho de Chefes de Estado e de Governo da UNASUL sobre a situação na República Árabe da Síria.** Brasília: Nota a imprensa nº 311, 03 de Setembro de 2013a. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/2248-declaracao-do-conselho-de-chefes-de-estado-e-de-governo-da-unasul-sobre-a-situacao-na-republica-arabe-da-siria>. Acesso em 11 out. 2017.

_____. Ministério das Relações Exteriores. **Adesão da Síria à Convenção sobre a Proibição de Armas Químicas (CPAQ).** Brasília: Nota a imprensa nº 325, 14 de Setembro de 2013b. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/2202-adesao-da-siria-a-convencao-sobre-a-proibicao-de-armas-quimicas-cpaq>. Acesso em 11 out. 2017.

_____. Ministério das Relações Exteriores. **Síria: contribuição humanitária do Brasil.** Brasília: Nota 9, 17 de Janeiro de 2014. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/2312-siria-contribuicao-humanitaria-do-brasil>. Acesso em 11 out. 2017.

_____. Ministério das Relações Exteriores. **Participação do Brasil na Conferência Internacional sobre a Síria (Genebra II) - Montreux, Suíça, 22 de janeiro de 2014.** Brasília: Nota a imprensa nº 12, 21 de Janeiro de 2014b. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/2314-participacao-do-brasil-na-conferencia-internacional-sobre-a-siria-genebra-ii-montreux-suica-22-de-janeiro>. Acesso em 11 out. 2017.

_____. Ministério das Relações Exteriores. **Conferência Internacional sobre a Síria (Genebra II) - Montreux, Suíça, 22 de janeiro de 2014 - Intervenção do Secretário-Geral das Relações Exteriores, Embaixador Eduardo dos Santos.** Brasília: Nota a imprensa nº 15, 22 de Janeiro de 2014c. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/2375-conferencia-internacional-sobre-a-siria-genebra-ii-montreux-suica-22-de-janeiro-de-2014-intervencao-do-secretario-geral-das-relacoes-exteriores-embaixador-eduardo-dos-santos>. Acesso 11 out. 2017.

_____. Ministério das Relações Exteriores. **Síria - Comércio Exterior.** Brasília: Política Externa, setembro de 2015.

_____. Ministério das Relações Exteriores. **Declaração de Riade – IV Cúpula América do Sul-Países Árabes (ASPA)**. Brasília: Política Externa, 24 de novembro de 2015a. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/12522-declaracao-de-riade-iv-cupula-america-do-sul-paises-arabes-aspa-11-de-novembro-de-2015>. Acesso em 22 mai. 2017.

_____. Ministério das Relações Exteriores. **Pronunciamento do Senhor Presidente da República, Michel Temer, durante Abertura do Debate Geral da 71ª Assembleia Geral das Nações Unidas – Nova York, 20 de setembro de 2016**. Brasília: Discursos, artigos e entrevistas, 2017f. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/discursos-artigos-e-entrevistas-categoria/presidente-da-republica-federativa-do-brasil-discursos/14756-pronunciamento-do-senhor-do-presidente-da-republica-michel-temer-durante-abertura-do-debate-geral-da-71-assembleia-geral-das-nacoes-unidas-nova-york-20-de-setembro-de-2016>. Acesso em 23 out. 2017.

_____. Ministério das Relações Exteriores. **IBAS – Fórum de Diálogo Índia, Brasil e África do Sul**. Brasília: Política Externa, 2017. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/mecanismos-inter-regionais/3673-forum-de-dialogo-india-brasil-e-africa-do-sul-ibas>. Acesso em 22 out. 2017.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **União da Nações Sul-americanas**. Brasília: Política Externa, 2017a. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/integracao-regional/688-uniao-de-nacoes-sul-americanas>. Acesso em 22 out. 2017.

_____. Ministério das Relações Exteriores. **O Brasil e o Conselho de Segurança as Nações Unidas**. Brasília: Política Externa, 2017b. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/paz-e-seguranca-internacionais/137-o-brasil-e-o-conselho-de-seguranca-das-nacoes-unidas>. Acesso em 18 out. 2017.

_____. Ministério das Relações Exteriores. **República Árabe da Síria**. Brasília: Relações Bilaterais, 2017c. Disponível em: http://www.itamaraty.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=5513&Itemid=478&cod_pais=SYR&tipo=ficha_pais&lang=pt-BR. Acesso em 16 out. 2017.

_____. Ministério das Relações Exteriores. **Desmobilização do Contingente Brasileiro na Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH)**. Brasília: Nota a imprensa nº 291, 31 de Agosto de 2017d. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/17347-desmobilizacao-do-contingente-brasileiro-na-missao-das-nacoes-unidas-para-a-estabilizacao-no-haiti-minustah>. Acesso em 20 out. 2017.

_____. Ministério das Relações Exteriores. **IX Cúpula do BRICS – Declaração de Xiamen – Xiamen, China**. Brasília: Nota a imprensa nº 300, 04 de Setembro de 2017e. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/17477-reuniao-de-ministros-das-relacoes-exteriores-do-brics-a-margem-da-agnu-comunicado-de-imprensa-nova-york-21-de-setembro-de-2017>. Acesso em 11 out. 2017.

_____. Ministério das Relações Exteriores. **Discurso do Presidente da República, Michel Temer, na Abertura do Debate Geral da 72ª Sessão da Assembleia Geral da ONU – Nova York, 19 de setembro de 2017.** Brasília: Discursos, artigos e entrevistas, 2017f. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/discursos-artigos-e-entrevistas-categoria/presidente-da-republica-federativa-do-brasil-discursos/17460-discurso-do-presidente-da-republica-michel-temer-na-abertura-do-debate-geral-da-72-sessao-da-assembleia-geral-da-onu-nova-york-19-de-setembro-de-2017>. Acesso em 10 out. 2017.

BRIGAGÃO, Clóvis. Panorama da diplomacia brasileira para a paz. In BRIGAGÃO, Clóvis; FERNANDES, Fernanda (org.). **Diplomacia brasileira para a paz.** Brasília: FUNAG, 2012, p. 165-181. CASTRO, Iná Elias de. **Geografia e Política: território, escala de análise e instituições.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

CASTRO, Josué de. **Geopolítica da Fome: ensaio sobre os problemas de alimentação e de população.** São Paulo: Brasiliense, 8. ed., 1968.

_____. “Armamentismo”. In ANDRADE, Manoel Corrêa de. **Josué de Castro e o Brasil.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003, p. 118-125.

CERVO, Amado Luiz. **Inserção internacional: formação dos conceitos brasileiros.** São Paulo: Saraiva, 2008.

_____. **Inserção internacional do Brasil no século XXI: conceitos, tendências e resultados.** Carta internacional, vol. 5, n. 2, dezembro 2010, p. 82-84. Disponível em: <https://cartainternacional.abri.org.br/Carta/article/download/551/296>. Acesso em 09 out. 2017.

CINATTI, Claudia. **Os Estados Unidos, o Estado Islâmico e a crise dos refugiados,** setembro de 2015.

CLAUSEWITZ, Carl Von. **De la Guerra.** Buenos Aires: Ediciones Solar, 1983.

CLEVELAND, William L.; BUNTON, Martin. **A History of the Modern Middle East.** Boulder: Westview Press, 4ª Ed., 2009.

COCKBURN, Patrick. **A Origem do Estado Islâmico: o fracasso da guerra ao terror e a ascensão jihadista.** São Paulo: Autonomia Literária, 2015.

COLOMBIA. **Acuerdo final para la terminación del conflicto y la construcción de una paz estable y duradera.** Bogotá: Governo da Colômbia, 24 nov. 2016.

CORREIA, Ângela S. R.; ISIDÓRIO, Maria Socorro. **Cosmovisão das Religiões: Islamismo.**

Montes Claros: Editora Unimontes, 2015.

CORREIA, Luís Fernando Casara. **Confrontos na Síria: a teoria crítica aplicada ao Conselho de Segurança.** Itajaí: Universidade do Vale do Itajaí, Artigos RI, Ed. n.3, v.1, 2013, p. 47-58.

COSTA, Helder dos Santos. **O revivalismo islâmico**. Lisboa: Instituto Superior de Ciência Sociais e Políticas, 2001.

COSTA, Thomaz Guedes da. Em busca da relevância: os desafios do Brasil na segurança internacional do pós-guerra fria. In OLIVEIRA, Henrique Altemani de; LESSA, Antônio Carlos (orgs). **Relações internacionais do Brasil: temas e agendas**, v. 2. São Paulo: Saraiva, 2006, p. 283-301.

COSTA, Wanderley Messias. **Geografia Política e Geopolítica: Discursos sobre o Território e o Poder**. São Paulo: Edusp, 2 ed., 3. Reimpr., 2016.

CRUZ, Sebastião C. Velasco e. **Evolução geopolítica: cenários e perspectivas**. Rio de Janeiro: IPEA, maio de 2011.

FARIAS, Andressa; FERNANDES, Duval Magalhães; MILESI, Rosita. **Do Haiti para o Brasil: o novo fluxo migratório**. Caderno de Debates Refúgio, Migrações e Cidadania, v. 6, p. 73-97, 2012.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: Edusp, 6 Ed., 1999.

FEARON, James. Iraq's Civil War. In **Foreign Affairs**, março/abril de 2007.

FERREIRA, Graça Maria Lemos. **Moderno Atlas Geográfico**. São Paulo: Moderna, 6ª Ed., 2016.

FRANCISCO, Wagner de Cerqueira e. "**Síria**" - **Brasil Escola**. Disponível em <<http://brasilecola.uol.com.br/geografia/siria.htm>>. Acesso em 02 abr. 2017.

FURTADO, Gabriela; RODER, Henrique; AGUILAR, Sergio L. C.. **A guerra civil síria, o Oriente Médio e o sistema internacional**. Marília: Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho (UNESP) - Faculdade de Filosofia e Ciências (FFC), Série Conflitos Internacionais, vol. 1, número 6, 2014.

GONÇALVES, Williams; SILVA, Guilherme A. **Dicionário de Relações Internacionais**. São Paulo: Manole, 2ª Ed., 2010.

HEIDRICH, Anselmo. **Entenda a guerra da Síria**, 2017. Disponível em: <http://www.vistadireita.com.br/blog/siria-entenda-as-razoes-da-guerra-neste-pais/>. Acesso em 25 out. 2017.

HIRONAKA, Ann. **Neverending Wars: The International Community, Weak States, and the Perpetuation of Civil War**. Harvard University Press: Cambridge, 2005.

HOBBSBAWN, Eric. **A era dos impérios (1875-1914)**. São Paulo: Paz e Guerra, 9ª ed., 1988.

_____. **Globalização, democracia e terrorismo.** São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

HUREWITZ, J. C. **Middle East and North Africa in World Politics: A Documentary Record.** New Haven: Yale University Press, 1979.

IKENBERRY, G. J.; MASTANDUNO, M.; WOLFORTH, W. C. Introduction. unipolarity, state behavior, and systemic consequences. In: **World Politics**, v. 61, n. 1, 2009, p 1-27.

ISRAEL. Ministry of Foreign Affairs. **Israel and the Arab States.** Jerusalem: Israel Information Center, 1991.
ISTOÉ (2017),

INSTITUTE FOR THE STUDY OF WAR. **Syria Situation Report: October 10 - 24, 2017.** Disponível em: <http://www.understandingwar.org/sites/default/files/Syria%20SITREP%2027%20SEP%20-%2010%20OCT.pdf>. Acesso em 09 nov. 2017.

KENNEDY, Paul. **Ascensão e queda das grandes potências: transformação econômica e conflito militar de 1500 a 2000.** Rio de Janeiro: Campus, 1989.

LACOSTE, Yves. Géographie et géopolitique. In AURIAC, Frank e BRUNET, Roger. **Espaces, jeux et enjeux.** Paris: Fayard, 1986.

_____. **A Geografia – isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra.** Tradução: Maria Cecília França – São Paulo: Editora Papirus, 1988.

LAFER, Celso. **A identidade internacional do Brasil e a política externa brasileira: passado, presente e futuro.** São Paulo: Perspectiva, 2. ed. ver. e ampliada, 2004.

LEWIS, Bernard. **O Oriente Médio: Do advento do cristianismo aos dias de hoje.** Tradução: Ruy Jungmann. – Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 1996.

LITTLE, Douglas. **Cold War and Covert Action: The United States and Syria, 1945-1958.** Middle East Journal, Vol. 44, No. 1, 1990, pp. 51-75.

LOPES, Dawisson Elvécio Belém; OLIVEIRA, João Paulo Ferraz. **O mundo árabe pós-2010: entre a primavera e o inverno.** Belo Horizonte: Em Debate, v.5, n.2, p.64-75, Abr. 2013.

LUCENA, Gleydson Gonzaga de. **A contribuição de Josué de Castro para a Geografia Política e a Geopolítica: uma visão alternativa para o pensamento geopolítico tradicional.** In: II Congresso de Geografia Política e Geopolítica – II CONGEO, 2016, Natal, RN. Anais (on-line). 2016, p. 1-16. Disponível em: <http://www.cchla.ufrn.br/iicongeo/ANAIS-2-CONGEO-EIXO-TEMATICO-1.pdf>. Acesso em 18 dez. 2017.

LUKYANOV, Fyodor. Comentários russos sobre o BRICS: expectativa ou realidade? In PIMENTEL, José Vicente de Sá. **Brasil, os BRICS e a agenda internacional**. Brasília: FUNAG, 2. ed. rev. Ampliada, 2013, p. 533-562.

MAGNOLI, Demétrio. **O que é Geopolítica**. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

MASSOULIÉ, François. **Os conflitos do Oriente Médio**. São Paulo: Editora Ática, 1994.

MATTOS, Carlos de Meira. **Geopolítica e modernidade: a geopolítica brasileira**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2002.

MELLO, Valérie de Campos; LAPIERRE, Sébastien. A diplomacia para a paz na ONU: mediação, resolução de conflitos e o papel do Brasil. In BRIGAGÃO, Clóvis; FERNANDES, Fernanda (org.). **Diplomacia brasileira para a paz**. Brasília: FUNAG, 2012, p. 273-288.

MENDES, Carmen Amado; FREIRE, Maria Raquel. **A Organização de Cooperação de Xangai como instrumento geopolítico sino-russo na Ásia Central**. Centro Português de Geopolítica, Geopolítica: derivações semânticas da geopolítica, Ed. nº 2, junho 2008, p. 207-235.

MESA, Maria glória Lopez de. **Quem tem direito ao território?** Goiânia: Boletim Goiano de Geografia (Online), v. 37, n. 1, jan./abr. 2017, p. 74-90.

MESQUITA, Zilá. Do território à consciência territorial. In: MESQUITA, Zilá; BRANDÃO, Carlos Rodrigues (Org.). **Territórios do Cotidiano: uma introdução a novos olhares e experiências**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS – Ed. Universidade de Santa Cruz do Sul/UNISC, 1995, pp. 76 – 92.

MINISTÉRIO DA DEFESA. **Livro Branco de Defesa Nacional**. Brasília, 2012.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. Comitê Nacional para Refugiados (CONARE). **Sistema de Refúgio brasileiro – Desafios e perspectivas**. Brasília: Política Externa, 2016. Disponível em: http://www.acnur.org/fileadmin/scripts/doc.php?file=fileadmin/Documentos/portugues/Estadisticas/Sistema_de_Refugio_brasileiro_-_Refugio_em_numeros_-_05_05_2016. Acesso em 23 mai. 2017.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, Desenvolvimento e Gestão. Instituto de pesquisa econômica aplicada (IPEA). **Conheça os BRICS: Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul**. Brasília: IPEA, 2014. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/forumbrics/pt-BR/conheca-os-brics.html>. Acesso em 09 out. 2017.

MISSARI, Nizar. O Brasil e o mundo árabe. In OLIVEIRA, Henrique Altemani de; LESSA, Antônio Carlos (orgs). **Relações internacionais do Brasil: temas e agendas**, v. 1 – São Paulo: Saraiva, 2006, p. 243-263.

MIYAMOTO, Shiguenoli. **Geopolítica e poder no Brasil**. São Paulo : Papyrus, 1995.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. **A segunda Guerra Fria: geopolítica e dimensão estratégica dos Estados Unidos – das rebeliões na Eurásia à África do Norte e ao Oriente Médio**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Geografia: Pequena história crítica**. 20. ed. São Paulo: Annablume, 2005.

NAPOLEONI, Loretta. **A fênix islamista: o estado islâmico e a reconfiguração do Oriente Médio** / tradução Milton Chaves de Almeida. - 1. ed. - Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

NAÇÕES UNIDAS. **Declaração presidencial sobre a manutenção da paz e da segurança internacionais: a interdependência entre segurança e desenvolvimento** - 11 de fevereiro de 2011. In BRIGAGÃO, Clóvis; FERNANDES, Fernanda (org.). **Diplomacia brasileira para a paz**. Brasília: FUNAG, 2012, p. 147-150.

_____. **Síria: Brasil está entre os 30 países convidados para a conferência de paz em janeiro**, 23 dez. 2013. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/siria-brasil-esta-entre-os-30-paises-convidados-para-a-conferencia-de-paz-em-janeiro/>. Acesso em 20 out. 2017.

_____. **Síria: negociações no Cazaquistão contribuíram para esforços de paz, diz enviado da ONU**, 25 jan. 2017. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/siria-negociacoes-no-cazaquistao-contribuiram-para-esforcos-de-paz-diz-enviado-da-onu/>. Acesso em 20 out. 2017.

NASR, Vali. **When the Shiites Rise**. New York: Foreign Affairs, July/August, 2006.

NYE, Joseph S. **Os benefícios do Soft Power**. Boston: Compass: A Journal of Leadership, Universidade de Harvard, 2004.

NUNES, André Figueiredo. **Estado Islâmico: Restauração do califado e instabilidade no Oriente médio**. Rio de Janeiro: UERJ, Revista Cadernos de Estudos Sociais e Políticos, v.4, n.7, jan-junho 2015.

OMRAN, Muna. **As marcas da história na guerra civil síria**. Rio de Janeiro: Revista Topoi, v. 15, n. 28, jan./jun. 2014, p. 366-371.

PESCE, Eduardo Ítalo. **O Estado brasileiro e a defesa nacional no mundo pós-bipolar**. Rio de Janeiro, Revista Marítima Brasileira, jul./set. 1994.

PEREIRA, Letícia. **Colômbia: as FARC e os diálogos de paz**. Marília: Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho (UNESP) - Faculdade de Filosofia e Ciências (FFC), Série Conflitos Internacionais, vol. 2, número 1, 2015.

PICCOLLI, Larlecianne; MACHADO, Lauren; MONTEIRO, Valeska F. **A Guerra Híbrida e o Papel da Rússia no Conflito Sírio**. Revista Brasileira de Estudos de Defesa, v. 3, nº 1, jan./jun. 2016, p. 189-203.

PINCHEMEL, Philippe. La face de La terre - Éléments de géographie. In: PINCHEMEL, Philippe. **Régions et territoires**. Paris: Armand Colin Éditeur, 1988.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RAMIREZ, Andrés. **Brasil é acolhedor, mas ainda falta estrutura forte**. Erika Omori, entrevista do R7, 20 jan. 2015.

ROCHA, Antônio Jorge Ramalho. O lugar do Brasil na geopolítica global. In SARAIVA, José Flávio Sombra; CERVO, Amado Luiz (orgs). **O crescimento das Relações Internacionais no Brasil**. Brasília: IBRI, 2005, p. 79-108.

SAGUIN, André-Louis. A evolução da Geografia Política desde os anos de 1990: uma perspectiva internacional. In SILVA, Augusto César Pinheiro da (org). **Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território: racionalidades e práticas em múltiplas escalas**. Rio de Janeiro: Gramma, 2016.

SACK, Robert. **Human territoriality: its theory and history**. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

SAID, Edward W. **Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

SANTOS, Eduardo Eugénio Silvestre dos. **A Geopolítica do Médio Oriente**. Revista Militar, nº 2488, maio de 2009. Disponível em <https://www.revistamilitar.pt/artigo/474>. Acesso em 15 out. 2016.

SANTOS, Milton. **Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica**. São Paulo: HUCITEC/EDUSP, 1978.

_____. **Pensando o espaço do homem**. São Paulo: Hucitec, 1997.

_____. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 4. ed. 2. reimpr., 2006.

SARAIVA, José Flávio Sombra. **História das Relações Internacionais Contemporâneas: da construção do mundo liberal à globalização – de 1815 a nossos dias**. Brasília: Pararelo 15, 1997.

_____. À busca de uma nova sociedade internacional: teoria e prática das relações internacionais no início do século XXI. In OLIVEIRA, Henrique Altemani de; LESSA, Antônio Carlos (orgs). **Relações internacionais do Brasil: temas e agendas**, v. 1. São Paulo: Saraiva, 2006, p. 57-88.

SAQUET, Marcos Aurélio (org). **Abordagens e concepções de território**. 3º Ed. São Paulo: Expressão popular, 2013.

SOARES, Weber; BAENINGER, Rosana. **Introdução e análise relativa a imigração internacional no Brasil**. In Perfil Migratório Brasileiro. CNPD/OIM. Brasília, 2009.

SOUSA, Marcelo José Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. **Geografia: Conceitos e Temas**. 2º ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

THE ECONOMIST. **Last rites for Aleppo: Bashar al-Assad's forces crush the resistance**. 17 dec. 2016. Disponível em: <https://www.economist.com/news/middle-east-and-africa/21711738-fate-100000-civilians-terrifyingly-unclear>. Acesso em 10 nov. 2017.

THE GUARDIAN. **Russia and China veto UN resolution to impose sanctions on Syria**. New York, 01 mar. 2017. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2017/mar/01/russia-and-china-veto-un-resolution-to-impose-sanctions-on-syria>. Acesso em 10 nov. 2017.

_____. **Iraq announces 'victory' over Islamic State in Mosul**. New York, 09 jul. 2017a. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2017/jul/09/iraq-announces-victory-over-islamic-state-mosul>. Acesso em 10 nov. 2017.

TOMÁS, Maria João. O conflito da síria: o quadro global. In VIEIRA, Rui; RODRIGUES, Teresa (orgs). **O conflito da Síria: as dinâmicas de globalização, diplomacia e segurança**. Lisboa: Instituto de Estudos Superiores Militares - Centro de Investigação de Segurança e Defesa, setembro de 2014.

UNITED STATES. **Syria Accountability and Lebanese Sovereignty Restoration act of 2003**. Washington: US Government Information, Public law 108–175, 12 dec., 2003.
VESENTINI, José William. **Fundamentos - Teorias Geopolíticas - Escolas Geopolíticas**, 2009. Disponível em: <http://www.geocritica.hpg.ig.com.br/geopolitica.htm>. Acesso em 15 out. 2016.

VESENTINI, José William. **Ensaio de Geografia Crítica: história, epistemologia e (geo)política** - São Paulo: Plêiade, 2009b.

VIOLA, Eduardo; LEIS, Héctor Ricardo. Mudanças na direção de uma globalização multidimensional Complexa. In: LEIS, Héctor & FARIA, Caleb (orgs.) **Condição humana e modernidade no Cone Sul**. Florianópolis: Cidade Futura, 2003.

VIOTTI, Maria Luiza. Interdependência entre segurança e desenvolvimento – Apresentação. In BRIGAGÃO, Clóvis; FERNANDES, Fernanda (org.). **Diplomacia brasileira para a paz**. Brasília: FUNAG, 2012, p. 137-140.

VISENTINI, Paulo G. Fagundes. **O Verão Árabe: guerra civil e intervenção internacional na Líbia, Síria e Iêmen**. Porto Alegre: Ciências & Letras, n. 51, p. 57-79, jan./jun. 2012. Disponível em: <http://seer3.fapa.com.br/index.php/arquivos/article/view/137>. Acesso em 09 set. 2017.

_____. **O Grande Oriente Médio - da Descolonização À Primavera Árabe**. Rio de Janeiro: Campus-Elsevier, 2013.

WATSON, Adam. **A evolução da sociedade internacional: Uma análise histórica comparativa**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004.

WEISS, Michael; HASSAN, Hassan. **Estado Islâmico: desvendando o exército do terror**. Tradução Jorge Ritter - São Paulo: Seoman, 2015.

ANEXO A – NOTAS DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL SOBRE A GUERRA CIVIL SÍRIA (DE 2015 E DE 2017, RESPECTIVAMENTE)

Quatro anos de conflito na Síria (grifo nosso)³³

Com grande pesar, o Governo brasileiro vê o início do quinto ano de conflito que assola cruelmente a Síria, país ao qual o Brasil se sente profundamente ligado, tendo em vista a presença de numerosos de seus nacionais e descendentes em nosso território.

Trata-se de uma das piores tragédias humanitárias deste século, que já deixou mais de 220 mil mortos, entre eles mais de 100 mil civis, muitos dos quais mulheres e crianças, além de centenas de milhares de refugiados e milhões de deslocados internos.

O Brasil deplora as enormes perdas humanas e a destruição da infraestrutura e do patrimônio histórico e cultural naquele país irmão.

O Governo brasileiro tem defendido de forma consistente, e desde o início, não haver solução militar para esse conflito. Apenas uma solução política negociada e inclusiva, respaldada pelas Nações Unidas, poderá colocar fim ao sofrimento do povo sírio e permitir a realização de suas legítimas aspirações.

Nesse sentido, **o Brasil tem ressaltado a importância de um diálogo genuíno, que inclua o governo e a oposição, com base no pleno respeito aos direitos humanos e à independência, soberania, unidade e integridade territorial da Síria.**

O Governo brasileiro condena, de forma inequívoca, todo ato de terrorismo, violações sistemáticas de direitos humanos, a intolerância religiosa e o uso de violência contra populações civis.

O Brasil reitera seu apoio ao trabalho do Representante Especial das Nações Unidas para a Síria, Staffan de Mistura, e também da Comissão Internacional Independente de Inquérito sobre a Síria, presidida pelo brasileiro Paulo Sérgio Pinheiro.

Saúda, ainda, os progressos obtidos pela Organização para a Proibição de Armas Químicas (OPAQ) e pelas Nações Unidas no desmantelamento do programa de armas químicas do governo sírio.

³³ Ministério das Relações Exteriores do Brasil, nota a imprensa nº 81, publicada em 18 de março de 2015, disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/8340-quatro-anos-de-conflito-na-siria>. Acesso em 22 out. 2017.

Desde 2011, além de receber expressivo número de refugiados sírios, o Brasil realizou importantes doações de alimentos, medicamentos e fundos para aliviar a situação humanitária na Síria e em países vizinhos.

Conflito na Síria (grifo nosso)³⁴

O governo brasileiro manifesta preocupação com a escalada do conflito militar na Síria. Reitera sua consternação com as notícias de emprego de armas químicas no conflito sírio. Reafirma a importância de que sejam conduzidas investigações abrangentes e imparciais sobre o ocorrido em Idlib, que levem à apuração dos fatos e à punição dos responsáveis.

A solução para o conflito sírio requer diálogo efetivo e pleno respeito ao direito internacional. Nesse contexto, renovamos o apoio às tratativas conduzidas em Genebra sob a égide das Nações Unidas e com base nas resoluções do Conselho de Segurança.

O Itamaraty tem mantido contato regular com a comunidade brasileira residente na Síria. Não há registro de brasileiros entre as vítimas do ataque. O núcleo de assistência a brasileiros do MRE está à disposição para informações e esclarecimentos, de segunda a sexta-feira, das 8h às 20h, pelos telefones +55 61 2030 8803 e +55 61 2030 8804, e pelo e-mail dac@itamaraty.gov.br. Nos demais horários, poderá ser contatado o telefone do plantão consular da Subsecretaria-Geral das Comunidades Brasileiras e de Assuntos Consulares e Jurídicos do Itamaraty: +55 61 98197 2284.

Consultas da imprensa devem ser dirigidas à Assessoria de Imprensa do Gabinete, imprensa@itamaraty.gov.br e +55 61 2030 8006 / 7.

³⁴ Ministério das Relações Exteriores do Brasil, nota a imprensa nº 113, publicada em 07 de Abril de 2017. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/16066-conflito-na-siria>. Acesso em 23 out. 2017.

ANEXO B - RESOLUÇÕES DO CONGRESSO GERAL SÍRIO, DE 2 DE JULHO DE 1919³⁵

Nós, abaixo assinados, membros do Congresso Geral Sírio reunidos em Damasco em 2 de Julho de 1919 e compostos por delegações das três zonas, a Sul, Leste e Oeste e dotados de credenciais que nos autorizam a representar a muçulmanos, cristãos e judeus de nossos respectivos distritos, resolvem apresentar as aspirações das pessoas que nos escolheram (...). Com exceção da quinta cláusula, aprovada por larga maioria, as resoluções que se seguem foram todas aprovadas por unanimidade:

1. Desejamos a plena e absoluta independência política da Síria nas seguintes fronteiras (segue-se uma delimitação que corresponde aproximadamente aos territórios da Síria, sudoeste da Turquia, Líbano, Palestina e Jordânia).

2. Desejamos que o Governo da Síria seja uma monarquia constitucional baseada em princípios democráticos e amplamente descentralizada, que salvguarde os direitos das minorias e desejamos que o Amir Faisal, que se esforçou tão nobremente por nossa libertação e desfruta de nossa plena confiança seja nosso Rei.

3. Tendo em conta que os habitantes árabes da Síria não são menos aptos do que outras nações (como os búlgaros, os sérvios, os gregos e os romenos) quando concedidos a independência, **protestamos contra o artigo XXII do Pacto da Liga das Nações, que nos relegam à posição de raças insuficientemente desenvolvidas que exigem a tutela de um poder mandatário (...).**

4. Se, por qualquer razão que não nos seja revelada, a Conferência de Paz ignore este protesto legítimo, consideramos que o mandato mencionado no Pacto da Sociedade das Nações não implica mais que a prestação de assistência técnica e econômica, sem prejuízo de nossa absoluta independência. Contamos com a declaração do Presidente Wilson de que este objetivo ao entrar na Guerra era pôr fim aos projetos de aquisição para fins imperialistas. No desejo de que nosso país não seja um campo de colonização, e na crença de que a nação americana está desprovida de ambições coloniais e não tem nenhum projeto político em nosso país, resolvemos buscar ajuda nos campos técnico e econômico do país Estados Unidos da América, entendendo-se que a duração dessa assistência não deve exceder vinte anos.

5. No caso de os Estados Unidos se considerarem incapazes de atender ao nosso pedido. . . Procuraríamos a assistência da Grã-Bretanha, desde que não seja permitido que prejudique a unidade e a absoluta independência do nosso país e que a duração não deve exceder o período mencionado na cláusula anterior.

6. Não reconhecemos ao Governo francês qualquer direito a qualquer parte da Síria, e rejeitamos todas as propostas que a França deve nos dar qualquer ajuda ou exercer sua autoridade sobre a menor parcela que seja do nosso território.

³⁵ HUREWITZ, 1979, p. 180-182, e MASSOULIÉ, 1994, tradução e grifo nossos.

7. Nós rejeitamos as reivindicações dos sionistas para o estabelecimento de uma comunidade judaica naquela parte do sul da Síria que é conhecida como Palestina e nós somos opostos à imigração judaica em qualquer parte do país. Nós não reconhecemos que eles têm algum direito, e nós consideramos suas reivindicações como uma grave ameaça à nossa vida nacional, política e econômica. Nossos concidadãos judeus continuarão a gozar dos direitos e a assumir as responsabilidades que são nossas em comum.

8. Desejamos que não haja desmembramento da Síria e nenhuma separação da Palestina ou região costeira do Oeste do Líbano da mãe-pátria (...)

10. Os princípios básicos proclamados pelo Presidente Wilson em condenação dos tratados secretos fazem-nos entrar em um protesto enfático contra qualquer acordo para providenciar o desmembramento da Síria.

Os elevados princípios proclamados pelo Presidente Wilson nos encorajam a acreditar que a consideração determinante no estabelecimento do nosso próprio futuro serão os desejos reais do nosso povo; E que possamos olhar para o Presidente Wilson e para a nação liberal americana, que são conhecidos pela sua sincera e generosa simpatia pelas aspirações das nações fracas, pela ajuda na realização de nossas esperanças.

ANEXO C – CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS BRASIL-SÍRIA³⁶

- 1945 – Estabelecimento das relações diplomáticas;
- 1951 – Brasil abre Legação em Damasco;
- 1961 – Estabelecimento da Embaixada do Brasil em Damasco;
- 1997 – Assinatura do Acordo de Cooperação Cultural e Educacional;
- 2003 – Assinatura do Acordo de Cooperação Esportiva;
- 2003 – Visita do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva à Síria;
- 2005 – Visita do Chanceler Celso Amorim a Damasco;
- 2005 – Visita do Primeiro-Ministro sírio Mohamad Naji Otri a Brasília;
- 2005 – Visita ao Brasil do Ministro da Economia da Síria, Amer Lufti;
- 2006 – Visita do Ministro da Educação Fernando Haddad a Damasco;
- 2006 – Visita ao Brasil do Ministro do Meio Ambiente, Helal Al Atrach;
- 2006 – Visita à Síria do Ministro-Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, General Jorge Armando Félix;
- 2007 – Visita ao Brasil do Ministro da Informação da Síria, Mohsen Bilal;
- 2008 – Visita do Chanceler Celso Amorim a Damasco;
- 2009 – Visita do Chanceler Celso Amorim a Damasco;
- 2010 – Visita do Chanceler Celso Amorim a Damasco;
- 2010 – Visita do Presidente Bachar Al-Assad a Brasília;
- 2011 – Missão do IBAS a Damasco;
- 2012 – Evacuação dos membros do Serviço Exterior Brasileiro da Embaixada do Brasil em Damasco para Beirute, Líbano;
- 2012 – Visita ao Brasil da Assessora Política e de Imprensa do Presidente da Síria, Ministra Bouthaina Chaaban;
- 2013 – Aprovação da Resolução Normativa Nº. 17 do Comitê Nacional para Refugiados, facilitando a concessão de vistos, em bases humanitárias, a cidadãos afetados pelo conflito na Síria;
- 2014 – Viagem do Secretário-Geral das Relações Exteriores, Embaixador Eduardo dos Santos, a Montreux, para participar da Conferência Internacional sobre a Síria (Genebra II) (22 de janeiro);
- 2015 – Aprovação da Resolução Normativa Nº. 20 do Comitê Nacional para Refugiados, que renova a facilitação da concessão de vistos, em bases humanitárias, a cidadãos afetados pelo conflito na Síria;
- 2016 – Viagem do Ministro Mauro Vieira a Londres, para participar da Conferência Internacional de Apoio à Síria e à Região (4 de fevereiro);
- 2016 – Reabertura do setor consular na Embaixada do Brasil em Damasco;
- 2016 – Visita do Patriarca de Antioquia e todo o Oriente da Igreja Síria Ortodoxa, Sua Santidade Moran Mor Inácio Efrém II;
- 2016 – Visita do Patriarca de Antioquia e todo o Oriente da Igreja Siríaca-Católica, Sua Beatitude Ignatius Joseph III Yonan.

³⁶ BRASIL, 2017c.

ANEXO D – RESOLUÇÃO NORMATIVA CONARE Nº 17 DE 20/09/2013 (PRAZO PRORROGADO POR IGUAL PERÍODO PELA RESOLUÇÃO NORMATIVA CONARE Nº 20 DE 21/09/2015).

Publicado no Diário Oficial em 24 setembro de 2013.

Dispõe sobre a concessão de visto apropriado, em conformidade com a Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, e do Decreto 86.715, de 10 de dezembro de 1981, a indivíduos forçosamente deslocados por conta do conflito armado na República Árabe Síria.

O Comitê Nacional Para os Refugiados - CONARE, no uso de suas atribuições previstas no art. 12, inciso V, da Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997, tendo em vista a deliberação em sessão plenária realizada em 20 de setembro de 2013,

Considerando os laços históricos que unem a República Árabe Síria à República Federativa do Brasil, onde reside grande população de ascendência síria;

Considerando a crise humanitária de grandes proporções resultante do conflito em andamento na República Árabe Síria;

Considerando o alto número de refugiados gerado pelo conflito desde o seu início;

Considerando a crescente busca por refúgio em território brasileiro de parte de indivíduos afetados por aquele conflito;

Considerando as dificuldades que têm sido registradas por parte desses indivíduos em conseguirem se deslocar ao território brasileiro para nele solicitar refúgio, inclusive por conta da impossibilidade de cumprir os requisitos regularmente exigidos para a concessão de visto;

Considerando a excepcionalidade das circunstâncias presentes e a necessidade humanitária de facilitar o deslocamento desses indivíduos ao território brasileiro, de forma a lhes proporcionar o acesso ao refúgio,

Resolve:

Art. 1º Poderá ser concedido, por razões humanitárias, o visto apropriado, em conformidade com a Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, e do Decreto 86.715, de 10 de dezembro de 1981, a indivíduos afetados pelo conflito armado na República Árabe Síria que manifestem vontade de buscar refúgio no Brasil.

Parágrafo único. Consideram-se razões humanitárias, para efeito desta Resolução Normativa, aquelas resultantes do agravamento das condições de vida da população

em território sírio, ou nas regiões de fronteira com este, como decorrência do conflito armado na República Árabe Síria.

Art. 2º O visto disciplinado por esta Resolução Normativa tem caráter especial e será concedido pelo Ministério das Relações Exteriores.

Art. 3º Esta Resolução Normativa vigorará pelo prazo de 2 (dois) anos, podendo ser prorrogada. (Prazo prorrogado por igual período pela Resolução Normativa CONARE Nº 20 DE 21/09/2015).

Art. 4º Esta Resolução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO ABRÃO

Presidente do Comitê

ANEXO E – FOTOS

Figura 4 – Aspecto da cidade Homs, uma das principais cidades sírias, antes (2011) e depois da guerra (2014). Percebe-se o espaço urbano totalmente transformado; essa rugosidade permanecerá por um tempo como lembrança da guerra travada neste espaço.



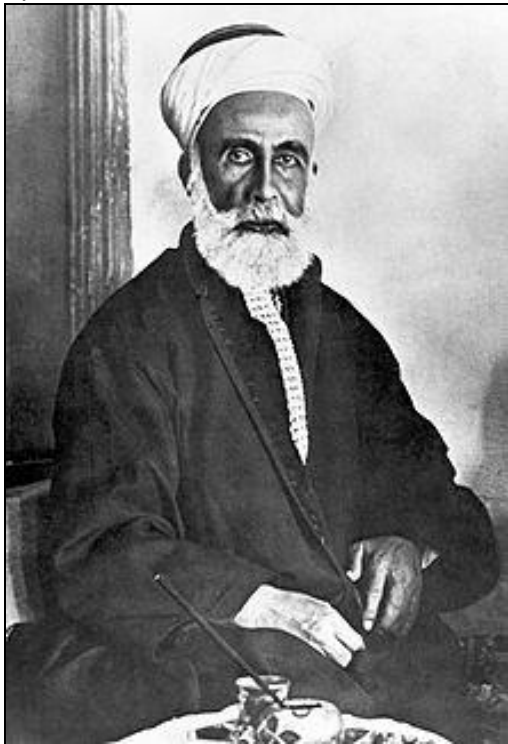
Fonte: <https://br.pinterest.com>. Acesso em 04 jun. 2017.

Figura 5 - Aspecto da cidade Homs, antes (2011) e depois da guerra (2014).



Fonte: <https://br.pinterest.com>. Acesso em 04 jun. 2017.

Figura 6 – Hussein ibn Ali al-Hashimi (1853/1854-1931), líder árabe que era Sharif e Emir de Meca a partir de 1908. Era pai de Amir Faisal, que almejava ser o futuro rei da Síria. Ele proclamou a Revolta Árabe contra o Império Otomano durante a I Guerra Mundial.



Fonte: CLEVELAND e BUNTON, 2009, P. 158.

Figura 7 - Amir Faisal (1885-1933), um dos comandantes da revolta árabe e mais tarde Rei da Síria. Depois da derrota de suas forças sírias pelas francesas em 1920, ele foi exilado. Ele foi então “selecionado” pelos britânicos para se tornar o primeiro rei do Iraque.



Fonte: CLEVELAND e BUNTON, 2009, P. 166.

Figura 8 – Coroação de Amir Faisal como rei do Iraque em 1921. “Descartado” pelos franceses após a expulsão dos otomanos, ele foi “aproveitado” pelos ingleses para dirigir o novo Estado.



Fonte: CLEVELAND e BUNTON, 2009, P. 166.

Figura 9 – Poster enorme do presidente Hafez al-Assad em Damasco, capital da Síria, que governou o país entre 1970 e 2000.



Fonte: <http://www.alamy.com>. Acesso em 04 jun. 2017.

Figura 10 – Poster enorme do presidente Bashar al-Assad na cidade de Hama. Assim como o pai, continuou governando o país de maneira autoritária e personalista.



Fonte: <https://shredworld.wordpress.com>. Acesso em 04 jun. 2017.

Figura 11 – Manifestação contra o governo de Assad na cidade de Hama, em 2011.



Fonte: <https://oglobo.globo.com>. Acesso em 04 jun. 2017.

Figura 12 - Famílias que se deslocaram dos intensos conflitos em Aleppo, na Síria, refugiam-se em grande armazém em Jibreen, vila ao sul da cidade.



Fonte: <https://nacoesunidas.org>. Acesso em 02 jun. 2017.

Figura 13 – A crise dos refugiados é uma das consequências da guerra civil síria. Na foto, refugiados recém-chegados acenam ao se aproximarem da costa de Lesbos, ilha na região do Egeu, no norte da Grécia.



Fonte: <https://nacoesunidas.org>. Acesso em 02 jun. 2017.

Figura 14 - Reunião do Conselho de Segurança sobre a situação na Síria em 30 de maio de 2017. Em geral, a Síria é apoiada pela Rússia e pela China, entre os membros permanentes do referido Conselho.



Fonte: <http://www.unmultimedia.org>. Acesso em 02 jun. 2017.

Figura 15 – Soldados russos na base militar de Tartus, na Síria.



Fonte: <https://br.sputniknews.com>. Acesso em 04 jun. 2017.

Figura 16 – campo de refugiados sírios de Zaatari, na Jordânia. O campo está se transformando em uma "cidade improvisada". Em março de 2015 já tinha cerca de 90 mil habitantes, segundo a ONU.



Fonte: www.bbc.com. Acesso em 04 jun. 2017.

Figura 17 - O ex-presidente Lula cumprimenta Bashar al Assad, em visita de Estado do presidente da Síria ao Brasil, em 2010.



Fonte: Evaristo SA/AFP. Disponível em <http://epoca.globo.com>. Acesso em 20/05/17.

Figura 18 – Família de refugiados sírios em São Paulo.



Fonte: www.bbc.com. Acesso em 04 jun. 2017.